

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território

Keyty de Andrade Silva

**POPULAÇÃO E ÁGUA NOS “GERAIS” SANFRANCISCANOS: um estudo
etnográfico em Cabeceirinha, Januária, MG**

Montes Claros

2020

Keyty de Andrade Silva

**POPULAÇÃO E ÁGUA NOS “GERAIS” SANFRANCISCANOS: um estudo
etnográfico em Cabeceirinha, Januária, MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociedade, Ambiente e Território.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magalhães
Ribeiro

Montes Claros

2020

Silva, Keyty de Andrade.

S586p
2020

População e água nos “Gerais” Sanfranciscanos [manuscrito]: um estudo etnográfico em Cabeceirinha, Januária, MG/ Keyty de Andrade Silva. Montes Claros, 2020.

115 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Eduardo Magalhães Ribeiro.

Banca examinadora: Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Viviane Guimarães Pereira, Rômulo Soares Barbosa, Eduardo Magalhães Ribeiro.

Inclui referências: 101-110

1. Água -- uso -- Teses. 2. Pandeiros, Rio -- Teses. 3. Agricultura de regiões áridas -- Teses. 4. Agricultura Familiar -- Teses. I. Ribeiro, Eduardo Magalhães. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 332:628.1

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 06 dias do mês de julho de 2020, às 14:00 horas, sob a presidência do Professor Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro, D. Sc. (Orientador/ICA/UFMG), e com a participação dos Professores Viviane Guimarães Pereira, D. Sc. (UNIFEI), Rômulo Soares Barbosa, D. Sc. (Unimontes) e Roberto Luís de Melo Monte-Mor, D. Sc. (UFMG), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de KEYTY DE ANDRADE SILVA, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: “__POPULAÇÃO E ÁGUA NOS “GERAIS” SANFRANCISCANOS: um estudo etnográfico em Cabeceirinha, Januária, MG__”. A estudante foi considerada aprovada, com as seguintes recomendações: incorporar as recomendações da banca examinadora.

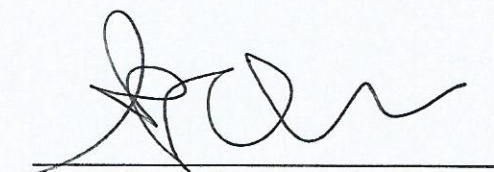
E, para constar, eu, Professor Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro, presidente da banca, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

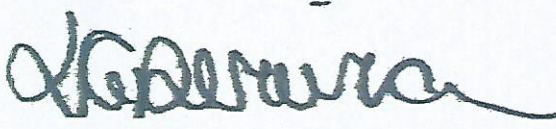
Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

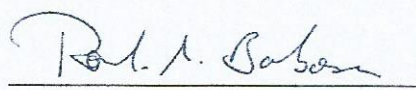
Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

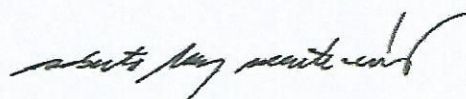
Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 06 de julho de 2020.


Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Orientador


Viviane Guimarães Pereira
Membro


Rômulo Soares Barbosa
Membro


Roberto Luís de Melo Monte-Mor
Membro



*Dedico este trabalho aos moradores de
Cabeceirinha e dos gerais do São Francisco.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que eu vivenciasse essa experiência tão única e que eu desejava tanto.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), por viabilizar os recursos destinados a esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida durante o mestrado, que foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

À Cáritas Diocesana de Januária, pela parceria nesta pesquisa.

Ao Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ), pelo acolhimento, pelos ensinamentos e pelos diálogos. No Núcleo, cresci como pesquisadora. Agradeço, em especial, ao Gil, com quem aprendi bastante sobre a área de estudo.

Aos moradores da comunidade de Cabeceirinha, que me acolheram, abriram suas casas e vidas e transmitiram ensinamentos que levarei por toda a vida. Eles acreditaram no meu trabalho e confiaram que eu pudesse compartilhar suas histórias. Agradeço, especialmente, a Sandra, Niomar, Isaac e Ycaro, por compartilharem comigo sua morada, seu tempo e suas vivências durante minha estadia na comunidade.

A todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT). Aos professores, por terem compartilhado tantos ensinamentos. À Turma 2018, pela união e pelo apoio mútuo. Eu não mudaria nada em nenhum de vocês e na experiência que compartilhamos.

Ao Professor Eduardo, serei sempre grata por ter me ensinado tanto. Ele descortinou os gerais, as veredas, o Pandeiros, as singularidades da agricultura familiar e tantas outras coisas, guiando-me com maestria nessa caminhada.

Aos amigos que fiz durante minha estadia em Montes Claros e levarei por toda a vida: Thamires, Lara, Amanda, Larissa, Erick, Lucas, Warley e Weber. Vocês me acolheram e me apoiaram enquanto eu estava sozinha em uma cidade nova.

Aos meus amigos Pedro, Ana Luiza Peres, Najara e Ana Luiza de Paula, que torceram e me incentivaram em cada etapa deste percurso.

À minha família, por me apoiar, incondicionalmente, e ser minha base, meu esteio, enquanto eu me aventurava por caminhos e lugares desconhecidos. Graças à minha mãe, uma

mulher inspiradora, e ao meu pai (*in memoriam*), um homem de caráter exemplar que sempre esteve comigo, tive o privilégio e a tranquilidade de poder me dedicar integralmente aos estudos. Às minhas irmãs, Kele e Ketrily, pelo apoio e compreensão em todos os momentos. Às minhas sobrinhas, Alice, Giovanna e Sara, e ao meu sobrinho, Diego, pelas horas de descontração, pelas risadas e pelo carinho dedicado em todos os dias. Aos meus cunhados, Luis e Lucas, pelo apoio e amizade.

Ao André, meu companheiro de vida, por ter compartilhado essa etapa comigo. Em cada correção, campo, leitura, aula, você me apoiou. Obrigada por tantas leituras, correções e orientações. Gratidão, por você estar em cada vírgula deste trabalho.

*O gerais corre em volta.
Esses gerais são sem tamanho.
(ROSA, 1994, p.4)*

RESUMO

Esta dissertação investigou as relações entre populações rurais e água no território dos gerais sanfranciscanos, no Semiárido de Minas Gerais. Para isto, determinou-se como área de estudo a comunidade de Cabeceirinha, no município de Januária, localizado no norte do estado. A escolha da comunidade foi motivada pela sua localização, nos gerais sanfranciscanos, mas também por ser Cabeceirinha cortada e banhada pelo rio Pandeiros, um dos últimos afluentes vivos do rio São Francisco, na parte mais ao sul do Semiárido mineiro. Por meio do estudo etnográfico aliado a técnicas de pesquisa social, como entrevista aberta, observação participante, mapeamento participativo e genealogia, observou-se as relações das famílias com os gerais em duas estações do ano: no tempo das águas e no tempo da seca. Verificou-se que nesse território as comunidades se adaptaram à disponibilidade de fontes de água e áreas úmidas, estabelecendo-se nos lugares que possibilitassem o cultivo de mantimentos e o acesso às melhores terras e fontes de água. As comunidades também criaram uma maneira própria de abastecimento, associada à gestão em comum das águas. Nessa dinâmica social, as mulheres são protagonistas e as “fontes” são locais do rio escolhidos por cada mulher para as atividades diárias de coletar água para beber, cozinhar e higienizar a casa. Do ponto de vista das normas costumeiras e das restrições legais nos gerais, a delimitação de áreas protegidas modificou práticas tradicionais da população e os grupos sociais que residem nesse território há décadas foram forçados pela norma legal e conservacionista a desenvolverem novas estratégias de uso e manejo dos recursos da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: ÁGUA; GERAIS; RIO PANDEIROS; SEMIÁRIDO; AGRICULTURA FAMILIAR.

ABSTRACT

This dissertation investigated the relations between rural populations and water in the territory of *gerais* of the São Francisco river, in the Semiarid region of Minas Gerais. For this, the community of Cabeceirinha, in the municipality of Januária, located in the north of the state, was determined as a study area. The choice of the community was motivated by its location, in the *gerais* of the São Francisco river, but also by being cross-headed and bathed by the Pandeiros river, one of the last living tributaries of the São Francisco river, in the southernmost part of the Minas Gerais Semiarid. Through an ethnographic study combined with social research techniques, such as open interviews, participant observation, participatory mapping and genealogy, family relationships with the *gerais* were observed in two seasons: in the water season and in the dry season. It was found that in this territory the communities have adapted to the availability of water sources and wet areas, establishing themselves in places that would allow the cultivation of food and access to the best lands and water sources. The communities also created their own way of supply, associated with common water management. In this social dynamic, women are the protagonists and the water sources are places on the river chosen by each woman for the daily activities of collecting water to drink, cook and clean the house. From the point of view of customary norms and legal restrictions in *gerais*, the delimitation of protected areas has changed traditional practices of the population and the social groups that have resided in this territory for decades were forced by the legal and conservationist norm to develop new strategies for the use and management of nature resources.

KEYWORDS: WATER; GERAIS; PANDEIROS RIVER; SEMIARID; FAMILY FARMING.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS AMBIENTES NO TERRITÓRIO DOS GERAIS.	32
FIGURA 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE CABECEIRINHA, NO MUNICÍPIO DE JANUÁRIA, COM OS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES, O RIO PANDEIROS E OS BIOMAS. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA.	41
FIGURA 3 – DONA MARIA DO CARMO RIBEIRO ROCHA DURANTE O PREPARO DE FARINHA DE MANDIOCA.	44
FIGURA 4 – RIO PANDEIROS NO TEMPO DA SECA (A) E NO TEMPO DAS ÁGUAS (B).	53
FIGURA 5 – FONTES DE ÁGUA EM CABECEIRINHA. (A) E (B): RIO PANDEIROS; (C): GROTA DA RAPOSA; (D) CÓRREGO DO SÃO JOÃO. FONTE: REGISTRO FOTOGRÁFICO OBTIDO PELA AUTORA DURANTE PESQUISA DE CAMPO (2019).	54
FIGURA 6 – ETNOMAPA DE CABECEIRINHA EM QUE SÃO DESTACADAS AS PRINCIPAIS FONTES DE ÁGUA EXISTENTES E A DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS E CONSTRUÇÕES COMUNITÁRIAS.	62
FIGURA 7 – MAPA DIGITAL DE CABECEIRINHA CONSTRUÍDO COM BASE NO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO.	63
FIGURA 8 – USOS COMUNS DAS FONTES DE ÁGUA E FORMA DE ARMAZENAMENTO. (A): LOCAL DE UMA “FONTE” NA GROTA DA RAPOSA; (B) POTE DE BARRO COM O QUAL OS PAIS PRESENTEAVAM SUAS FILHAS QUANDO ESSAS SE CASAVAM.	72
FIGURA 9 – GENEALOGIA DE CABECEIRINHA: POVOADOS DE RIBEIRÃO CURRALINHO E DE TATU.	77
FIGURA 10 – GENEALOGIA DE CABECEIRINHA: POVOADOS DE RAPOSA E DE RESFRIADO.	78
FIGURA 11 – GENEALOGIA DE CABECEIRINHA: POVOADOS DE GOIABEIRA E DE CABECEIRINHA.	79
FIGURA 12 – “MANGA”- (A) NO TEMPO DA SECA E (B) NO TEMPO DAS ÁGUAS.	81
FIGURA 13 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE CABECEIRINHA, NO MUNICÍPIO DE JANUÁRIA, NORTE DE MINAS GERAIS, COM A REDE DE DRENAGEM DO RIO PANDEIROS E DELIMITAÇÃO DA APA ESTADUAL DO RIO PANDEIROS. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA.	86
FIGURA 14 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CABECEIRINHA NO “TEMPO DE AGORA”. (A): CANO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA SOBRE O RIO PANDEIROS; (B): CISTERNA DE PLACA OU CAIXA.	91
FIGURA 15 – USOS DO RIO PANDEIROS. (A): PESCA; (B) LAZER NO RIO PANDEIROS EM DIA DE FESTIVIDADE.	92
FIGURA 16 – REGISTROS DA PONTE DO RESFRIADO. (A) E (B): PONTE ANTIGA; (C): MORADORES DENTRO DO RIO PANDEIROS DURANTE A CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE; (D): INAUGURAÇÃO DA NOVA PONTE.	93

LISTA ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional das Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ECO-72	Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
NPPJ	Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar
ONG	Organização Não Governamental
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 TERRITÓRIO, AMBIENTE E POPULAÇÕES	17
2.1.1 <i>O território como categoria de análise.....</i>	17
2.1.2 <i>Usos comuns do território.....</i>	19
2.1.3 <i>Populações e recursos da natureza</i>	21
2.1.4 <i>Populações e água.....</i>	22
2.1.4.1 <i>Água e gênero.....</i>	24
2.2 SEMIÁRIDO, GERAIS E AGRICULTURA FAMILIAR	25
2.2.1 <i>Semiárido</i>	25
2.2.2 <i>O Alto-Médio rio São Francisco e os Gerais.....</i>	27
2.2.3 <i>Modernização dos gerais.....</i>	29
2.2.4 <i>Agricultura familiar nos gerais.....</i>	30
2.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO AMBIENTAL	33
2.3.1 <i>Áreas protegidas.....</i>	33
2.3.2 <i>A institucionalização da gestão da água</i>	35
2.3.3 <i>Participação social na gestão dos recursos.....</i>	37
3 ÁREA DE ESTUDO	39
4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	52
5.1 GERAIS DE CABECEIRINHA	52
5.2 O TEMPO DE PRIMEIRO	55
5.2.1 <i>Cabeceirinha: história de formação do conjunto de povoados.....</i>	55
5.2.2 <i>Manejo comum da terra e do gado.....</i>	64
5.2.3 <i>Usos e gestão comum da água</i>	68
5.2.4 <i>Transmissão da terra.....</i>	73
5.3 O TEMPO DE AGORA.....	80
5.3.1 <i>Cercamento dos espaços comuns e as “firmas do desmatamento”</i>	80
5.3.2 <i>A criação da Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Pandeiros</i>	84
5.2.3 <i>Mudanças na oferta das fontes de água.....</i>	88
5.3.4 <i>O surgimento da noção de falta de água</i>	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

APÊNDICE	110
APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA SOCIAL	110
ANEXOS	112
ANEXO A – RELAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS E DOS DEPOIMENTOS GRAVADOS DURANTE A REALIZAÇÃO DA ETNOGRAFIA	112

NOTAÇÕES

- “*Itálico e em aspas*”: conceitos apresentados pela primeira vez no texto e narrativas com até três linhas.
- “Aspas”: expressões coloquiais e transcrições de trechos e conceitos de bibliografias.
- Recuo de 4 cm e fonte tamanho 10 pts.: narrativas e transcrições de trechos (citações diretas) que apresentam mais de três linhas.

1 INTRODUÇÃO

Um território possui múltiplos usos e significados, criados pelas diferentes relações que as comunidades mantêm com os recursos da natureza nele presentes. Em comunidades rurais, famílias agricultoras reproduzem, a cada geração, sistemas produtivos e culturais baseados nas relações com o território em que vivem. Essas relações determinam a dinâmica de trabalho das famílias, a escolha dos espaços adequados aos cultivos, a composição da pauta alimentar e outros aspectos da vida cotidiana.

As formas de apropriação que as comunidades rurais fazem dos recursos da natureza presentes em seus territórios revelam a importância desses elementos na definição de seus modos de vida, na construção histórica de suas territorialidades e na reprodução cultural, social e econômica comunitária. Para a água, particularmente, camponeses definem usos distintos e atribuem valores, simbólicos ou materiais, que são ditados pela disponibilidade, pela qualidade e, sobretudo, pelas condições de acesso, que podem ser liberadas ou restritivas.

No Semiárido brasileiro, região caracterizada por um regime de chuvas escasso e irregular, as comunidades rurais lidam historicamente com imposições no acesso à terra e com a falta de chuvas, o que ocasiona a disponibilidade regradada de água. Na porção Norte mineira do Semiárido, no Alto-Médio rio São Francisco, especificamente no território dos gerais, os períodos de chuva são bem definidos, mas a precipitação pode ser baixa e inconstante, ocasionando longos períodos secos, devido às condições naturais do clima.

As comunidades rurais dos gerais precisaram se adaptar às dinâmicas do território, onde a água, ou sua ausência, configurou o estilo de vida e a produção familiar. Com o passar dos anos, na década de 1980, a oferta e o acesso das fontes de água começaram a se transformar, principalmente, pelo secamento de cursos d'água e brejos. Vários rios secaram “da noite para o dia”: o Periperi, o Tamboril, o dos Cochos, entre outros. Além do secamento das fontes de água, as formas de convivência com a escassez dos períodos chuvosos foram se modificando ao longo dos anos, em especial com o agravamento dos períodos secos a partir do ano de 2010. As famílias precisaram buscar novas alternativas para o abastecimento, como poços artesianos, cisternas de placa, caminhões-pipa.

Em algumas comunidades dos gerais, por outro lado, o abastecimento de água foi mantido pelos rios que continuaram vivos. Esse é o caso de Cabeceirinha, comunidade rural de Januária (MG), que é cortada pelo rio Pandeiros, e foi escolhida como área de estudo desta pesquisa. O Pandeiros é um importante rio para a manutenção do Cerrado e do rio São

Francisco. Berçário de peixes do Velho Chico, foi, também, considerado como “rio de preservação permanente” em Minas Gerais, pela Lei Estadual nº 15.082, de 27 de abril de 2004, por ter curso de água com características excepcionais e de rara beleza, além de ser dotado de alto valor ecológico e histórico. O rio Pandeiros, em meio a tantos afluentes do rio São Francisco e rios do Semiárido que estão secos, continua vivo, apesar de a sua perenidade estar ameaçada. Considerando essa realidade, uma das motivações deste estudo foi compreender a influência do rio Pandeiros na vida de uma comunidade que depende dele e como ele influenciou na sua ocupação.

A partir da segunda metade do século XX, a tecnificação agrícola intensificou o uso dos recursos da natureza nos gerais. Os impactos dessas ações provocaram sérias mudanças ambientais e na relação da população com esses recursos. Após esse período de intensa degradação ambiental do território, o Estado criou dispositivos legais de regulação e controle ambiental com pouca participação social. Foram usados critérios utilitaristas e mercantis dos recursos da natureza, impondo restrições “de cima para baixo”, o que fez com que as relações dos agricultores familiares com o ambiente ficassem sujeitas a controles originários de normas governamentais.

As normas legais se associaram à uma visão conservacionista da natureza e a população dos gerais teve novamente sua vida transformada. Essas mudanças também justificaram esta pesquisa – que deseja criar um produto acadêmico-científico, desenvolvido com base no olhar comunitário, e que possa contribuir para o entendimento da importância das formas costumeiras de gestão das águas, em contraponto a uma lógica hegemônica que vê a natureza apenas pelos recursos que oferece, distanciando o ser humano do ambiente natural.

Com base nas especificidades do Semiárido, dos gerais e das relações entre população e água, as seguintes questões foram tratadas neste estudo: a) em que medida a existência de fontes de água orientou o povoamento, a ocupação da terra e os sistemas locais de produção em uma comunidade dos gerais sanfranciscanos?; b) quais relações culturais e territoriais são estabelecidas entre uma comunidade rural e a água?; c) como as normas locais dialogam com as normas gerais que regulam a relação da população com a água?; e d) a gestão comunitária enfrenta conflitos com as normas institucionalizadas, originadas da legislação, a respeito da gestão dos recursos da natureza?

Considerando as perguntas norteadoras, o objetivo central desta pesquisa foi investigar as relações entre população e água no território dos “gerais” sanfranciscanos, tomando como área de estudo o conjunto de povoados denominado como Cabeceirinha, localizado no município de Januária, na região Norte do estado de Minas Gerais.

Do objetivo geral, desdobraram-se três objetivos específicos:

- a) investigar como os recursos hídricos influenciaram a ocupação territorial dos gerais sanfranciscanos, averiguando em que medida a existência de fontes de água orientou o povoamento, a ocupação e distribuição das terras e os sistemas locais de produção;
- b) analisar os usos locais, percepções, manejos e práticas tradicionais de uso e conservação de recursos da natureza, buscando compreender as relações entre população e água; e,
- c) compreender quais são e como ocorrem as formas localizadas de gestão da água, verificando a existência de possíveis conflitos entre as normas costumeiras e legais de regulação e uso da água.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Território, ambiente e populações

2.1.1 O território como categoria de análise

Em estudos antropológicos, sociais e geográficos, é importante delimitar, de modo teórico-conceitual, as categorias e escalas de análise, visando orientar o recorte temático e espacial do fenômeno investigado. No caso deste trabalho, optou-se pela abordagem territorial.

O território é um espaço socialmente partilhado, em que grupos sociais distintos vinculam suas vivências e práticas cotidianas. A noção de território é importante para sua delimitação no espaço por determinadas populações e para a sua construção cultural ao longo das gerações. A relação que é estabelecida, historicamente, entre certos grupos sociais e o território auxilia a entender as mudanças pelas quais as populações passam ao longo do tempo e do espaço, o que afeta o funcionamento de suas instituições e a significação de suas manifestações culturais (OLIVEIRA, 1998).

Um território não é definido somente pela sua extensão territorial. Ele reúne aspectos, visíveis e invisíveis, que carregam múltiplas dimensões: econômica, política e sociocultural, envolvendo elementos simbólicos, rituais, formas de organização social e de uso dos recursos da natureza. Na construção da abordagem territorial, devem ser reconhecidas “[...] as articulações existentes entre as dimensões sociais, da natureza exterior, do processo histórico e a multiescalaridade de processos territoriais” (SAQUET, 2011, p.2).

Do ponto de vista dos estudos antropológicos, a noção de território não é nova. Foi utilizada, por exemplo, por Morgan (1973) e por Fortes e Evans-Pritchard (1975) como critério para distinguir as formas de governo baseadas nos grupos de parentesco, no território e na propriedade. Na perspectiva político-social, um território pode ser entendido como o espaço de representação das ações de um grupo humano, que garante “[...] aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 1998, p. 05). Para analisá-lo, como destaca Little (2002), é necessária, também, incluir uma abordagem histórica que compreenda seu contexto específico de formação e que considere os contextos sociais e políticos por meio dos quais o território foi ocupado, defendido ou reafirmado. Ele compõe, além do ‘ter’, também o ‘ser’ de cada grupo social, sendo “produto e produtor de identidade” (HAESBAERT, 2007).

Para compreensão das múltiplas formas de apropriação do território, as representações simbólicas são fundamentais na definição dos significados e dos modos de uso dos recursos naturais ali existentes. Essa abordagem proporciona a compreensão dos elementos de um povo, em que estão contidas as estórias das roças antigas, dos caminhos e também dos seus mitos e lendas (LITTLE, 2002; DIEGUES, 2007). Para os agricultores familiares tradicionais, os recursos da natureza e a terra possuem funções e significados históricos que ultrapassam o universo material, como o valor sagrado dos ambientes naturais, sendo importantes para a compreensão das construções culturais das populações.

As especificidades de cada território e as formas de apropriação dependem do contexto de vida dos grupos sociais que os ocupam e desencadeiam relações singulares com o ambiente natural, repercutindo diretamente na construção de seus modos de vida. Ao exercerem “[...] um esforço coletivo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”, Little (2002, p. 253) indica que os grupos sociais criam uma territorialidade específica. Nesta, o trabalho e as práticas cotidianas, definidoras da cultura dos povos, são essenciais para a manutenção e para transmissão de conhecimentos. É por meio do território e das territorialidades manifestas que as populações constroem suas histórias e se identificam como coletividade.

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força que uma comunidade estabelece com o território e com seus recursos, podendo ser representada pelos laços solidários e de ajuda mútua que consolidam e definem um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum: o território (ALMEIDA, 2004). A territorialidade implica na criação de uma unidade sociocultural mediante estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, na constituição de mecanismos políticos especializados – normas costumeiras, na (re)definição das formas de controle social sobre os recursos da natureza e na construção cultural a partir do resgate do passado e das novas vivências experienciadas (OLIVEIRA, 1998).

A multiplicidade de expressões territoriais com as suas particularidades socioculturais e históricas resultam em diferentes territórios e territorialidades, podendo duas comunidades distintas desenvolverem perfis de adaptação bastante diferenciados. A territorialidade, então, está intimamente relacionada às características do ambiente natural, mas, também, às vivências e percepções que diferentes sociedades humanas adquirem ao longo do tempo.

Sob o viés jurídico-político, o território pode, ainda, estar associado a relações de conflitos e disputas territoriais, sendo um possível palco e objeto de conflitos socioambientais. Estes relacionam-se não apenas à construção histórica e cultural dos povos, mas também ao

exercício de poder de forças preponderantes na sociedade. O caso da criação de unidades de conservação de proteção integral, por exemplo, que, a partir da imposição de um discurso conservacionista e de utilidade pública, muitas vezes, desconsidera o aspecto tradicional e as formas de se relacionar com o território por grupos sociais que já se encontravam, historicamente, estabelecidos (JATOBÁ *et al.*, 2009).

No caso dos gerais, o entendimento histórico e atual do território e das territorialidades manifestadas foi essencial para a compreensão da origem das relações entre sociedade e ambiente e como estas resultaram em normas específicas, ligadas às esferas simbólica e material, e em relações de poder desiguais sobre o uso do território e dos recursos ali disponíveis.

2.1.2 Usos comuns do território

Os usos comuns de um território estão ligados às “terras tradicionalmente ocupadas”, onde os recursos naturais são compreendidos e utilizados de forma comunitária, segundo códigos próprios e costumeiros. O conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” se refere “[...] à diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2004, p.09).

No uso comum dos territórios tradicionalmente ocupados, o “[...] controle dos recursos básicos não é exercido individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros” (ALMEIDA, 2004, p.09). Esse controle é orientado por normas específicas, que combinam o uso comum de recursos e a apropriação privada de bens, que são acordadas de maneira coletiva. Para a definição dos espaços e dos usos comuns, são estabelecidas normas locais e laços solidários e de ajuda mútua com base nas relações sociais estabelecidas historicamente entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 2004; LIRA e CHAVES, 2016).

Os costumes e a gestão comuns podem ser vistos em diferentes contextos. A gestão comum dos recursos da natureza no rural, por exemplo, ocorre de forma diferente daquela do meio urbano. A água, por exemplo, no meio urbano tem sua distribuição, na maioria das vezes, dependente de um serviço privatizado ou do Estado. Nas comunidades rurais e tradicionais, por outro lado, o seu uso é comum, e, em muitos casos, seu acesso é regulamentado por direitos costumeiros (DIEGUES, 2007).

Na gestão comum nos territórios rurais do Vale do Jequitinhonha e do São Francisco, no caso das famílias lavradoras, “[...] os recursos da natureza e as terras onde eles surgem

podem ter preceitos específicos que orientam seus acessos e usos” (GALIZONI, 2005, p. 17). Esses preceitos são construídos com base nas vivências e nas relações históricas que as comunidades estabelecem com o ambiente, fruto do conhecimento empírico adquirido por esses grupos sociais e transmitido ao longo das gerações.

No Semiárido brasileiro, a gestão comum pode ser identificada nas comunidades de “fundo de pasto”, existentes no norte da Bahia e nas proximidades dos perímetros irrigados de Juazeiro, no estado da Bahia, e de Petrolina, no estado de Pernambuco (SABOURIN e MARINOZI, 2001). No caso das áreas de fundo de pasto, percebe-se que, mesmo após a pressão estatal para privatização das áreas e ameaças destas por projetos de desenvolvimento, a gestão comum foi mantida. Nos perímetros irrigados, por sua vez, a gestão que anteriormente era realizada pelo Estado, marcada por uma distribuição concentrada e assistencialista, foi transferida para organizações de usuários, cooperativas ou distritos de irrigação. Essa mudança ocorreu após a percepção das comunidades que o manejo da água e o acesso às informações necessitavam de uma ação coletiva, antes invisibilizada (SABOURIN e MARINOZI, 2001).

Em outro contexto, na sociedade inglesa do século XIX, o costume era vinculado ao uso cotidiano e à (re)produção e transformação que as populações obtinham pelas práticas diárias. Os hábitos possuíam sua complexidade ligada aos ambientes aos quais determinados grupos sociais estavam relacionados, assim como às normas, aos modos de viver e ao saber-fazer (THOMPSON, 1998). Para o autor, o costume era tido na sociedade inglesa como uma interface entre a lei e a prática, referindo-se, dessa forma, à aplicação da lei no cotidiano.

Nos dois casos mencionados, dos fundos de pasto e na sociedade inglesa, a conformação do território ocorreu por motivações ligadas a conflitos e à sua dimensão jurídico-política.

A criação de uma janela para o passado é fundamental para entender como as comunidades tradicionais realizavam e definiram as normas de uso e gestão comum. Com base na caracterização das áreas, associada aos conhecimentos históricos e vivências comunitárias, é possível entender a ligação entre as comunidades e o território e como, ao longo do tempo, no caso das populações dos gerais, a privatização de certas áreas e a criação de áreas protegidas transformou e transforma as dinâmicas locais e as relações entre as populações e os recursos da natureza.

2.1.3 Populações e recursos da natureza

A maneira como o ser humano enxerga e se relaciona com os recursos da natureza tem se transformado ao longo dos séculos. Essas mudanças decorrem das diversas maneiras em que as diferentes sociedades entendem e se relacionam com o meio onde vivem.

A sociedade urbano-industrial trata os recursos como uma mercadoria, o que decorre da visão de uma natureza objetificada. Essa relação vem, historicamente, distanciando o ser humano do mundo natural, ao mesmo tempo em que busca regular, de forma controlada, seus usos e espaços.

A ideia de uma natureza distante e intocada, que deve ser preservada sem a presença humana, começou a surgir no final do século XVIII, na Inglaterra. Antes disto, o paradigma vigente era o de uma relação do ser humano europeu com o ambiente natural, em que deveria haver “[...] o predomínio do homem sobre o mundo da natureza, como meta incontestada do esforço humano”, num processo contínuo de destruição das florestas e de “[...] derrubada de árvores sem valor prático” (THOMAS, 2010, p. 344).

Existem, contudo, aqueles povos que buscam estreitar, respeitar e manter relações mais harmônicas com o meio, como tem ocorrido ao longo de séculos com os povos e comunidades tradicionais (DIEGUES, 2000). Para esses grupos sociais, “[...] a natureza deixa de ser um objeto, uma coisa, tornando-se um mundo complexo”, repleto de significados que, em certos casos, extrapolam uma visão utilitarista do meio e que resultam numa alteridade ecológica (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000, p. 125).

No caso dos agricultores familiares tradicionais, como os que residem nos Gerais, os recursos da natureza e a terra possuem funções e significados que ultrapassam o universo material, sendo indispensáveis em concepções culturais, simbólicas e do sagrado, ditando diferentes modos e meios de vida. Esses agricultores construíram uma dinâmica que associa a disponibilidade do trabalho familiar com a oferta de água e a fertilidade do solo, sendo a família o ponto central dessas relações. Trata-se de uma perspectiva contrária aos conceitos e às formas hegemônicas de ver o mundo natural, em que são incorporados os contextos e as formas como essas comunidades se relacionam com seu meio, com a terra e com os recursos da natureza.

2.1.4 Populações e água

A água é um dos elementos centrais na concepção de culturas, na reprodução material e simbólica de comunidades rurais tradicionais e na ocupação e formação territorial, estando presente em inúmeros mitos de criação das sociedades.

Mesmo a água doce sendo uma necessidade básica de todos os grupos humanos, a forma com que essa necessidade é alcançada depende de cada cultura (DIEGUES, 2007). O atendimento de cada necessidade (beber, irrigar, lavar, entre outras) é realizado por meio de instituições próprias criadas para cada finalidade.

Os significados e usos da água se modificam de acordo com as populações e com os ambientes em que elas se desenvolvem. A água é percebida por certos grupos sociais “[...] como uma ‘segunda natureza’, algo tão inerente à sociedade que há dificuldades em manter distanciamento para se refletir sobre ela” (GALIZONI, 2005, p.11). A água é muitas vezes concebida, ainda, como dádiva dos deuses aos antepassados (DIEGUES, 2007).

Em muitos registros mitológicos, as águas doces originam o mundo e as culturas humanas (DIEGUES, 2007). Shiva (2007, p.136) aponta que as relações entre populações e as fontes de água “[...] têm sido sagradas ao longo da história, merecedoras de reverência e respeito”. No início do século XXI, a água passou a ser reconhecida como um fator essencial e limitante para o desenvolvimento de um território, disputada por seus múltiplos usos (GALIZONI, 2005, p. 11).

Os lugares de onde vertem as águas, como as nascentes e grutas, são considerados por certos povos e culturas como sagrados e muitos deles vem sendo transformados, desde a Antiguidade, em locais de culto e devoção. É o caso, por exemplo, de muitas imagens milagrosas que foram encontradas nos rios brasileiros, como Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Nazaré – na manifestação do Círio de Nazaré (DIEGUES, 2007). Na Índia, “[...] todos os rios são sagrados, considerados extensões e manifestações parciais de divindades”, sendo o Ganges, para a mitologia hindu, um rio que nasce no céu e que tem em sua homenagem o *Festival Kumb*, que dura doze dias e celebra a criação (SHIVA, 2007, p. 136). Na Europa, o rio Reno era considerado no século XX como um “traço de união” entre os países que compõem seu vale (FEBVRE, 2000).

Os distintos usos que as populações fazem da água depende na maioria dos casos da disponibilidade, qualidade e, sobretudo, das condições de acesso. No universo da pesca artesanal, evidenciam-se ritos e relações simbólicas que transcendem a dimensão do trabalho, criando uma forma não-mercantil conexão entre a água e o pescador (CUNHA, 2000). As

comunidades camponesas que residem nas margens do rio Solimões e do Amazonas fazem um “campesinato das águas”, sobrevivendo tanto da agricultura, como da pesca e do extrativismo. As terras de várzea em que esses camponeses trabalham ficam em média cinco meses submersas, transformando a dinâmica local de acordo com o período das cheias (FRAXE, 2000).

Os ribeirinhos amazônicos vivem, em sua maioria, à beira de rios, igarapés, igapós, lagos e várzeas, tendo a vida regulada pelas cheias dos rios e riachos, lagos e pântanos. Quanto aos povos indígenas da Amazônia, a água de rios, riachos, igarapés, igapós e lagos possui uma importância vital nos modos de vida e na dinâmica sociocultural local (DIEGUES, 2005).

A importância atribuída à água pelos povos ancestrais contrapõe-se à lógica das sociedades urbano-industriais, que a vincula a interesses, de modo geral, utilitaristas e econômicas. Diegues (2007) aponta que

[...] os rios, riachos, lagos, córregos, poços (e para as populações litorâneas, a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida. Eles garantem a água para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas e pomares, para transporte e navegação e para algumas dessas populações são também fonte de energia. Para muitas delas, são também locais, habitados por seres naturais e sobrenaturais benéficos que, quando desrespeitados, podem trazer destruição e desgraça. Essas populações atribuem valores às águas que são distintos daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2007, p.3).

Nas sociedades rurais tradicionais, a água doce é, muitas vezes, considerada como dádiva, responsável pela abundância ou pela escassez, sendo seu uso, em geral, coletivo. Para as sociedades urbanas, por sua vez, a água doce é vista, muitas vezes, de maneira domesticada e controlada pela tecnologia, com seu uso acontecendo de forma individualizada.

A condição básica e vital para a reprodução social de um grupo está relacionada ao domínio do simbólico, manifestada nos ritos, cerimoniais sagrados e mitológicos, nas práticas agrícolas e nos usos e representatividade que se dá para as fontes de água. Nas sociedades tradicionais, a água, incluindo rios e lagos, compõe um território e contribui diretamente para a construção de modos e estilos de vida, constituindo identidades específicas e formas de se relacionar com o meio e entre si, envolvendo questões de organização social, divisão do trabalho, gênero, entre outras (DIEGUES, 2007).

2.1.4.1 Água e gênero

Nas relações entre campesinato e água, a mulher desempenha papel de protagonista, principalmente em comunidades das regiões semiáridas, onde elas são responsáveis pelo abastecimento de água para o núcleo familiar, gastando muito tempo se locomovendo, em alguns casos, por grandes distâncias (OCAMPO-FLETES *et al.*, 2018).

A escassez de água afeta as rotinas de trabalho da família, como aponta estudo sobre o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais: “[...] os objetos e a forma de trabalhar transformam-se, uma vez que a mulher vai dedicar grande parte do seu tempo para buscar água nas nascentes mais distantes” (RIBEIRO *et al.*, 2016, p.12). Shiva (2007, p.30) aponta que “[...] quando a água some e não há alternativas” são as mulheres as principais prejudicadas e, ao mesmo tempo, são as responsáveis por encontrar soluções para provimento família.

A temática “água e gênero” é muito debatida em distintas fontes bibliográficas e foi reafirmada por organizações multilaterais, sendo pauta de encontros como a Conferência da Terra, de 1992, no Rio de Janeiro; a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, em Dublin, também de 1992; a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: igualdade, desenvolvimento e paz, organizada pela ONU em 1995, sediada na China; a Cúpula do Milênio ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, no ano de 2000, na África do Sul; entre outras (SOARES, 2007; GUTIÉRREZ-VILLALPANDO *et al.*, 2013). Os resultados desses encontros, contudo, não resultaram em mudanças positivas em relação à disponibilidade e ao acesso à água em países emergentes. Shiva (2007) afirma, no contexto desses países, que

[...] a escassez hídrica significa que (as mulheres) terão que caminhar mais para buscar água. Para as famílias camponesas, há fome e desamparo quando a seca assola seus campos. Para as crianças, significa a morte por desidratação. Simplesmente nada pode substituir a este líquido, necessário para a vida (SHIVA, 2007, p.32).

O protagonismo da mulher nas atividades rurais foi avaliado pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) na América Latina e no Caribe,

[...] onde a agricultura familiar constitui o segmento mais importante na produção de alimentos, as mulheres possuem uma contribuição fundamental. [...] as mulheres do campo e indígenas têm um papel importante na transformação do atual sistema alimentar, contribuindo para o acesso e controle equitativo sobre a terra, a água, as sementes, a pesca e a biodiversidade agrícola dos que produzem alimento (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2014).

Nas divisões do trabalho, “[...] as responsabilidades reprodutivas, como o cuidado e a saúde familiar e o abastecimento de água das famílias, são de responsabilidade feminina” (SOARES, 2007), o que torna o gênero uma categoria social importante de ser analisada nas

relações e manejos dos recursos da natureza, uma vez que há uma relação social e uma estrutura de divisão tanto dos recursos, como das responsabilidades e obrigações sobre eles (VELÁZQUEZ 2003; LEACH, JOEKES Y GREEN, 2004; SOARES, 2007).

Em regiões semiáridas do México, são as mulheres as responsáveis, junto às crianças, pelo abastecimento de água do núcleo familiar. Nos períodos de escassez, as mulheres dedicam diariamente entre duas e seis horas na obtenção de água para o consumo doméstico, investindo, em algumas comunidades, 40% do seu tempo diário no abastecimento de água das famílias. Na Índia, em regiões como a de Pudukuppam, as mulheres caminham entre um e dois quilômetros até a fonte de água. Na região indiana de Malwa, essa distância é de quatro quilômetros. Esse transporte da água das fontes naturais até as casas ocasiona, para as mulheres e crianças, a redução de tempo no exercício de outras atividades, como estudo e lazer (SOARES, 2006; SHIVA, 2007; RAMÍREZ, 2008; GÓMEZ-URQUIZA, 2013; OCAMPO-FLETES *et al.*, 2018).

2.2 Semiárido, gerais e agricultura familiar

2.2.1 Semiárido

As regiões semiáridas são caracterizadas “[...] pela aridez do clima, pela deficiência hídrica, com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas” (SILVA, 2006, p.15). No mundo, existem diversas regiões semiáridas, situadas na América, Ásia, África e Oceania, que podem apresentar problemas sociais e econômicos devido à escassez de chuvas (SANTOS e LEMOS, 2018).

O Semiárido brasileiro ocupa uma área de 1,03 milhões de quilômetros quadrados e reúne 1.262 municípios de nove estados brasileiros, com uma população de 27 milhões de habitantes, ocupando aproximadamente 12% do território nacional, segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 107, de 27 de julho de 2017 (BRASIL, 2017).

Para inclusão no Semiárido, os municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) devem apresentar pelo menos um dos seguintes critérios (BRASIL, 2017):

- I. precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm;
- II. Índice de Aridez de Thornthwaite¹ igual ou inferior a 0,50;

¹ Sistema de Classificação Climática originado do trabalho do climatologista Charles Warren Thornthwaite, de 1941, em que se relaciona, num índice de aridez, o potencial hídrico, a quantidade de água da chuva e a taxa de

III. percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

O grau de aridez de uma região semiárida depende da quantidade de chuva e da temperatura – que influencia na perda de água por meio da evapotranspiração potencial – aquela em que a água é removida da superfície ou perfil do solo. Trata-se de uma “[...] região caracterizada pela insuficiência e irregularidade de chuvas, com temperaturas elevadas e fortes taxas de evapotranspiração, que se refletem no modelamento da paisagem predominante” (SILVA, 2006, p.15), nas características da vegetação e nos diferentes modos de vida e formas de convivência.

O Brasil tem o Semiárido mais chuvoso do planeta, com médias pluviométricas anuais variando entre 200 a 800 milímetros. Contudo, a distribuição das chuvas ocorre de maneira desigual, apresentando precipitações concentradas e distribuídas irregularmente, o que amplia o efeito da escassez hídrica, prolonga os efeitos da estiagem e intensifica a seca, com a hidrologia totalmente dependente do ritmo climático. Silva (2006, p.17) aponta que “[...] as secas são caracterizadas tanto pela ausência e escassez quanto pela alta variabilidade espacial e temporal das chuvas”.

Andrade (1980) analisa essa diversidade descrevendo seus múltiplos ambientes e como estes foram apropriados de diferentes maneiras pelas populações. O estudo do autor é importante para entender a relação entre o povoamento e os biomas ali presentes. Para cada ambiente, é possível distinguir também os modos de vida e as adaptações realizadas por cada população, em que se percebe uma conjugação dos aspectos naturais de cada região às necessidades cotidianas de seus habitantes. Segundo o autor, “[...] o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural” (ANDRADE, 1980, p.06).

Grande parte da população do Semiárido reside no meio rural. Trata-se de um povo apaixonado pelo lugar onde vive e que aprendeu a conviver com as características de seu ambiente biofísico. Embora possa migrar, é sempre possível que a população vá, mas também regresse ao seu território original, devido aos seus laços históricos territoriais e de parentesco (MALVEZZI, 2007).

O desconhecimento da complexidade do Semiárido fez com que práticas agropecuárias inadequadas fossem introduzidas com o apoio do Estado, o que provocou ou agravou os desequilíbrios socioambientais dessa região. As ações humanas relacionadas à retirada histórica

evaporação do solo e transpiração potencial das plantas e a quantidade máxima de perda de água pela acidez, evaporação e transpiração (BARROS, 2010).

da cobertura vegetal do Semiárido ocasionaram, entre outras consequências, a degradação de seus ecossistemas naturais. As maiores extensões de áreas em processo de desertificação no Brasil estão no Semiárido, como resultado da perda gradual da fertilidade do solo, ocasionada pelo tratamento impróprio da terra e acentuada pela má distribuição natural das chuvas (SILVA, 2006).

De acordo com IBGE (2018), como reflexo das condições climáticas do Semiárido, a sua hidrografia apresenta rios que não se mantêm perenes durante todo o ano, nos períodos de ausência de precipitações. Constituem-se exceção, entre outros, os rios São Francisco e Pandeiros, um de seus afluentes. Devido às condições hidrológicas que possui, “[...] as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas” (IBGE, 2018), em suas distintas divisões regionais (Alto, Médio e Baixo São Francisco).

2.2.2 O Alto-Médio rio São Francisco e os Gerais

A ocupação territorial de Minas Gerais aconteceu baseada na utilização intensiva e inadequada dos seus recursos da natureza, comprometendo suas condições ambientais originais.

Em 1555, Missões Jesuítas percorram as regiões que hoje correspondem ao sul do estado da Bahia e o norte de Minas Gerais, com o objetivo de reconhecer o território do Vale do São Francisco. Já na segunda metade do século XVI, ocorreram as primeiras expedições colonizadoras portuguesas na região, incentivadas pela coroa portuguesa para a organização da administração das capitânicas e para o estabelecimento de comunicação entre elas (BAETA, 2000).

Nessas expedições, os grandes rios do Norte de Minas foram descritos como muito volumosos, impressionando os viajantes:

[...] passamos uma serra muito grande que corre do norte para o meio dia e nela achamos rochas altas. Desta serra, nascem muitos rios caudais: dois deles pensamos que vão sair ao mar entre Porto Seguro e Ilhéus; chama-se um Rio Grande (rio Jequitinhonha) e outro Rio das Orinas (rio Pardo). Daqui partimos e fomos até um rio muito caudal por nome “Pará”, que segundo os índios nos informaram é o rio de nome São Francisco e é muito largo (NAVARRO *apud* JOSÉ, 1965, p. 48).

Às margens do rio São Francisco habitavam os grupos indígenas dos troncos linguísticos Macro-Jê, Tupi-Guarani e Caiapós, que resistiram às tentativas colonizadoras. Esses povos moravam, também, nas barras dos rios Mangaí e Pandeiros (VASCONCELOS, 1948; BAETA, 2000). Coelho retrata esse histórico de ocupação ao dizer que

[...] no transcurso de quatro séculos, no vale do São Francisco e de seus afluentes, foi criado um modo de vida com características singulares, uma vivência social peculiar que marca o extenso território que vai do Norte de Minas até os sertões do Nordeste. Fatos e acontecimentos ilustram e exprimem uma realidade que pode ser denominada de ‘civilização do São Francisco’ (COELHO, 2005, p.47).

Ao longo da ocupação do Vale do São Francisco, a produção e o escoamento de mercadorias pelo Velho Chico se intensificaram e a região virou um entreposto oficial de ligação não só entre os distritos mineradores e o Nordeste, mas como ponto de conexão entre os centros de ouro da capital Vila Rica e também com as minas de Goiás, na região do Urucua e do Paracatu. Mesmo após o fim do ciclo do ouro, continuaram no Vale as atividades agropastoris, plantações de mantimentos em pequenas lavouras e de cana-de-açúcar, produzindo rapadura e cachaça (BAETA, 2000).

Na margem esquerda do Alto-Médio São Francisco, no território dos “gerais”, formou-se, no século XVIII, “[...] uma das primeiras regiões de população agricultora, criadora e sedentária de Minas Gerais” (RIBEIRO, 2010a, p.25). Silva Júnior (2010) descreve o território mencionando que o

[...] Alto-Médio São Francisco, cuja história é vinculada ao ciclo da pecuária e da circulação mercantil no Vale do rio São Francisco, tem como espaço empírico os municípios de Carinhanha, Januária, Manga, Matias Cardoso, Montes Claros, Paracatu, Pirapora, São Romão e São Francisco. São municípios nascidos da abertura dos caminhos de tráfego comercial que margeavam ou cortavam o rio São Francisco (SILVA JÚNIOR, 2010, p.14).

Nos gerais sanfranciscanos, o acesso à terra era livre, com uma dinâmica fluída para a ocupação das áreas produtivas. O conhecimento tradicional das comunidades permitiu a consolidação de uma economia independente, que produzia o suficiente para a sustentação das famílias (RIBEIRO *et al.*, 2010).

O território dos gerais é formado por “[...] chapadas extensas e pouco elevadas, cobertas por vegetação arbustiva e rasteira, assentados na maioria dos lugares sobre solos muito pobres e secos, formados por areia quartzosa” (RIBEIRO, 2010a, p.23), que se estendem de Buritizeiro, em Minas Gerais, até Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

O gerais da margem esquerda do rio São Francisco são delimitados a oeste e norte pelo rio Carinhanha e ao sul pelo rio Paracatu. Possui variações na denominação conforme o lugar, podendo ser denominado como “gerais da Carinhanha”, “gerais de Januária”, “gerais de Pandeiros”, ou “gerais do Acari”. Os gerais da margem direita, por sua vez, ficaram conhecidos por “gerais de São Felipe”, devido à presença de uma serra com o mesmo nome (Cruz *et al* 2018).

A vegetação dos gerais era “exuberante” e as comunidades rurais conjugaram a disponibilidade de chuvas e fontes de água com as particularidades territoriais. As famílias associavam no seu dia a dia a forma como ocorre o manejo do gado com a topografia, com a disponibilidade de água e com o acesso às terras comuns. Os tipos de árvores encontradas na vegetação, de acordo com seu porte, servem como indicadores da fertilidade do solo e consequentemente do tipo de lavoura a ser cultivada (RIBEIRO *et al.*, 2010).

As relações que as comunidades rurais estabeleceram nos gerais ao longo da história sofreram mudanças a partir dos anos 1970. Houve para a região investimentos oriundos da Sudene e um incremento tecnológico resultante da Revolução Verde, o que resultou em impactos ambientais negativos no território dos gerais. Dentre os impactos, destacam-se a supressão da vegetação nativa, o desaparecimento de nascentes, a perda de terras dos agricultores e a “[...] drenagem de veredas e o carvoejamento da madeira, que contribuíram para devastar áreas de pastagens nativas e extrativismo tradicional” (RIBEIRO *et al.*, 2016, p.2-3).

Com a “modernização” dos gerais sanfranciscanos, as comunidades tradicionais camponesas tiveram que adequar o seu modo de vida historicamente constituído e desenvolver estratégias de convivência com uma nova conformação do território e de acesso aos recursos da natureza que remanesceram.

2.2.3 Modernização dos gerais

No Semiárido, a partir da segunda metade do século XX, os agricultores precisaram lidar com transformações impostas pela tecnificação agrícola, o que intensificou o uso dos recursos da natureza.

A “Revolução Verde” estimulou a expansão agrícola, que se orientou fortemente para o Planalto Central, quando empresas, fazendeiros e grileiros se apropriaram de milhares de hectares de terras no Cerrado. O movimento foi liderado por financiamentos públicos, acreditando que nessas terras havia oportunidade para expandir o agronegócio e criar nova base tecnológica para a agropecuária brasileira (GONÇALVES NETO, 1997; RIBEIRO *et al.*, 2010). O Estado, ao conduzir o desenvolvimento nacional, buscou centralizar as decisões em direção à expansão do capital, incentivando a implementação de grandes empreendimentos (DELGADO, 1985).

Essas mudanças foram estimuladas pelo crescimento populacional conjugado ao crescimento e modificação da estrutura econômica, pelo esgotamento de fronteiras agrícolas, pela expansão urbana e pelo rápido crescimento de empregos não agrícolas, sustentando a

modernização do setor agrário brasileiro (DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO, 1997; RIBEIRO *et al.*, 2010).

A ocupação da “fronteira agrícola” dos cerrados – como se dizia na época – se completou já na década de 1980 (GONÇALVES NETO, 1997; RIBEIRO *et al.*, 2010). Esse momento histórico deixou como legado uma agricultura menos dependente da terra e de forças de trabalho rurais e mais articulada com indústrias produtoras de insumos e bens de capital para agricultura e das que processam os produtos naturais (DELGADO, 1985). Nos gerais, a Revolução Verde fez com que as populações rurais perdessem território para as empresas que se instalaram, principalmente nas áreas de gestão e uso comum, e espaço nos mercados. Essas relações, já reduzidas em período anterior, se tornaram ainda menores com a Revolução Verde (RIBEIRO; GALIZONI, 2003).

A “modernização da agricultura” brasileira deixou consequências ambientais prejudiciais para o solo, para a biodiversidade e para as reservas de água doce. Essas mudanças resultaram em danos para as comunidades humanas, principalmente ligados à exclusão socioeconômica de parcelas da população rural, relacionados aos impactos negativos da concentração de terras e renda e ao desenvolvimento desigual das regiões brasileiras (GALIZONI, 2005; RIBEIRO; GALIZONI, 2003).

A lógica modernizante passou a dominar a cidade e o campo e as relações entre eles. As estruturas sociais, políticas e econômicas passaram a ser movidas por uma estrutura que em poucos meses transformou drasticamente o bioma Cerrado e os modos de vida a ele associados (BRANDÃO, 2007). As características tradicionais das comunidades passaram a ser, constantemente, sobrepostos por um movimento cultural homogeneizante. Em direção oposta, destaca-se o desenvolvimento de estratégias de resistência de certos grupos sociais, como agricultores familiares dos gerais, ao avanço da visão mercantil sobre os territórios e seus recursos.

2.2.4 Agricultura familiar nos gerais

A agricultura familiar é um modo específico de produzir e viver em sociedade, onde a família pode ser entendida como um grupo social que apresenta um espaço e uma lógica de socialização, representada por um sujeito coletivo, pelo qual ocorre a organização econômica, com base em aspectos do trabalho e do consumo (CHAYANOV, 1974; BRUSCHINI, 1989; LÉVI-STRAUSS, 2010).

O fato da agricultura familiar, enquanto estrutura produtiva, associar família, produção e trabalho dita a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996; COSTA FILHO, 2019). A família é ao mesmo tempo a proprietária e a força de trabalho no estabelecimento produtivo, não havendo como dissociar a produção da organização familiar e social.

A família camponesa expressa modos culturais específicos, sejam materiais ou simbólicos. Um deles é a maneira como ocorre a interação com a natureza viva, onde a terra representa um componente especial, entendida não apenas por sua estrutura física, mas, também, como um aparato simbólico (BRANDÃO, 1983; PLOEG, 2009).

O campesinato é capaz de se reinventar e preservar as tecnologias de trabalho respeitando as transformações da natureza e do meio onde vive. Assim, quando necessário, as comunidades rurais (re)criam seus códigos próprios de relações sociais entre si e com o meio, possibilitando a continuidade de trabalho com a terra, mesmo que, em alguns casos, de forma restrita.

Na agricultura familiar existe uma “ética camponesa”, como traz Woortmann (1990, p. 11), formada por relações próximas e inerentes aos territórios, aos ambientes e aos recursos. Esta ética é “[...] constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações do ser humano entre si e com as coisas, notadamente, a terra” (WOORTMANN, 1990, p. 11). Essa ética se traduz em normas costumeiras, que se distinguem, em sua maioria, daquelas previstas pela ética legal, apoiada em aparatos jurídicos institucionalizados pelo Estado.

Nos gerais, as famílias agricultoras se adaptaram às diversas dinâmicas do território, onde a água, ou sua ausência, configurou o estilo de vida, a produção familiar e as normas locais. Para essas populações rurais, a água sempre foi um recurso valioso, mesmo quando escasso, sendo sempre zelado, pois quantidade não significa qualidade ou proximidade de acesso (GALIZONI, 2005). Segundo Galizoni (2005, p. 15), “[...] as boas águas de beber eram procuradas, concorridas e as técnicas de encontrá-las muito valorizadas”.

A dinâmica das águas, conjugada com as particularidades territoriais, dita nos gerais a produção de alimentos, o manejo e a criação dos animais. Ao associar esses dois aspectos, as famílias agricultoras classificam o ambiente de forma particular, dividindo-o em três principais áreas: vazante, mata e gerais. Cada ambiente é caracterizado pela oposição entre terra e água, que se reflete na diferença entre a mata e os gerais (GALIZONI, 2005; RIBEIRO *et al.*, 2010). Galizoni (2005) relata que “[...] na mata, a terra é fértil, mas quase sempre falta água em quantidade suficiente, ou em qualidade, ou às vezes em ambas; já nos gerais, existe água de boa

qualidade, mas a terra não produz bem, não é muito fértil” (GALIZONI, 2005, p. 126). Essa divisão no território dos gerais está ilustrada na Figura 1.

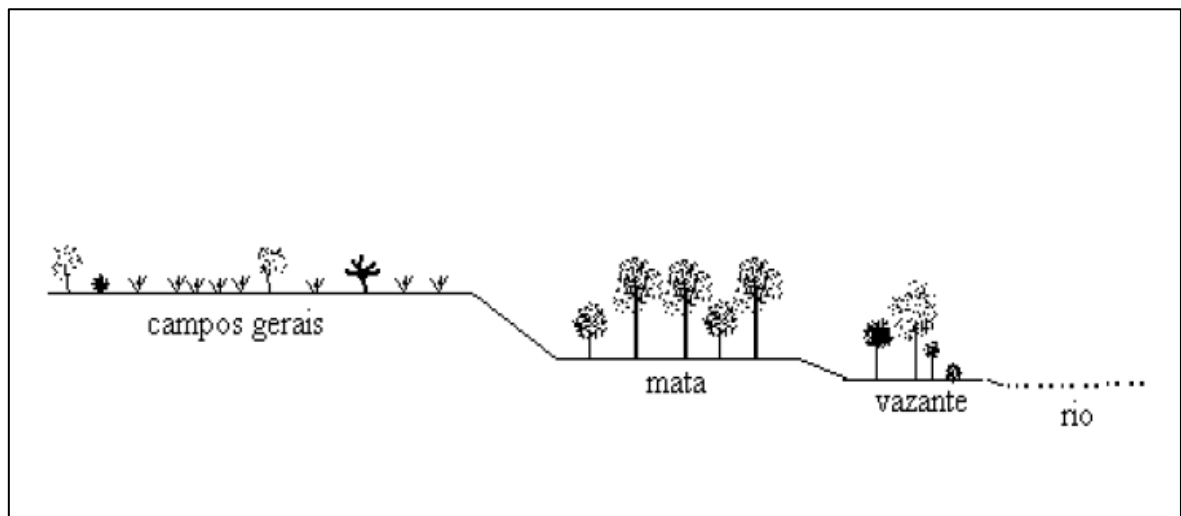


Figura 1 – Classificação dos ambientes no território dos gerais.
Fonte: Galizoni (2005).

As divisões nos ambientes influenciam na atividade que as comunidades realizam. Vazanteiros plantam na estação seca, nas áreas de vazante; geralistas dividem suas atividades extraindo recursos da natureza, plantando pouco mantimento no tempo das águas e cultivando muito mantimento nos brejos das veredas, no tempo da seca; e lavradores fazem agricultura de sequeiro, dependendo do período das chuvas para seus cultivos (GALIZONI, 2005, p.127). Existem comunidades, ainda, que fazem uso da vazante e da mata, plantando hortas nas vazantes, agricultura de sequeiro nas matas e os dois tipos de cultivos nos brejos.

Na agricultura dos gerais, baseada nas condições ambientais, existem lugares próprios para cada atividade. O roçado, por exemplo, é realizado em lugares indicados pela cor do solo, pelo porte da vegetação e por plantas específicas que indicam a fertilidade do solo. O cruzamento dessas características determina as culturas plantadas (GALIZONI, 2005; RIBEIRO *et al.*, 2010). O sistema de produção utiliza, principalmente, o plantio em brejos e vazantes e o fogo nos gerais para preparação da terra. Nas áreas embrejadas de veredas, cultivava-se arroz, feijão e outros mantimentos. Medeiros (2011) apresenta o conceito de “botar brejo”, que é associado à ideia de plantar mantimentos na estação da seca, aproveitando as áreas úmidas dos buritizais.

Os brejos eram postos em geral antes das águas, e quando os pés atingiam o ponto da cobiça do gado, este já não tinha mais acesso a eles, dado o alagado das vargens que circundavam os brejos. Na época das águas, o gado gostava de beber da água das vargens, mais quente do que a dos rios, mas se alimentava mesmo do capim e frutos do cerrado em terra firme, deixando livres as plantações. (MEDEIROS, 2011, p. 99).

A criação de gado, também, sempre foi importante nos gerais. Os ambientes de campos gerais, onde a terra é fraca, arenosa e coberta por capim nativo, não possibilitam cultivos de mantimentos. Eles são destinados para pastagem, extração de frutas, lenha e plantas que servem como remédios naturais. Tratam-se de áreas abertas, onde a “solta” do gado é feita em comum, por uma comunidade ou por um conjunto delas.

Assim como o cultivo de mantimentos, o manejo do gado ocorre com base nos ciclos da chuva. No tempo das águas, o gado é levado para as soltas nos gerais, onde se alimentam de brotos de plantas nativas e há uma abundância de fontes de água. Nesse período, a terra de cultura tem suas lavouras formadas. No tempo das secas, o gado é colocado nos pastos – local que possui capim plantado.

2.3 Institucionalização ambiental

2.3.1 Áreas protegidas

No cenário internacional, as discussões ambientais, resultantes dos fenômenos históricos de degradação ambiental, que gerou devastação das florestas e perdas de biodiversidade e efeitos diretos sobre a qualidade de vida, começaram a ser discutidas, de maneira efetiva, a partir da metade do século XX.

A publicação da obra “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, em 1962, contribuiu para difundir em todo o mundo os efeitos das ações humanas sobre a natureza. A criação da Lei da Política Ambiental dos Estados Unidos da América (Nepa), de 1969, por sua vez, inovou ao trazer a dimensão ambiental como fator de tomada de decisão política.

Na sequência, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, no ano de 1972, sediada em Estocolmo, foram marcos históricos para a consolidação das preocupações ambientais no mundo. A Conferência de Estocolmo deixou como legado várias medidas, entre elas, a criação de diversos órgãos e instituições, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com atuação direta na proteção do meio ambiente. Ações governamentais passaram a ser discutidas nesse sentido e os diversos governos foram “convocados” a incorporar de maneira mais expressiva as dinâmicas ambientais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

O saldo do modelo de Estocolmo foi representado pela “consciência pública” que foi se formando a respeito do meio ambiente, pelo arcabouço institucional constituído e pelos instrumentos de gestão ambiental criados no período (BREDARIOL, 2001). Esses fatores levaram à criação de fundos internacionais e de bases teóricas e legais para se reservar grandes

áreas naturais. Houve um aumento mundial das unidades de conservação e a criação de parques e reservas tornou-se uma das principais estratégias para conservação da natureza (DIEGUES, 1993).

No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1937 (BRASIL, 1937) já ditava o papel do Estado na proteção de espaços com belezas naturais e monumentos de valor histórico, com base em uma visão conservacionista. A primeira unidade de conservação criada foi o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, com base nas diretrizes do “Primeiro Código Florestal”, de 1934 (BRASIL, 1934).

Em 1965, foi instituído o “Antigo Código Florestal” (BRASIL, 1965), em que foram definidas as seguintes áreas protegidas: Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal, que, mais tarde, foram recepcionadas pelo artigo 225º da Constituição Federal de 1988. Antes da promulgação da atual Constituição, foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente, pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que, entre outros instrumentos, previa a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, com vistas à proteção de ecossistemas representativos e com relevância ecológica (BRASIL, 1981).

No ano 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação instituído pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. No SNUC, as Unidades de Conservação (UCs) são divididas em duas categorias: as UCs de proteção integral, que visam à “[...] manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”; e as UCs de Uso Sustentável, que permitem a “[...] exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000). As áreas protegidas do SNUC, contudo, são geridas, em sua maioria, por instâncias governamentais. No caso das áreas de uso sustentável, o manejo deve ser controlado pelas instâncias fiscalizadoras do Estado, o que distancia o olhar e a voz comunitária das normas legais.

Quando trata do modelo preservacionista, instituído no Brasil, em parte, pelo SNUC, Diegues (1999) aponta que este representa um “[...] alto custo social e político, pois adota um enfoque autoritário, de cima para baixo, uma vez que, na maioria das vezes, as comunidades locais não são consultadas a respeito da criação de uma área protegida restritiva sobre seu território” (DIEGUES, 1999, p. 7). Outros autores, como Gomez-Pompa e Kaus (2000, p.273), destacam que a corrente dos preservacionistas tradicionais enxerga apenas

[...] o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente veem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado. (Gomez-Pompa e Kaus, 2000, p.273).

É importante dizer que o envolvimento das comunidades é previsto na legislação federal, onde, segundo o SNUC, deve ser assegurada “[...] a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000, Art. 5º). Mas, por mais que o caráter participativo seja assumido nos dispositivos legais, esta condição ainda não se manifesta no planejamento e na gestão das áreas protegidas.

No caso de algumas populações tradicionais, segundo Diegues (1993), é inexplicável que suas atividades, em sua maioria vinculadas à agricultura tradicional, a pesca e ao extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza, enquanto se permite a instalação de grandes obras e estruturas para usuários de fora da área. O que se observa, segundo o autor, é que grande parte do orçamento das UCs são usadas para ações de fiscalização e repressão, deixando de lado ações que visem melhorar as condições de vida e a manutenção de certas populações que, se organizadas e estimuladas, poderiam contribuir positivamente para a conservação das áreas protegidas e para uma gestão equilibrada dos recursos da natureza, não necessariamente institucionalizada.

2.3.2 A institucionalização da gestão da água

Os anos 1970 marcaram a institucionalização da gestão e do acesso à água. Um marco relevante para essa discussão foi a realização da primeira edição da Conferência das Nações Unidas Sobre a Água, que ocorreu no ano de 1977, com o objetivo de institucionalizar a problemática da escassez e disponibilidade hídrica em uma perspectiva global. Desde então, diversos fóruns e conferências², como a Conferência de Mar del Plata, ocorrida em 1977; a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), em 1992; o Fórum Mundial da Água, evento global que é realizado trienalmente desde 1997. Esses eventos vêm sendo realizados com o objetivo de universalizar o acesso a água, em quantidade e qualidade, e propor soluções para questões relacionadas aos impactos e à escassez de recursos hídricos (PETRELLA, 2002).

Dados da Organização das Nações Unidas mostram que mais de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo vivem em situação de alto estresse hídrico e cerca de 4 bilhões experimentam

² Ressalta-se, também, outros encontros globais relacionados à discussão dos recursos hídricos: a Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento (1981-1990), a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente (1992) e a Cúpula da Terra (1992).

escassez severa de água durante pelo menos um mês do ano. Ainda assim, estima-se que a demanda mundial por água deve crescer de 20% a 30% em relação ao nível atual de uso até 2050. Essa demanda será crescente, principalmente, nos setores industrial e doméstico. Além disso, será preciso lidar com os efeitos da intensificação das mudanças climáticas (UNESCO, 2019, p.2).

No caso específico do Brasil, o relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de 2018, elaborado pela Agência Nacional das Águas (ANA), revelou que, em 2017, 3 milhões de pessoas foram afetadas por cheias e inundações e, aproximadamente, outras 38 milhões foram atingidas por secas, com 80% destes últimos residentes na região Nordeste (ANA, 2018).

A discussão sobre formas de acesso e distribuição da água tem direcionado, no domínio político e legal, uma legislação que busca, mediante privatização, a otimização das formas de gestão, distribuição e acesso universal. O acesso a água de grande parte dos brasileiros, principalmente nas áreas urbanas, já é privatizado, ocorrendo cobrança pelo uso da água. Apesar de a água ser difundida legalmente como um “bem de domínio público”, segundo a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (BRASIL, 1997), para acessá-la nos centros urbanos é necessário que se pague às companhias de abastecimento por sua coleta, tratamento e distribuição.

O acesso e a qualidade da água, nos centros urbanos, estão intimamente relacionados com a presença de infraestruturas adequadas para a sua captação e distribuição, regulando financeiramente seu uso e acesso. Em uma condição socioespacial oposta, existem localidades, em sua maioria zonas rurais e periféricas, onde o acesso a água ainda é limitado devido a problemas de infraestrutura, acesso, oferta e qualidade das fontes de água (GALIZONI, 2005).

No meio urbano, as pessoas não possuem um contato direto com as fontes de água, o que resulta num distanciamento da relação entre a sociedade e esse bem da natureza (RIBEIRO e GALIZONI, 2003). A água é distribuída por companhias de saneamento, cortando o vínculo e muitas vezes afastando a percepção sobre a sua origem, quantidade e qualidade. No meio rural, por outro lado, as populações têm as fontes de água mais próximas de si e, ao fazer o uso e o manejo direto, se apropriam da gestão das águas por não existirem intermediários.

Ribeiro e Galizoni (2003, p.141) trabalham essa temática mediante abordagem de “escalas de escassez”. Os autores referem-se às diferentes visões sobre a água. Sob a óptica mercadológica, dos grandes empreendimentos, ela pode ser entendida como mercadoria e matéria-prima; já relacionada à visão das comunidades tradicionais rurais, a água é percebida como dádiva.

Ao longo da história de ocupação do território brasileiro, a água foi percebida pelas comunidades rurais como um recurso que ultrapassava os limites da propriedade privada (GALIZONI E RIBEIRO, 2011). Apesar de a lógica urbano-capitalista do domínio privado se sobressair sobre as terras e recursos naturais, essa condição não pode ser considerada como o único regime existente no Brasil e no mundo. Existem outros arranjos onde as terras e os recursos naturais, como a água, são compreendidos como bens, espaços e patrimônios comuns, pertencentes a uma coletividade que organiza e discrimina seu uso (GALIZONI, 2005).

Percebe-se que, para muitas sociedades, principalmente àquelas urbano-industriais, a água é tratada de modo utilitarista, como um recurso voltado somente para o consumo humano. Shiva (2007) aborda a visão de mercado que percebe a escassez da água como resultado de um modelo de desenvolvimento pautado por uma acelerada industrialização, baseada no modelo econômico da “Lei da Oferta e Procura”. Essa visão mercantil, contudo, não leva em consideração as peculiaridades presentes na distribuição e no uso da água pelos distintos grupos sociais ou a relevância de sua participação na gestão desse recurso da natureza.

2.3.3 Participação social na gestão dos recursos

As mudanças econômicas, políticas e ambientais dos anos 1970 e 1980 resultaram em novas demandas socioambientais. Paralelo à institucionalização ambiental, os movimentos sociais no Brasil passaram a se mobilizar para a obtenção de direitos sobre a degradação e poluição ambiental que afetavam as populações (LOPES, 2004; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Como consequência dessas mudanças, emergiram os chamados “novos movimentos sociais”. Estes se organizaram de forma reivindicativa, recusando as relações subordinadas de tutela ou de cooptação por parte do Estado, dos partidos políticos ou de outras instituições, conquistando o direito da sociedade civil de participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade. Essa “cultura participativa” colocou novos temas na agenda de políticas públicas e conquistou o reconhecimento de novos sujeitos de direitos (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010).

Os movimentos sociais no campo, que, desde a década de 1980, vêm se consolidando, formularam nos anos de 1988 e 1989 reivindicações para uma gestão participativa dos territórios que extrapola o sentido estritamente sindical, incorporando, também, critérios étnicos, ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva (ALMEIDA, 2004).

A gestão comunitária e participativa no rural brasileiro tem sido campo de frequentes contestações. Estas remetem a uma reflexão sobre a lógica dos usos e dos diálogos, onde as opções técnicas e políticas vigentes consideram as populações que se opõe ao desenvolvimento, nos moldes urbano-industriais, como atrasadas e irracionais. Assim, a realidade dessas populações permanece desconhecida para a maioria dos formuladores de políticas públicas (RIBEIRO e GALIZONI, 2003).

A legitimidade das comunidades rurais na gestão dos recursos é importante devido às peculiaridades de seus territórios e as territorialidades manifestadas. Durante muito tempo, os recursos, em especial a água, foram geridos e tratados como bens comunitários, com a existência de sistemas capazes de preservar e repartir coletivamente, garantindo sua sustentabilidade. Sistemas comunitários de gestão dos Andes, do México, da África e da Ásia, por exemplo, se deterioraram quando os Estados passaram a ter controle sobre a água (SHIVA, 2007).

3 ÁREA DE ESTUDO

Esta pesquisa foi desenvolvida com comunidades rurais em contato diário com um rio vivo – o Pandeiros, integrante da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Esse é um território de atuação do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ)³, o qual a pesquisadora passou a ter contato ao iniciar sua atuação nesse trabalho.

Afluente direto do rio São Francisco, o Pandeiros foi delimitado como referência regional da pesquisa. Após a escolha do rio Pandeiros, a comunidade Cabeceirinha, localizada no município de Januária, que é banhada pelo Pandeiros, foi definida como área de estudo. Além de sua localização, nas margens do Pandeiros, Cabeceirinha integrava as ações da Cáritas Diocesana de Januária, parceira do Núcleo PPJ e desta pesquisa. A Cáritas é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário (CÁRITAS, 2019). A atuação dessa entidade em Cabeceirinha ajudou na interlocução com os moradores.

O município de Januária está localizado no norte do estado de Minas Gerais, fazendo fronteira com os municípios de Chapada Gaúcha, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Bonito de Minas, Cônego Marinho e com o estado da Bahia, ao norte. Tem uma área de 6.661,588 km² e contava, em 2010, com uma população de 65.463 habitantes. Januária é formada por uma extensa área rural que, até o ano de 2010, era a segunda maior de Minas Gerais em quantidade de população rural, apresentando 24.141 pessoas na zona rural e 41.322 pessoas na zona urbana, de acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A sede municipal de Januária está a uma altitude média de 474 metros, com clima quente e úmido, apresentando temperatura média anual de 27°C e umidade relativa média de 60%, com precipitação média anual de 850 mm. O município está inserido no Semiárido oficial, na faixa de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga (IBGE, 2010).

Januária é drenada por extensa rede hidrográfica, que tem o São Francisco como rio principal, formada por vários afluentes do “Velho Chico” que cortam as comunidades rurais, atribuindo a elas singularidades. Como exemplos de afluentes, destacam-se os rios dos Cochos, o Tamboril, o Pardo, o Peruaçu, o Pandeiros, entre outros.

³ As pesquisas na região do Alto-Médio São Francisco foram realizadas com o financiamento do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – Projeto FAPEMIG APQ-04517-16: “Água e agroextrativismo na bacia do rio Pandeiros”; e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com a Cáritas Diocesana de Januária.

O município tem os ritmos de vida condicionados à dinâmica da água no decorrer do ano. Galizoni (2005, p. 125) aponta que as múltiplas fontes de água fazem com que o município possua uma “[...] paisagem em movimento”, viva e dinâmica.

[...] na estação seca, que é a mais extensa, os rios, córregos e riachos se recolhem, a vegetação fica pardacenta e com poucas folhas. Caindo as primeiras chuvas, a vegetação responde rapidamente: se veste toda, os rios e riachos crescem e a paisagem se transforma. (GALIZONI, 2005, p. 125).

Na zona rural de Januária está localizada a comunidade de Cabeceirinha, no território do Alto rio Pandeiros, como pode ser observado na Figura 2. O rio Pandeiros, afluente do rio São Francisco, abrange os municípios de Januária e Bonito de Minas e nasce na comunidade de Fazenda Larga, próxima à Cabeceirinha, e deságua no rio São Francisco, na fazenda Santa Maria, distrito de Pandeiros, Januária.

Cabeceirinha está a 120 quilômetros da sede de Januária. O caminho tem cerca de 50 quilômetros de asfalto e 70 quilômetros de areia quartzosa, característica dos gerais. A comunidade possui uma população que associa e depende dos recursos da natureza para construção dos seus modos de vida. Reúne 78 famílias em seis “povoados”: povoado de Tatu, formado por 22 famílias; povoado de Cabeceirinha, com 14 famílias; povoado de Resfriado, com 11 famílias; povoado da Goiabeira, com 10 famílias; povoado da Raposa; com 07 famílias; e povoado de Ribeirão Curralinho, com 14 famílias.

Como estruturas comunitárias, Cabeceirinha possui uma escola municipal, que atende as crianças da primeira a nona série; um centro comunitário, que está localizado no mesmo prédio da escola; duas casas de farinha; e uma igreja católica – religião predominante na comunidade. Em Cabeceirinha, não há posto ou Unidade Básica de Saúde (UBS), as famílias são atendidas por agentes de saúde que visitam quinzenalmente as casas e, em caso de necessidade de atendimento médico, os moradores vão até no Bonito de Minas ou na sede de Januária.

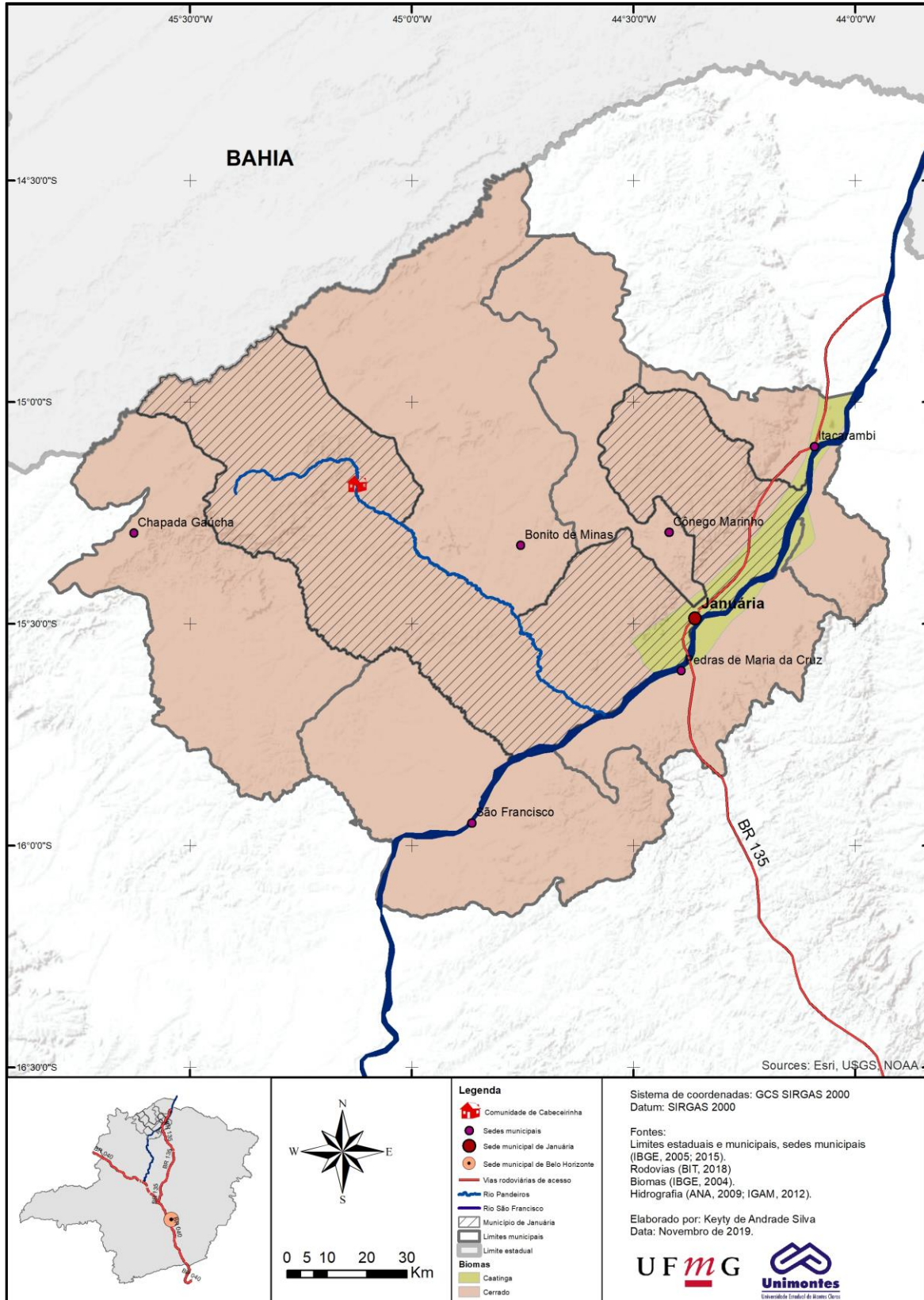


Figura 2 – Mapa de localização de Cabeceirinha, no município de Januária, com os municípios limítrofes, o rio Pandeiros e os biomas. Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria das casas era construída de tijolo, mas havia algumas, mais antigas, de adobe. As casas eram construídas na parte central ou da frente do terreno, com a porta da sala voltada para a estrada, e quase todas tinham uma pequena varanda na parte da frente, usada como espaço de socialização das famílias.

Todas as casas de Cabeceirinha possuem energia elétrica e as famílias possuíam aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos. As vias e acessos da comunidade não eram iluminadas, não existindo iluminação pública.

Os resíduos gerados pelas famílias eram queimados nos terreiros e as cinzas, muitas vezes, usadas na própria terra, adubando o solo.

O transporte escolar é público e gratuito, atendendo todos os povoados e levando também os alunos para a comunidade de Grotinha, onde está localizada a sede da escola de Ensino Médio da região. O transporte do restante das pessoas é privado. Para ir de Cabeceirinha até Januária, por exemplo, o valor pago é de R\$ 25,00, com o ônibus saindo da comunidade às segundas, quartas e sextas-feiras, às 5 horas da manhã, e retornando de Januária às 16 horas. Normalmente, os moradores vão à Januária para ir ao banco ou ao médico, comprar mantimentos para casa, passear ou visitar parentes.

Além do transporte privado, os moradores utilizam carros, motos e cavalos para se locomoverem pela região, sendo a moto o meio de transporte predominante na comunidade, principalmente entre os moradores mais jovens.

A principal fonte de renda das famílias vinha da agricultura familiar. No caso dos moradores idosos, havia também a renda da aposentadoria.

Sobre a história do povo de Cabeceirinha, as famílias vivem na comunidade há no mínimo quatro gerações e têm seus modos de organizar a produção e costumes ligados ao rio Pandeiros e aos gerais, formando uma relação entre a sociedade, o ambiente e o território. As toponímias dos povoados estão relacionadas, segundo os moradores, a aspectos naturais de cada um, associados, em maioria, ao nome de “grotas” – cursos d’água menores que um rio. O nome do povoado do Tatu, por exemplo, está associado à “grotinha” do Tatu, que tinha em suas margens grande quantidade de tatus. Não somente as toponímias, mas as dinâmicas da agricultura, o manejo do gado e a autodenominação das comunidades têm relação com a disponibilidade e com o acesso às fontes de água.

O nome Cabeceirinha, que passou a ser estendido ao conjunto dos povoados, foi atribuído pela localização da comunidade próxima à cabeceira do rio Pandeiros. O povoado de Goiabeira apresenta esse nome pela existência, no passado, de muitos pés do fruto; Raposa, por

estar localizado às margens da grotta da Raposa; e Ribeirão Curralinho, por ser banhado pelo córrego Ribeirão.

O povoado de Ribeirão Curralinho surgiu da divisão do povoado de Ribeirão do Lavrado. Senhor Valentim Barbosa dos Santos, morador de Cabeceirinha, contou que “[...] *o Curralinho é apenas divisão de comunidade de uns dias pra cá, porque Ribeirão era um lugar só*”. Com a divisão, Ribeirão Curralinho se tornou um dos povoados que integram a comunidade de Cabeceirinha e Ribeirão do Lavrado uma nova comunidade.

A apresentação de Cabeceirinha pelos moradores por um único nome, que unifica e representa os povoados, surgiu com a criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Cabeceirinha e Ribeirão, no ano de 1996. Já a denominação de Cabeceirinha como uma comunidade aconteceu no ano de 2003, quando a Cáritas iniciou sua atuação nos povoados.

Ao longo das entrevistas, os moradores, para se referirem à Cabeceirinha e esclarecerem aspectos ligados à história e à localização, utilizavam o nome dos povoados, o termo “comunidade” ou somente “Cabeceirinha”. Essas duas últimas denominações correspondiam às principais formas como os moradores identificavam e apresentavam a localidade, por ser o nome que remete à integralidade das relações entre todas as famílias, que possuem laços de parentesco em todos os povoados. Desse modo, Cabeceirinha será tratada como uma comunidade formada pelos povoados que a compõe. Estes foram discutidos de maneira individual quando os sujeitos da pesquisa assim o tiverem feito ou como uma forma de melhor explicitar as histórias contadas para facilitar o entendimento do leitor.

Em Cabeceirinha, assim como nos gerais, existem características próprias que foram adquiridas e são transmitidas ao longo das gerações. As famílias associavam, no dia a dia, a forma como ocorre o manejo do gado, a topografia, a disponibilidade de água e acesso às terras comuns, os tipos de “pau” encontrados na vegetação, que de acordo com seu porte servem como indicadores da fertilidade do solo e, conseqüentemente, do tipo de lavoura a ser cultivada. Todos esses conhecimentos tradicionais revelam um conjunto de fatores e características que orquestradas ao longo de gerações encontra-se inserido na história dos moradores e de Cabeceirinha.

Os moradores possuem estreitos laços de parentesco, sendo todos membros de uma mesma família ou compadres e comadres – sejam amigos, vizinhos, conhecidos próximos ou padrinhos dos filhos uns dos outros. A população é formada principalmente por jovens e idosos. Como a faixa etária de idosos é uma das predominantes, a aposentaria, também, é uma importante fonte de renda.

Suas atividades diárias são voltadas principalmente ao cultivo de roças e hortas, à criação de animais e à produção de farinha de mandioca para consumo e venda. Uma das etapas do beneficiamento da mandioca é ilustrada na Figura 3. Tratam-se de famílias que apresentam uma relação íntima com a terra e que possuem conhecimento sobre o ritmo das águas do Pandeiros, das chuvas, dos gerais, dos locais mais adequados para o plantio, dos tipos de pau de cada terra.

No ano de 2019, a comunidade de Cabeceirinha iniciou o reconhecimento legal pela autodeclaração étnica como comunidade remanescente de quilombo. Uma das entradas para a autodeclaração ocorreu por meio de manifestações socioculturais, relacionadas à base alimentar e aos trabalhos tradicionais na agricultura familiar. A vinculação entre memória étnica já ocorria por meio do nome da escola de Cabeceirinha, que no ano de 2018 passou a ter o nome de Escola Municipal Quilombola Bebiano Costa.



Figura 3 – Dona Maria do Carmo Ribeiro Rocha durante o preparo de farinha de mandioca.
Fonte: Registro fotográfico obtido pela autora durante pesquisa de campo (2019).

4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Após a delimitação da área de estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico, etapa importante para aprofundar o conhecimento a respeito dos contextos temático e territorial onde ocorreu a pesquisa, tanto no aspecto físico quanto no histórico-cultural e social.

Nesta etapa, foram consultados autores como Andrade (1980), Galizoni (2005), Silva (2006), Malvezzi (2007), Ribeiro (2010a; 2010b), Medeiros (2011), entre outros, para melhor compreender as características do Semiárido e dos gerais. Outros autores, como Moura (1978), Heredia (1979), Brandão (1983;2007), Woortmann (1990), Wanderley (1996), Diegues (1993; 1995; 2005; 2007) e Ploeg (2009), foram consultados para compreensão das questões ligadas à agricultura familiar e ao campesinato brasileiro e da relação de comunidades tradicionais com os recursos da natureza. Chayanov (1974), Bruschini (1989) e Lévi-Strauss (2010), por sua vez, foram revistos para o entendimento do papel da família na organização econômica e social da agricultura familiar.

Após o levantamento bibliográfico, foi escolhido o método para o desenvolvimento da pesquisa – a etnografia. Esta foi usada como procedimento central do trabalho por possibilitar, por meio do trabalho de campo, a análise dos modos de vida e da organização social e produtiva das famílias, com base na interação entre o ponto de vista do grupo social e da pesquisadora e na “descrição densa” do objeto de estudo por meio de diálogos e vivências que visam alargar o entendimento do universo, material e simbólico, do ser humano (GEERTZ, 1989, p.23). O método etnográfico envolve uma análise descritiva de grupos e culturas humanas mediante utilização de uma abordagemêmica, que, de acordo com Rosa e Orey (2012), procura compreender determinada cultura com base nos seus próprios referenciais, nos seus signos interpretáveis, na sua vida cotidiana e nas “vivências e experiências” do (a) pesquisador (a), como aponta Carneiro *et al.* (2013). O produto final da etnografia envolve a organização de “[...] dados concretos obtidos com base em todos os dados observados” (MALINOWSKI, 1978, p. 24)

A abordagem qualitativa da pesquisa, inserida no método etnográfico, permitiu um aprofundamento na compreensão da realidade de Cabeceirinha mediante princípio holístico – baseado em um entendimento integral dos fenômenos. A natureza exploratória da pesquisa possibilitou a construção de uma familiaridade com os sujeitos da pesquisa e com a temática água, tornando a relação entre teoria e realidade mais explícita e auxiliando no levantamento de problemas em campo antes que “[...] na qualidade de ideias preconcebidas” (MALINOWSKI, 1978, p. 22).

No método etnográfico, foram usadas as seguintes técnicas de pesquisa social qualitativa para atingir os objetivos específicos do estudo:

- a) **entrevista aberta:** modalidade de entrevista em que o entrevistado é livre para abordar os temas propostos pelo pesquisador segundo o que considera mais adequado. Esta modalidade, com menor nível de estruturação possível, distingue-se de uma conversa informal por apresentar como objetivo básico a coleta de dados (GIL, 1999). Minayo (1993) complementa a sua função ao dizer que essa técnica é utilizada quando o investigador deseja levantar o maior número possível de informações sobre determinado tema, de acordo com a percepção do entrevistado.
- b) **observação participante:** esta técnica pode ser definida como o processo de entendimento científico de determinado grupo social mediante estabelecimento de “[...] um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana em sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo” (MAY, 2001, p. 177). A utilização dessa técnica supõe a interação pesquisador/pesquisado, em que as informações obtidas e as respostas dadas às indagações do pesquisador dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa e a presença do pesquisador tem que ser justificada (WHYTE, 2005, p. 301). A observação participante orienta a elaboração do texto etnográfico e produz, também, “[...] uma espécie de apêndice, um texto paralelo, em tudo útil para a elaboração do escrito principal” (MARQUES e VILLELA, 2005, p.41).
- c) **mapeamento participativo:** este instrumento possibilita o envolvimento direto “[...] dos membros da comunidade no levantamento do uso da terra e das fronteiras de seus domínios” (ACSELRAD, 2008, p.15). O mapeamento preocupa-se, ainda, em apresentar, em etnomapas, as formas de distribuição espacial dos elementos ambientais e culturais e de aspectos relacionados ao contexto social de determinados povos. Essa construção participativa contribui para um entendimento legítimo do contexto analisado e para uma nova mentalidade do espaço, pois a construção dos mapas ocorre com base na percepção e da concepção dos sujeitos da pesquisa.
- d) **genealogia:** estudo que “[...] dedica-se ao estudo de famílias, sua origem, sua evolução, descrevendo as gerações em cadeia e traçando, sempre que possível, a história de vida dos seus membros e dos sujeitos a elas pertencentes” (BAHIA e ANDRADE, 2009, p 68).

O somatório desses procedimentos da pesquisa foi utilizado durante a realização de imersões em campo, seguindo a lógica principal da observação participante, no conjunto de povoados de Cabeceirinha.

As características ambientais de Cabeceirinha e do Semiárido são distintas nos diferentes períodos do ano: “*tempo das águas*”, que ocorre, normalmente, de outubro a março; e “*tempo da seca*”, que ocorre, normalmente, de abril a setembro. Com base nessa realidade, os trabalhos de campo aconteceram de maneira sazonal, em diferentes campanhas ao longo do segundo semestre de 2019, nos meses de julho, agosto, setembro e novembro, e do primeiro semestre de 2020, no mês de janeiro.

Antes das imersões em campo, foram estabelecidos temas para serem abordados durante as entrevistas abertas. Os principais temas, ligados à sociedade, ao ambiente natural e ao território, que nortearam as entrevistas abertas, foram: as características da paisagem, o histórico dos gerais no contexto de Cabeceirinha, o acesso e manejo da terra e dos recursos da natureza, a organização social, a influência da água para disposição dos elementos na paisagem e ocupação do território, as formas de lazer e o grau de parentesco e a ancestralidade. Durante as imersões e apuração dos dados, novos temas surgiram e passaram a ser abordados. Os roteiros usados para as entrevistas abertas estão apresentados na Apêndice A.

Definidas as primeiras temáticas a serem abordadas, o primeiro campo aconteceu em julho de 2019. Durante a primeira imersão, bem como em todas as demais campanhas de campo, a moradia em Cabeceirinha foi a residência de Niomar Nunes Braga e Alexandra Farias Nunes (conhecida pelos moradores como Sandra), juntamente com seus dois filhos, Isaac Farias Nunes e Ycaro Alexandre Farias Nunes. A possibilidade de residir na casa de Sandra e Niomar ocorreu pelo fato de Sandra já ter trabalhado na Cáritas e por possuir uma relação próxima com o Núcleo PPJ.

O contato inicial com Sandra facilitou a interlocução com os demais moradores, já que ela é nascida e criada em Cabeceirinha e por ser, segundo os moradores, uma representante legítima da comunidade, principalmente pelo fato de ter presidido a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Cabeceirinha e Ribeirão até o ano de 2019.

Durante os campos, a ajuda de Sandra, Niomar, Isaac e Ycaro foi fundamental para a realização das entrevistas e para o conhecimento das famílias e dos modos de vida em Cabeceirinha. Morar na casa de Sandra e Niomar gerou uma maior confiança e aceitação pelos demais moradores durante os primeiros contatos. Além disto, o convívio cotidiano com a família de Sandra favoreceu o entendimento da perspectiva e da identidade tradicional dos moradores de Cabeceirinha e foi fundamental para o andamento da etnografia.

As primeiras entrevistas aconteceram seguindo as indicações de Sandra. Ela apontou quem eram os moradores mais antigos de Cabeceirinha e que conheciam mais sobre a formação e ocupação territorial na comunidade e sobre as histórias da região. A partir das sugestões iniciais de Sandra, entrevistas abertas foram realizadas com os seguintes moradores: Dona Maria Lopes, Senhor José Lopes, Dona Sota Carmelita Pereira Lisboa (conhecida como Ita), Senhor Joaquim Pereira Rocha (conhecido como Quinca), Dona Maria Santana Lopes dos Santos, Dona Corina Ferreira Rocha, Senhor André Rodrigues Ferreira, Senhor Santilino Rodrigues Ferreira, Dona Ana Lucia da Silva (conhecida como Lucia), Senhor Jorge Ribeiro. Na sequência, esses moradores indicavam outras famílias para serem visitadas.

Além dos moradores mais antigos, foram realizadas entrevistas com os seguintes moradores de Cabeceirinha: Dona Antônia Farias, Dona Isolina Barbosa Carneiro, Karine Lopes, Dona Maria do Carmo Ribeiro Rocha, Dona Rosenice Lopes Araújo (conhecida como Rosinha), Dona Keila Ferreira, Dona Deusdita Almeida, Dona Justina, Senhor José Carneiro, Dona Cida.

As narrativas e o delineamento da pesquisa foram “tomando corpo” de acordo com as contribuições dos entrevistados durante as entrevistas abertas, reorientando o estudo, em alguns casos, para abordagens não previstas no escopo inicial do trabalho. As temáticas abordadas durante as entrevistas também foram redesenhadas, quando era o caso, de acordo com as narrativas e com as conversas com os moradores.

As entrevistas eram associadas com a observação participante. Em muitos momentos do dia a dia, as histórias e relações com os gerais e com o Pandeiros não eram expressas diretamente nas entrevistas, mas durante as conversas informais que ocorriam nos quintais, na beira do rio Pandeiros; os trajetos realizados entre um povoado e outro; os papos durante a noite na casa de Sandra, Niomar e os meninos; os cultos católicos; as reuniões da associação comunitária; as visitas à escola de Cabeceirinha; as festas da comunidade, como na inauguração da ponte do Resfriado, que ocorreu em janeiro de 2020. Em todos esses momentos foram observados aspectos subjetivos, como percepções, vivências e sensações, e também relações materiais com o território e com seus recursos. A convivência cotidiana ajudou, assim como sugere Gerhardt e Silveira (2009), a descrever os elementos dos gerais sanfranciscanos com base no olhar das pessoas de lá, compreendendo, sobretudo, como elas o percebem e o vivenciam e, também, como convivem e interagem com o território no espaço e no tempo.

A observação participante ajudou, também, a entender, durante o dia a dia de Cabeceirinha, como as fontes de água e as áreas úmidas eram usadas no cotidiano das famílias e como influenciaram na escolha de locais e na rotina das famílias. Houve outros momentos,

como nos períodos em que as casas ficaram sem água encanada, em que foi possível vivenciar o modo como os moradores se banhavam e buscavam a água de beber no rio Pandeiros. Nas imersões, ocorreram situações, semelhante ao que aponta May (2001, p. 177), em que novos aprendizados sobre o grupo estudado eram obtidos conforme a pesquisadora era exposta a cada cena social nova. Esses fatos atuavam como um controle de conclusões teóricas precipitadas, como recomenda o método etnográfico. Quanto mais variadas fossem as cenas de interação vistas e vividas e as circunstâncias experienciadas, mais se pôde entender as ações de modo mais profundo no contexto de Cabeceirinha. Essa condição auxiliou no conhecimento empírico dos locais históricos e sobre os significados concretos e simbólicos do território para os moradores de Cabeceirinha.

Durante as caminhadas e visitas, alguns moradores de diferentes gerações, como Dona Sota Carmelita, Dona Corina, Dona Lucia, Dona Cida, Karine, Isaac, Senhor Santilino, Senhor André, Sandra e Dona Maria, acompanhavam a pesquisadora, garantindo maior tranquilidade e confiança para o estudo, nos locais que julgavam ser importantes para representar visivelmente e espacialmente suas histórias e a história de Cabeceirinha. Eles também mostravam as fontes de água e narravam as memórias desses lugares. Acompanhada desses moradores, a pesquisadora visitou lagoas secas que eram consideradas pelas famílias como enfeitiçadas e místicas e áreas do Pandeiros que eram utilizadas para o lazer, para banhar ou nadar e para as roças e hortas. Eles também a acompanhavam em diversas casas, para apresentá-la a outros moradores e, também, para participar das conversas.

O conhecimento dos povoados, como o da Goiabeira e da Raposa, que ficavam a uns quatro quilômetros de estrada de areia da casa de Sandra, só foi possível graças ao auxílio de Isaac, que conduzia a pesquisadora de motocicleta até esses locais e a apresentava às famílias naquele primeiro contato.

Os registros das entrevistas, da observação participante e de todas as experiências em Cabeceirinha eram anotados em um caderno de campo. Esse instrumento, “[...] meio e condição de possibilidade para a elaboração da etnografia”, possibilita descrever todas as atividades, mesmo as mais simples, do grupo social investigado, o que favorecia a descrição da totalidade daquele contexto, já que todas as partes que constroem a sua história e cultura estão ligadas umas com as outras (MARQUES e VILLELA, 2005, p. 41-42). Além do caderno de campo, como forma de registro por parte da pesquisadora, as entrevistas foram gravadas e registros fotográficos obtidos da paisagem, do rio Pandeiros, das roças e de lugares que os moradores jugaram importantes para representar a história de Cabeceirinha e a sua relação com a água.

Como uma possibilidade de aprofundar as narrativas e de compreender de forma espacializada a formação territorial e como a água interferiu na ocupação, foi realizada a técnica de mapeamento participativo. Com essa técnica o objetivo foi representar, em papel *Kraft*, com lápis e canetinhas coloridas, de forma visual a delimitação territorial física de Cabeceirinha, com a geolocalização das casas, das construções comunitárias e de como o povoamento e o estabelecimento das residências ocorreram na comunidade. O mapeamento foi, ainda, utilizado como uma forma de auxiliar no esclarecimento dos aspectos culturais, concebidos por meio dos conhecimentos que os indivíduos têm do ambiente em que vivem (WAGNER e MIKESSELL, 2000, p.133).

A aplicação do mapeamento participativo envolveu três gerações de moradores de Cabeceirinha: Dona Maria Lopes, a mais idosa dentre os participantes e ampla conhecedora das histórias de Cabeceirinha, como relataram os moradores; Niomar e Sandra, Isaac e Ycaro; e duas sobrinhas do casal. No etnomapa de Cabeceirinha, foram representados os povoados, os brejos, as grotas, as lagoas, os ribeirões, as casas e o rio Pandeiros. O Pandeiros foi o principal elemento ilustrado no mapa e serviu como ponto inicial para as demais representações e como referência para a localização das casas e demais elementos apresentados no mapa.

Após a construção do etnomapa, foi realizado com os moradores o georreferenciamento dos elementos ilustrados na cartografia. A geolocalização aconteceu com uma simulação de voo online por Cabeceirinha, possibilitando que os moradores identificassem no software *Google Earth Pro*, versão 7.3.2, a localização exata dos elementos apontados no etnomapa, para, posterior, produção de um mapa em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) – o *software ArcGIS*, versão 10.4.1. O mapeamento participativo, quando utilizado de maneira integrada com um SIG, é denominado de mapeamento digital participativo (VAJJHALA, 2005).

O amplo conhecimento de Sandra, Niomar, Dona Maria e das crianças sobre o território físico de Cabeceirinha e o contexto histórico e de formação dos povoados foi fundamental para que os etnomapas, manual e digital, fossem, segundo eles, representativos.

Durante os campos, o nome dos primeiros moradores de Cabeceirinha, aqueles que fundaram a comunidade, foram sendo passo a passo registrados. Esses nomes e sua relação histórica com a comunidade eram narrados durante as entrevistas e conversas. A partir desses relatos, foi construída uma genealogia inicial de Cabeceirinha, que auxiliou na compreensão da organização social e do parentesco da comunidade. A genealogia também foi capaz de auxiliar no entendimento das histórias de vida das memórias que se (re)constroem, num exercício de

reafirmações das paisagens, heranças e tradições (MACHADO, 1979; ZAMBENEDETTI e SILVA, 2011).

A representação esquemática da genealogia foi feita dividindo os moradores por povoado, seguindo o modo com que eram apresentados durante as falas, e foram identificados apenas os moradores iniciais e seus herdeiros diretos, até a segunda geração. Na construção da árvore genealógica, foram mantidos os apelidos ou apenas os primeiros nomes dos moradores. A maior parte dos fundadores de Cabeceirinha foi descrita apenas no sexo masculino e, assim, foram reproduzidos na genealogia, seguindo a representação da forma como eram narrados pelos moradores.

A história de Cabeceirinha e dos gerais narrada pelos moradores e que incluíram as relações da população com a água, em especial com o rio Pandeiros, poderia ser narrada de muitas formas espaço-temporais. Contudo, optou-se por descrever os resultados seguindo uma cronologia histórica dos acontecimentos, da mesma forma como eles foram narrados durante as entrevistas. Assim, os resultados foram divididos em: “*tempo de primeiro*”, que está relacionado às memórias de como era a relação das famílias com os gerais, envolvendo a formação da comunidade e os usos e costumes comuns do Pandeiros e das terras nessa época; e o “*tempo de agora*”, contado pelos moradores a partir das diferenças percebidas e vivenciadas em relação ao *tempo de primeiro*.

Como uma maneira de devolução, validação e ajuste dos dados e dos resultados com a comunidade, foi realizado no mês de novembro de 2019 um momento de apresentação dos resultados parciais, que contou com a participação de famílias de Cabeceirinha e que ocorreu na sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Cabeceirinha e Ribeirão. Nesse momento coletivo, os principais pontos narrados durante as entrevistas foram apresentados e discutidos com os moradores, bem como a representação gráfica da genealogia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Perto de muita água, tudo é feliz”

(ROSA, 1994, p.35)

5.1 Gerais de Cabeceirinha

Durante a realização da pesquisa, mediante observações dos gerais de Cabeceirinha nos períodos do ano, notou-se que as mudanças na vegetação decorrem principalmente da estacionalidade de chuvas.

Na medida em que avança a estação seca do ano (todo ano tem uma estação seca) de forma gradativa, as árvores foram apresentando um aspecto seco que gerava um efeito amarronzado/castanho, perdendo suas folhas. Outras árvores, que não perderam suas folhagens, foram adquirindo um tom verde claro e luminoso, como as folhas do “pé de pequi” e do jatobá. No decorrer do tempo da seca, havia folhas caídas pelo chão dos terreiros, nas margens do Pandeiros e nos caminhos que, com o passar do período, foram adquirindo um aspecto seco e quebradiço, dando aos espaços à coloração das folhas, que misturava o castanho com tons de amarelo escuro. O capim, nesse período, estava alto e amarelado.

Ainda no período seco, o rio Pandeiros apresentou um volume reduzido de água e um aspecto cristalino, pela menor quantidade de areia, terra e sedimentos, que são carreados da cabeceira, dos seus afluentes e das margens e que ficam assentados no fundo de seu curso. As grotas apresentavam grande quantidade de bancos de areia expostos, mas que permaneceram úmidos. As grotas e córregos que se mantiveram correntes nessa época, como a da Raposa e a córrego do São João, apresentaram, assim como acontece no Pandeiros, um menor volume de água.

No “tempo das águas”, a vegetação foi dominada por um tom verde escuro. Os galhos das árvores, antes expostos, e com aspecto castanho e seco, deram lugar a árvores carregadas por folhas, com a presença de frutos caídos, como o pequi. O solo ficou mais compactado e a areia, antes clara, ficou alaranjada/amarronzada. As águas do Pandeiros aumentaram em quantidade e o rio ganhou uma coloração avermelhada e com grande quantidade de terra e areia em sua superfície. Quando o Pandeiros estava com mais água, ela ficou mais suja; e quando ele tinha menos água, nos períodos secos, a água era mais limpa.

Algumas diferenças no curso do rio Pandeiros, entre os tempos de seca e das águas, são ilustradas na Figura 4.



Figura 4 – Rio Pandeiros no tempo da seca (A) e no tempo das águas (B).
 Fonte: registro fotográfico obtido pela autora durante pesquisa de campo (2019-2020).

As vazantes, nesse período, se tornaram alagadas e com a presença de poças. As grotas, antes secas, corriam pelo breve período enquanto a chuva cai. A grota da Raposa formou, em sua vazante, muitos locais onde facilmente se ficava atolado. Dona Ana Lucia da Silva, moradora de Cabeceirinha, contou que, nos meses de outubro, novembro e dezembro, a grota da Raposa “[...] enche e ninguém passa”.

Outra moradora, Dona Maria do Carmo Ribeiro Rocha, disse que no tempo da chuva

[...] o rio Pandeiros enche, dá enchente aí, dá um zuero que só cê vê. Esse ano (início de 2019) o Pandeiros carregou até um bezerro, lá em cima. O bezerro morreu! Igual esse São João aí, a água dele é só areinha. A gente vê só rasiño, mas quando dá uma enchente, quando tá chovendo, não tem quem passa nele não. Eu acho que é por causa que, igual àquela grota ali também, quando enche, a enxurrada vem de fora. Eu tava falando, igual a gente vê falar nessas barragens que estourou, quebrou nesse lugar, igual aqui. Que Deus o livre, se tivesse uma barragem aí fora, ela "negoçasse" e derramasse, aqui não ficava ninguém não, porque aqui é baixo.

Nos gerais de Cabeceirinha, foram observadas classificações singulares nos relatos dos moradores, derivadas da possibilidade ou da restrição de uso dos espaços e fontes de água.

Os moradores denominavam como “grotas” os cursos d’água menores que um rio, que eram usados para o abastecimento doméstico. As grotas apresentavam áreas úmidas em seu entorno, mas não eram necessariamente férteis, devido ao tipo de solo, não sendo utilizadas para o plantio. O local de nascimento de um rio ou de uma grotas é chamado de “cabeceira” e o encontro ou desague desse curso d’água junto a outro recebe o nome de “barra”. Algumas grotas tem água durante o ano todo, como a grotas da Raposa, outras correm apenas no tempo das águas, como a grotas de Chica. As grotas desaguam no rio Pandeiros.

O “brejo” era um lugar de área úmida, alagada, “pantanada”, uma “área fresca”, de terra escura e “forte”, boa para o cultivo de mantimentos. O brejo apresentava um “galho” – curso d’água ainda menor que uma grotas. Senhor José Lopes esclareceu que no brejo não necessitava

das chuvas para poder plantar, pois além da umidade elevada tinha água disponível na superfície.

A “*vereda*”, por sua vez, também apresentava um “galho” de água, mas em maior quantidade que o brejo. O solo da vereda é mais claro e menos fértil que o do brejo. A vereda é caracterizada por ter paus específicos, como a pindaíba e o buriti, e o xiriri era encontrado tanto na vereda quanto no brejo.

Moradora de Cabeceirinha, Dona Maria Lopes, explicou que: “[...] *no lugar de vereda não tem mato, e no lugar de brejo tem. Lugar de vereda tem chapada.*” Nas veredas tinham, ainda, as áreas de “*vargem*”, locais encharcados e de terra fraca, utilizados pelo gado como bebedouro de água.

A Figura 5 ilustra algumas das fontes de água em Cabeceirinha. Entre elas, as principais usadas para abastecimento doméstico: o rio Pandeiros e a grota da Raposa.



Figura 5 – Fontes de água em Cabeceirinha. (A) e (B): rio Pandeiros; (C): grota da Raposa; (D) córrego do São João. Fonte: Registro fotográfico obtido pela autora durante pesquisa de campo (2019).

Existiam, ainda, as “fontes”, áreas específicas do rio Pandeiros onde cada família realizava as atividades domésticas e diárias: buscar a água de beber e de cozinhar, lavar as vasilhas, “banhar”, lavar roupa. Senhor André Rodrigues Ferreira contou que nas fontes “[...]”

lavava vasilha, lavava roupa. Naquele lugar que eles faziam as hortas. Lá também tomava banho. Tudo lá.” As fontes, em sua maioria, eram denominadas com o nome das mulheres matriarcas das famílias que as usavam, que executavam as tarefas que precisavam da água para bebida, limpeza e preparo de alimentos. As crianças, meninas e meninos, acompanhavam as mulheres nessas atividades. Os homens adultos tinham tarefas na roça, cuidado do gado, dos animais e das criações.

5.2 O tempo de primeiro

“A gente quando vem pra roça tem que produzir aquilo que a terra permite, de cada qual um pouco.”

(Sr. Valentim, morador de Cabeceirinha, 2018)

5.2.1 Cabeceirinha: história de formação do conjunto de povoados

No Semiárido existem áreas em que o clima é quente e úmido, com estações chuvosas bem definidas, e outras em que o clima é quente e seco, onde ocorrem longos períodos sem chuva. Mas há, ainda, aquelas áreas em que as características se misturam (ANDRADE, 1980). Nelas, ocorrem períodos bem definidos e de pouca chuva, mas com muitas fontes de água, o que vem a ser o caso dos gerais.

Os gerais apresentaram uma diversidade de paisagens em curtas distâncias, mas em todas os moradores relataram haver fontes de água em abundância. Essas características específicas são muito apreciadas pelas famílias de Cabeceirinha, sendo a abundância de água festejada pelas populações que procuraram essas regiões para se estabelecer e fixar moradia.

As fontes abundantes de água, conjugadas com áreas frescas e terra fértil, foram responsáveis pelo povoamento de Cabeceirinha. Dona Antônia contou que: “[...] o povo veio pra cá, porque é mais fresco. Eles vêm procurando água pra plantar. Terra boa e água.”

A história de Cabeceirinha é associada por seus moradores às lembranças do tempo “de primeiro”. O termo “de primeiro” era usado pelos mais antigos ao narrarem acontecimentos que remetiam ao tempo de sua infância e da adolescência e ao início da fase adulta. Tempo de primeiro é o tempo de antes, o tempo passado e que julgam ser diferente de hoje. Esse tempo remete ao período em que os “Véi” – pais e avós dos atuais idosos – eram vivos.

Os Vêi foram os primeiros moradores de Cabeceirinha, constituindo a ancestralidade⁴ da comunidade. No povoado de Tatu, os Vêi lembrados como os primeiros foram Zé do Mato, Vêi Sanclair, Vêi Marcus, Vêi Teotônio, Vêi Joãozinho do Mato; no povoado de Cabeceirinha, foram os Vêi João Caboclo, Vêi Arondino, Vêi Duque; no povoado de Goiabeira, os Vêi Gino Vermelho e Vêi Sanclair; no povoado da Raposa, foram os Vêi Siloca e Vêi Onias; no povoado de Ribeirão Curralinho, o Vêi Balbino; e no povoado de Resfriado, o Vêi Teotônio.

Os Vêi fundadores dos povoados estão retratados apenas na figura masculina porque assim foram retratados pelos entrevistados. As figuras femininas eram retratadas mais pelas mulheres, quando estas contavam suas próprias histórias e, assim, foram aparecendo apenas nas gerações subsequentes às dos Vêi iniciais. Alguns dos Vêi de Cabeceirinha eram descritos pelos entrevistados como “fazendeiros”, por possuírem muito gado e muita terra. Outros eram tratados como “vaqueiros”, que trabalhavam para os “fazendeiros” e depois compraram parte das terras.

Agricultor tradicional e conhecedor da história de Cabeceirinha, Senhor Valentim relatou que a comunidade se localizava em uma fazenda geral⁵ chamada de Campo Grande, com as famílias originais vindo de comunidades próximas aos povoados, como Larga, Cochá, e Ribeirão do Lavrado. Não havia pessoas de regiões distantes. O Senhor Pedro, por exemplo, como explicou Senhor Valentim, era da comunidade de Fazenda Larga: “[...] (Ele) *era da Larga, o pai e o avô eram da Larga. Aí ele casou com a família daqui (de Cabeceirinha) e, hoje, reside aqui. Mas não veio de fora, veio do próprio município mesmo.*”

Senhor José Lopes era vaqueiro do Vêi João Caboclo e também tratou as terras de Cabeceirinha como Fazenda Geral Campo Grande. Segundo ele, “[...] *aqui é a Fazenda Campo Grande. Ela passa aqui, cabeceira de Pandeiro e toca nesse mundo aí [...] é da barra do São Pedro saindo fora, aí assim, é Campo Grande. Aqui é Fazenda Campo Grande. Mas é tudo gerais.*

Segundo Senhor Valentim, de primeiro não existiam cercas, divisões de terras e propriedades delimitadas. As terras que não tinham moradias eram chamadas de “*terras de ausente*” e o acesso aos recursos da natureza como a terra e água determinavam a fluidez das pessoas.

⁴A ancestralidade nominada e percebida em Cabeceirinha, relacionada principalmente ao protagonismo masculino, e como apontam Rocha e Albuquerque (2018) pode estar associada à sua origem, autodeclarada, como comunidade remanescente de quilombo.

⁵ Sobre fazenda geral nos gerais sanfranciscanos de Januária, consultar Ribeiro (2010a, p.27).

[...] até uns anos atrás, essas terras, que se chamava terra de ausente, ela não tinha arrendo, não tinha aquela ganância igual tem hoje. Eu tinha um pedaço de terra aqui. Era facinho d’eu chegar e falar (para o dono da terra): ‘- Moço, aonde eu tô está ruim. O senhor não podia me arranjar um pedacinho de terra aqui para mim?’ Aí ele dizia que podia vir. Hoje, ninguém faz isso porque a lei protege o companheiro, que vai tomar aquela terra ali, que ele ficou, ou vai ter que indenizar aquele povo que ficou ali, como aconteceu em muitos lugares da gente. Então, hoje ele só vai pra um canto se tiver condições de comprar. Comprei, paguei, assinou o documento.

Ele explicou que a família se estabelecia em um lugar “[...] *porque achava o lugar bonito. Ou, muitas vezes, achava que um lugar não está bom, e que em outro podia desenvolver mais, e não tinha restrição de terra (naquele tempo)*”. O avô de Senhor Valentim, Vêi Balbino, foi para o povoado de Ribeirão Curralinho quando procurava “[...] *um lugar mais vago, com mais vereda, e que dava pra produzir.*” Segundo ele, o Vêi Balbino

[...] veio de Itaboca (perto da comunidade de Vargem Bonita) e foi pousar em Ribeirão Curralinho e lá criou raízes. Naquele tempo não tinha restrição de terra, essas terras eram vagas. O companheiro estava morando aqui e de repente ele saía daqui e ia lá no Ribeirão e chegava lá e decidia mudar. Aí ele (o avô) veio pra aí e criou meu pai, meu tio, minhas tias, e a gente é raiz e meu pai.

Vêi Duque, responsável pela formação de uma das primeiras famílias moradoras de Cabeceirinha, também era vaqueiro do Vêi João Caboclo. Ele se estabelecia em diversas terras da região como vaqueiro, fazendo a solta do gado e procurando lugares em que a terra fosse boa para o trabalho. O Vêi João Caboclo morava na comunidade de Água Doce e tinha um gado em Cabeceirinha. Vêi Duque tomou conta do gado de Vêi João Caboclo até conseguir juntar o seu próprio e comprar parte das terras de João Caboclo, se estabelecendo em Cabeceirinha. Dona Maria Lopes, filha do Vêi Duque, descreveu que “[...] *o pagamento (da terra) era feito com gado. Depois de um ano, quando o bezerro nasce, João Caboclo dava o bezerro para o meu pai. Se nasciam 10 bezerros, meu pai ganhava na base de uns 3 ou 4. Depois de um bocado de ano meu pai comprou essa terra aqui e aí construiu essa casa.*

Essa forma de pagamento integrante do sistema chamado de “sorte do vaqueiro”, foi uma das principais maneiras de povoamento e acesso as terras no Semiárido. O vaqueiro era o responsável por cuidar das terras e do gado para o “fazendeiro” que retornava principalmente no tempo das águas. A remuneração do vaqueiro acontecia por meio da “quartição”, onde o vaqueiro recebia um quarto dos bezerros nascidos, com a partilha feita pela sorte (ANDRADE, 1980, p,182).⁶

⁶ Desenvolveu-se no Semiárido “uma civilização *sui generis*. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades dirigidos quase sempre por um vaqueiro que ou era escravo de confiança, ou um agregado. [...] as grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades (ANDRADE, 1980. p.180).

Seu José Lopes e sua esposa Dona Antônia Farias foram para Cabeceirinha pelo desejo de morarem próximos a um brejo. Em suas vidas, eles sempre buscaram terras que fossem próximas aos rios, como ele contou:

[...] eu criava dois gadinhos e eu trabalhava muito. Minha vida era trabalhar pra mim e pros outro. E eu sempre “perreava” o gado. E aí minha vó tinha muita terra, uns duzentos e tantos alqueires de terra. Saiu 12 alqueire de terra pra mim lá na cabeceira do rio Preto. Aí, saiu esses 12 alqueires e eu peguei 6 de lá. Dei nisso aqui (na terra em Cabeceirinha) e voltei um bocadinho de gado. [...] os outros (6) eu segurei. Aí, quando foi certos tempos, eu peguei os outros 6 alqueires e tornei vender. E aí fui inteirando, comprando um gadinho.

Outro morador antigo de Cabeceirinha, Senhor Santilino Rodrigues Ferreira, nasceu em Itaipava e tinha terras na “*cabeceira do (rio) Cochá*”. Ele e Dona Deusdita Almeida Ferreira, da comunidade de Vereda Funda, se mudaram para o povoado de Resfriado após o casamento. As terras em Cabeceirinha foram deixadas pelo avô do Senhor Santilino – Vêi Teotônio, que era “fazendeiro” no povoado de Resfriado.

Apesar das terras no Cochá, Senhor Santilino preferiu Cabeceirinha pela melhor qualidade das terras para cultivo. Segundo ele, “[...] *lá (no Cochá) não é muito bom que nem aqui. Dá pasto, dá tudo, mas sobre o lado de lavoura, lá dá mais é mandioca e algumas coisinha, mas não é tão bom igual aqui. A terra é fraca. Lá cê planta e não dá. Cê planta um feijão, não dá*”.

Primo de Senhor Santilino, Senhor André Rodrigues Ferreira, também nascido no Cochá, se mudou para Cabeceirinha após o casamento, pelos mesmos motivos do primo – as terras de plantar em Cabeceirinha eram melhores. Para Senhor André, Cabeceirinha era um lugar de terra forte, onde era possível plantar mantimentos. Além disto, as terras de trabalho em Cabeceirinha eram mais próximas à sua casa do que no Cochá. Ele contou que,

[...] quando nós trabalhava lá (nas terras próximas à cabeceira do Cochá) era mais longe. Trabalhava longe. Aí, também, era o mesmo sistema. Cê plantava uma roça longe, pra colher tinha que pegar a mandioca de lá e trazer pra casa pra poder fazer a farinha. Aqui (em Cabeceirinha), a roça ficou mais perto pra movimentar, trabalha na porta. Lá o lugar nosso era mais difícil, lá onde nós morava (no Cochá). Onde nós morava a terra era assim mais fraca. Aí tinha aqueles lugar mais forte que era onde as pessoas colocava roça.

As famílias de Cabeceirinha buscaram locais onde era possível cultivar mantimentos, onde a terra era forte. De acordo com Dona Isolina Barbosa Carneiro, agricultores buscam terras de beira de rio porque “[...] *quanto mais perto do rio, mais forte é a terra, terra fresca*”. [...] *brejo é fresco, molhado o ano todo*”. Para os moradores, o que faz uma terra forte nos gerais é a cor, escura, e a proximidade com áreas frescas e úmidas. Dona Antônia contou que “[...] *mudei pra cá por causa do brejo, pro fresco. Vazante mais fresca*”. Em Cabeceirinha, as

famílias se assentaram em locais próximos ao rio Pandeiros, onde estavam as terras férteis e onde era possível o trabalho.

Dona Isolina e o marido se mudaram para Cabeceirinha como “*agregados*” do Vêi Arondino, procurando terras para trabalhar, e depois passaram a ser “*posseiros*”, permanecendo em Cabeceirinha. As famílias tratavam como “agregados” aqueles agricultores que não tinham terras e que iam morar e trabalhar nas terras de outra pessoa com o consentimento do dono da terra, sem necessariamente trabalharem para ele ⁷. Os “posseiros” eram aqueles agricultores que permaneciam durante muitos anos usando uma determinada terra sem donos declarados, sem contestação, constituindo nela local de moradia fixo e permanente.

No povoamento dos gerais, a água foi o elemento responsável pela escolha dos lugares para morar e trabalhar, nas proximidades de ambientes úmidos, como os brejos e vazantes, e pela identificação toponímica das localidades. O nome de Cabeceirinha, por exemplo, foi associado pelos moradores à localização geográfica da comunidade próxima à cabeceira do rio Pandeiros.

O rio Pandeiros, segundo os moradores, foi considerado como ponto central no povoamento de Cabeceirinha. As grotas foram os elementos pelos quais ocorreu as divisões dos limites entre os povoados. As lagoas e brejos eram sempre atreladas à figura do morador que as tinha em suas terras e a distribuição das casas ocorreu tendo como referência a localização das grotas e do rio Pandeiros.

As principais fontes de água usadas em Cabeceirinha, no tempo de primeiro, eram o rio Pandeiros, a gruta da Raposa, a gruta do Tatu e o córrego Ribeirão. Elas eram usadas para consumo humano e abastecimento doméstico, para o cultivo de alimentos e para a dessedentação dos animais. Além das fontes principais, os moradores usavam também outras grotas menores e as lagoas, principalmente, como bebedouro para os animais e gado. As fontes de água em Cabeceirinha eram: o rio Pandeiros; o córrego Ribeirão; o córrego do São João; quatorze grotas: gruta do Carcará, Gruta, gruta de Chica, gruta do Poção, gruta do Atoleiro, gruta da Goiabeira, gruta do Coelho Grande, gruta da Vêia Caetana, gruta do Peru, gruta do Areião, gruta da Cotia, gruta do Resfriado, gruta do Tatu e gruta da Raposa; e quatro lagoas.

⁷ Ribeiro (2010b, p. 393) explica que a relação de agrego era “subordinada, doméstica, hereditária e generalizada, baseada em reciprocidades que uniam protetor (dono da terra) e protegido (agregado). O autor aborda em outra passagem que “a relação (de agrego) colocava agricultores em posições subordinadas, e os empurrava por gerações, por escolhas determinadas pelos recursos da terra, pela opressão ou suavidade do mando” (RIBEIRO, 2010b, p. 402).

Além disso tinham a área úmida de três brejos: brejo do Binho e brejo do Tatu. Os brejos eram usados para o cultivo de alimentos.

A população se estabeleceu nas terras baixas, com a presença de cursos de água e áreas embrejadas, lugares “*frescos*”, de terra “*forte*” para o cultivo de mantimentos. Para os moradores de Cabeceirinha, o que faz uma terra forte nos gerais é a cor escura e a proximidade com áreas frescas e úmidas.

Para além dos usos do rio Pandeiros e dos benefícios materiais que ele oferece, há em comunidades como Cabeceirinha histórias de vida que foram vinculadas a este curso d’água e às áreas úmidas, que incorporaram valores e significados que extrapolaram uma visão estritamente utilitarista.

As múltiplas relações de uso das áreas do rio Pandeiros o transformaram naquilo que Torres (2007) denominou como “hidroterritório”. Esse conceito, segundo o autor, implica num “[...] fenômeno social onde o controle da água representa o domínio do território, trazendo à tona movimentos espaciais e temporais” (TORRES, 2007, p.14). No caso do hidroterritório, a água não é tratada como um simples recurso da natureza disponível, “[...] ou simples ‘coisa’, a matéria em si, [...] ela é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades e como meio para garantir um fim” – ou seja, o controle das águas. As relações de poder nos “hidroterritórios”, marcadas por dimensões materiais e imateriais (cultura) de gestão das águas, ditam a forma em que ocorre a sua ocupação⁸.

O rio Pandeiros e as fontes de água tiveram papel fundamental na construção de uma espacialidade do território dos gerais. As famílias estabeleceram-se ali a partir das fontes de água, uma lógica própria de sentido de localização no mundo. O Pandeiros, principalmente, podia ser entendido como um dos símbolos fundamentais do território dos gerais de Cabeceirinha.

Cabeceirinha era uma área aberta com terras consideradas boas, úmidas e férteis, e que lavradores e criadores de várias localidades foram para lá e a povoaram. As águas influenciaram no povoamento e nas atividades desenvolvidas pelas famílias. Na Figura 6 e Figura 7, é possível observar, segundo o olhar de moradores da comunidade, a formação de Cabeceirinha e como as águas estão presentes na formação e ocupação do conjunto de povoados.

⁸ Os hidroterritórios são territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão das águas, assumindo, assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água (TORRES, 2007, p. 15).

As casas estão concentradas na beira do rio Pandeiros. Essa localização é típica da expansão demográfica dos gerais. Os terrenos exclusivos das famílias de Cabeceirinha eram definidos pelas águas em suas beiras. Ao longo dos cursos d'água, as terras se expandem na perpendicular, até na altura onde começam os campos abertos que dão acesso aos gerais, como retrata Ribeiro (2010a).

As divisões entre os terrenos eram dadas pelos cursos d'água. As terras do Vêi Duque, por exemplo, eram delimitadas na parte da frente pelo Pandeiros e nas laterais pela grotta do Areião e pelo córrego São João.⁹ Além das terras de cada família, os limites dos povoados eram definidos pela presença das grotas.

No etnomapa, a seguir, também é possível notar que as casas estão localizadas próximas umas das outras nos povoados, o que sugere um resultado da divisão das terras por herança.

⁹ Ribeiro (2010a, p.27-28) apontou que “os terrenos nos gerais são estreitos na frente e muito compridos no fundo. [...] mas ao longo do curso d'água os domínios iam apenas até uma certa altura na direção das cabeceiras”.

Figura 7 – Mapa digital de Cabeceirinha construído com base no mapeamento participativo.
Fonte: Elaborado com base nos dados obtidos durante as pesquisas de campo (2019).

5.2.2 Manejo comum da terra e do gado

“NOS GERAIS, [...] o gado era criado à lei da Natureza, solto no mundo. Os horizontes, os limites; e o olho do vaqueiro, o vedo” (BERNARDES, 1995, p. 33).

A agricultura nos gerais de Cabeceirinha era relacionada às condições ambientais. As práticas desenvolvidas durante anos, transmitidas ao longo das gerações, estavam associadas à identidade e reprodução cultural, à construção histórica desse grupo social.

No antigo sistema de produção dos gerais, feito no tempo de primeiro, o plantio dos mantimentos, da lavoura, era realizado usando as bordas dos cursos d'água. Esse sistema envolvia, além das áreas comuns, a dinâmica casa - terreiro - quintal, com os locais utilizados cotidianamente pelas famílias relacionados com as peculiaridades territoriais e de ocupação das terras, que possuíam um ritmo e lógicas próprias onde os usos variavam de acordo com as características da terra e com a disponibilidade de água.

Na parte da frente da casa, chamada de “terreiro”, local de área limpa, varrida constantemente e sem plantações, eram colocadas plantas ornamentais. Era uma área mais restritiva à presença de animais, onde ficavam apenas galinhas, cachorros ou gatos. Ao lado do terreiro, ainda na parte da frente da casa, estava o “curral” ou um outro lugar cercado onde animais, como cavalo, ficavam presos. Os currais eram feitos de madeira e “cerca de chão” e serviam para o ordenhamento de vacas, para aplicação de medicamentos e como refúgio para as vacas paridas.

Após a delimitação do terreiro, na área onde realizavam o cultivo de hortas, por exemplo, e onde não se varria e também não se limpava a terra com frequência, encontrava-se o “quintal”. Este estava associado aos fundos da casa. Como forma de delimitar essas duas áreas e a passagem de um espaço para o outro, existiam as cercas. Para Dona Isolina, a terra do quintal era forte porque iam sendo depositados no dia a dia restos de alimentos e o lixo doméstico que era queimado. Como comentou, também, Dona Antônia Farias, “[...] a terra boa para plantar é a terra amontoada, queimada, terra forte.”

Em alguns terrenos, o quintal da frente da casa era pequeno e sua varanda vinha logo em seguida. Em outros, o terreiro era maior, com árvores plantadas, além das plantas para decoração. A área cercada do terreiro rodeava a casa, mas era maior na parte da frente e nos fundos, em relação às laterais. No quintal, a terra não era limpa e era onde se faziam cultivos dentro do terreno, principalmente das espécies que precisavam de mais cuidado, como coentro

e cebola. Nesse local, também estavam as árvores maiores e naturais, que não foram plantadas, e era onde ficava o galinheiro.

Como nos quintais e terreiros não existiam extensas áreas de terra fértil, a manutenção dos modos de vida sempre dependeu do uso das terras comuns. A ligação das famílias com os recursos disponíveis nos gerais extrapolou interesses individuais, abrangendo um sentimento comum de coletividade e de gestão comunitária.

No antigo sistema de uso comum dos gerais, as lavouras eram cultivadas a 25 ou 30 metros do leito do Pandeiros, mas não nas vazantes. Essa atividade, costumeira, ocorria nos locais de terra seca, numa agricultura de sequeiro. Plantava-se arroz, milho, mandioca, abóbora e feijão. Senhor Valentim disse que “[...] *plantava catador, plantava carioca e o arroz era arroz capim, arroz branco que o povo falava*”. O arroz era plantado nas vazantes, pois precisa de grande quantidade de água para produzir; já os outros mantimentos, como feijão de arranca, mandioca, milho e abóbora, eram plantados nas partes mais altas, nas roças de sequeiro. Segundo Senhor André Rodrigues Ferreira, “[...] *a chuva chovia um bando e juntava água naquele lugar baixo. Plantava arroz. Nos lugares mais altos, plantavam feijão.*”

O preparo da terra consistia em “[...] *derrubar o mato e colocar fogo para conseguir plantar*”, como explica Senhor Valentim. O período dos cultivos era dividido de acordo com o regime de chuvas. Nos meses de junho a setembro, preparava-se a terra para plantio: em junho e julho derrubava-se o mato em agosto e setembro colocava-se o fogo no terreno que seria plantado. De outubro a novembro, plantavam-se as culturas. A colheita acontecia entre os meses de janeiro a abril: em janeiro colhia-se o feijão; e nos meses de março e abril, colhia-se o milho. Nos meses de abril, maio e junho, a terra estava novamente seca, reiniciando o ciclo que durava de dois a três anos em um mesmo local.

Em seguida, as roças eram transferidas para outro local dentro do terreno, porque a terra estava fraca. Mudava-se o local do cultivo para que o mato crescesse e a terra se recuperasse, fazendo uma rotação entre as áreas de cultura. Senhor André explicou que “[...] *a gente plantava dois, três anos num lugar só. Aí, a gente ia colhendo, colhendo. Quando a terra ia ficando mais fraca, se a gente tinha o lugar de trabalhar, a gente ia aumentando.*”

O cultivo das hortas era feito nas áreas de vazantes das fontes do rio Pandeiros pela facilidade de acesso à água de rega. As hortas, diferentemente das roças, eram cultivadas no tempo das secas, por se tratar de um cultivo irrigado. Como já estavam localizadas em áreas úmidas e próximas às fontes de água, a rega ocorria no período da manhã e no final da tarde, com baldes ou vasilhas manuais. Roçava-se a terra para o plantio no mês de abril e plantava-se em maio. De maio a julho, cuidava-se do cultivar; e a colheita era realizada durante os meses

de agosto e setembro. De outubro a abril, após a colheita, a terra permanecia parada, durante o tempo das águas. Plantava-se nas hortas cultivos como os de cebola, hortelã, tomate e coentro.

Além das vazantes, outro local fresco e de terra considerada forte pelos agricultores para o plantio de mantimentos era o brejo. As hortas eram plantadas no brejo e na beira do rio; e as roças, no brejo e na terra seca. O plantio em brejos exigia o esgotamento da água, por ser uma área alagada. O sistema de esgoto – canalização da água na forma de regos – permitia o cultivo por reduzir a área alagada sem deixar que o brejo perdesse umidade. A água esgotada podia ser utilizada, ainda, para regar as hortas.

Senhor André contou que “[...] o povo trabalhava no brejo. [...] o brejo era cheio de água. Pegava e fazia aquelas valetas de esgoto, esgotava os brejos para enxugar, e aí trabalhava nos brejos”. O sistema de plantio nos brejos era regulado de acordo com a quantidade de água disponível. Como explicou Senhor José Carneiro, “[...] se esgotar demais, o brejo enxuga. Se secar demais, tem que entulhar o esgoto. Se a água do brejo for pouca, não esgotava”.

Dona Maria do Carmo contou que o cultivo em brejo também era realizado em outras comunidades próximas, como, por exemplo, na comunidade da Larga ou no Ribeirão do Lavrado, já que em Cabeceirinha havia apenas três brejos. Quem cultivava nos brejos e não era dono da terra, utilizava do sistema de “meia”. Esse mesmo sistema também era feito nas terras de cultivo fora dos brejos.

O sistema de meia funcionava com a participação do “meeiro” – aquele que não é dono do brejo ou da terra e que partilhava sua produção pela metade com o dono da terra que lhe cedeu o espaço para o trabalho. O “meeiro” era responsável pelo preparo e cultivo na terra.

Outra forma de parceria no uso da terra acontecia quando o agricultor que estivesse recebendo a terra precisasse executar todo o trabalho de desmatar, roçar e capinar para plantar. Quando isto acontecia, falava-se que a divisão era “de seis – um”, ou seja, se colhesse seis “pratos” de feijão, o agricultor que fazia o plantio ficava com cinco “pratos” e o dono da terra com um. Se a terra cedida já estivesse limpa, no caso de terra de *vazante*, ou esgotada e pronta para o plantio, no caso dos *brejos*, o sistema de divisão da produção era de “quatro - um”, ou seja, quem fazia o plantio e colhia o mantimento ficava com três pratos e o dono da terra ficava com um.

As fontes de água e os espaços comuns materializaram a singularidade da gestão e das normas comunitárias associadas às águas e à terra. Esses elementos orientaram o manejo das famílias e a interação entre elas, além de possibilitar a diferenciação do trabalho de mulheres e homens e da relação deles com a água e com a terra.

Em Cabeceirinha, o tamanho das terras das famílias também não interferia na quantidade de gado que elas podiam criar. Na vastidão das áreas de chapadas dos gerais eram realizadas as “*soltas*”, que estavam associadas à criação de gado em comum, sem cercas. Como contou Senhor Joaquim: “[...] *nas soltas sempre a gente criava mais era assim (solto), no Cerrado*”.

O gado permanecia solto durante o tempo da seca, tendo livre acesso aos “*bebedouros*” de água localizados nos ribeirões e veredas. Ele se alimentava de frutos nativos, brotos e galhos. No tempo das águas, o gado era levado para as áreas de pastagem da terra de cultura, como disse Senhor Joaquim: “[...] *só trazia (o gado) nas água porque nas água a gente tinha muito pasto, criava muito capim nas beiras aqui pra dentro, aí trazia. Mas na seca era solto*”. Quando o gado voltava para a terra de cultura, ele também era levado para os currais.

Sobre o funcionamento das soltas em comum nos gerais, Senhor André explicou que cada família já tinha o lugar certo de deixar o gado: “[...] *nós não soltava os gado nosso a qualquer canto. Quando ainda morava na comunidade do Cochá, o gado de Senhor André era solto [...] no fundo de um lugar que chamava Ema. A Ema era comprida e também é de água. Esses gado nosso envolvia o fundo de todo mundo*”.

O retiro, por sua vez, era o lugar que servia como apoio pro gado durante a solta, como por exemplo, no caso do nascimento de algum bezerro¹⁰. Foi como explicou Senhor André sobre Cabeceirinha ser retiro do gado que ficava solto na Ema: “*Cabeceirinha era retiro de muita gente. Aí misturava (o gado). Mas todo mundo cuidava do que era uns dos outros. O gado aqui é do ‘povo de Teotônio’; o outro, ‘lá dos Ribeirão dos Quinca’. Ah, esse gado aqui é de fulano lá, mas aí ficava tudo junto*”. O “retiro” do gado do Senhor André era em Cabeceirinha, como ele mesmo contou: “[...] *nós trazia pra aqui (Cabeceirinha), porque aqui sempre era retiro de lá (da Ema). Trazia o gado pra aqui, chegava aqui, soltava eles aqui. Eles mexia esse fundo aqui de Ribeirão Currealinho. Esse meio mundo aqui, barra de ribeirão virando Pandeiro*”. Outras famílias, como a do Senhor José Lopes, que já moravam em Cabeceirinha, soltavam era num lugar chamado de Sete Lagoas.

¹⁰ Bernardes (1995, p.34) explica sobre a ida para o retiro durante a solta: “[...] se a vaca que estava chegadinha deu cria e foi encontrada, ela é tocada para o curral ou para o retiro mais próximo. Se a cria ainda está molezinha, é levada na cabeça da sela, com a mãe berrando atrás”.

5.2.3 Usos e gestão comum da água

As famílias de Cabeceirinha se apropriaram da água para garantir o seu sustento, exercendo a partir das fontes de água e áreas úmidas suas atividades de trabalho. Do mesmo modo que as famílias utilizavam da água para produzir, as mulheres também se apropriavam desse bem, de modo peculiar. Elas criaram em Cabeceirinha uma relação própria com o abastecimento doméstico, mediante gestão em comum das águas.

Nessa dinâmica singular, “fontes” eram locais do rio escolhidos por cada mulher para as atividades diárias de coletar água para beber, cozinhar e limpar a casa. As mulheres tinham papel de protagonistas, pois eram responsáveis pelo abastecimento de água para as famílias. Mulheres e água estabeleceram densas relações que revelam muito da dinâmica dessa sociedade.

A fonte era local de uso de toda família, apesar de atribuída aos cuidados da mulher por ser ela a responsável pelas tarefas domésticas, e cada família dispunha de uma fonte distinta. As fontes, em sua maioria, recebiam o nome das mulheres, matriarcas das famílias que as usavam, que executavam as tarefas que precisavam da água para bebida, limpeza e preparo de alimentos. As crianças, meninas e meninos, acompanhavam as mulheres nessas atividades.

A rotina da mulher na fonte começava no cedo da manhã, ao buscar a água, transportada em vasilhas seguradas pelas mãos e colocadas sobre a cabeça. Após o café da manhã, elas trabalhavam na roça por cerca de uma hora, depois retornavam para casa, dedicando-se a preparar almoço e “arrumar” as crianças para a escola. Depois do almoço, retornavam à fonte para lavar as vasilhas. No final da tarde, voltavam ao rio para “banhar” e, caso necessário, apanhavam mais água.

Moradora de Cabeceirinha e “dona” da “*Fonte de Do Carmo*”, Dona Maria do Carmo descreveu a rotina diária de idas das mulheres às fontes:

[...] a gente ia, era a gente mesmo, as mulheres. Eu mesma quando ganhava menino aqui, eu deixava menininho aí e corria lá no rio, porque não tinha outro pra olhar, né?! Eu corria lá, enchia a vasilha, chegava aqui e despejava, corria lá e panhava de novo e lavava as vasilha aqui (na casa), lavava pano de menino, pra não deixar o menino sozinho. A gente levantava cedo, ia pegar água lá no rio, tinha vez que não amanhecia água (em casa). Aí, tinha que ir lá pegar água pra fazer o café. E aí, a gente ia levando. A gente não pegava de noite não, pegava de tardinha. Aí, de manhã cedinho, a gente ia e panhava no rio pra fazer o café. O marido também, quando ele tinha tempo. Mas o marido é sempre mais assim, é roça, levantava cedo e ia trabalhar de enxada. Depois ia fazer o almoço, ia pra roça ajudar o marido na roça também. Ajudava, assim, pra catar feijão. Quando vai arrancar a mandioca, sempre a gente ajuda também. É assim, porque não tem outro serviço pra gente ganhar um dinheiro. Trabalhando é assim mesmo. Outra hora ia cedo (para roça) ia lá e voltava e fazia o almoço, deixava o feijão cozinhando [...] ia para a roça cedo e de tarde. Enchia as vasilha, enchia o pote,

aí tinha umas cabacinhas. A gente enchia as cabaças, que as vezes quebrava e caía e derrubava a água. E a água na cabaça era gostosa, friinha.

Observando a divisão de tarefas, percebeu-se o papel central das mulheres de Cabeceirinha na administração das águas. As atividades domésticas conduziram as mulheres a uma relação estreita com a água, fundamentais no manejo desse recurso. Do uso cotidiano das fontes, criou-se a dinâmica casa-rio-casa, que envolvia o uso comunitário da água e a sociabilidade específica.

A transmissão do saber relacionado às fontes, que eram distintas em cada família, acontecia por meio das mães, era uma herança materna. A fonte da família, de uso da mãe, se estendia à filha após o casamento, caso esta permanecesse vivendo nas proximidades, em terreno que lhe cabia por herança. Nesse caso, não havia necessidade de nova fonte. Contudo, caso a filha se estabelecesse em lugar distante de sua família e da fonte, geralmente quando a mulher acompanhava o marido e estabelecia morada nas terras de herança do homem (regra que costumava prevalecer no sistema de herança de Cabeceirinha), ela criava uma nova fonte para o novo núcleo familiar. Essa nova fonte receberia, então, o nome dessa mulher recém-casada. Destacam-se como exemplos de casos assim: a “*fonte de Corina*” e a “*fonte de Lucia*”.

Caso uma mulher se casasse e estabelecesse moradia na terra de herança deixada por seus pais, seu novo núcleo familiar utilizaria a fonte de sua mãe, não havendo a criação de uma nova fonte em seu nome, como ocorrido com Dona Keila Ferreira e suas irmãs, que utilizavam a fonte da mãe, Dona Maria do Carmo.

Para além das atividades cotidianas da família, as fontes eram espaços de referência para a localização na comunidade, conferindo a elas um caráter toponímico e uma importância geográfica, além de representarem locais de perpetuação da identidade e da memória comunitária. Assim, quando se chega até a “*barra da Raposa*” – encontro da gruta da Raposa com o rio Pandeiros –, o retorno para a estrada principal pode ser realizado a partir da “*fonte de Verina*”, que possuía espaço determinado e conhecido pelos moradores. O local onde era encontrada a ponte que ligava os povoados de Tatu e Cabeceirinha também era reconhecido pela existência de uma fonte – a “*fonte de Carmelita*”, e a ponte era conhecida como “*passagem de Ita*”, como referência à “dona” da fonte ali existente.

As fontes representavam a materialização da gestão local associada às águas. Elas delimitavam espaços de usos, mas também de interação entre pessoas e famílias e destas com a água. A partir das fontes, foi construída uma dinâmica local e própria de utilização da água, associada à distribuição dos demais elementos na paisagem, às preferências da melhor água pra

beber, à possibilidade de acesso e a maior ou menor disponibilidade de água nos espaços dos rios e grotas.

A relação das fontes associada ao nome das mulheres e à responsabilidade delas e das crianças pelo abastecimento de água das famílias são aspectos que ajudam a revelar como as populações rurais tradicionais possuem um vínculo com os recursos da natureza, que, também, é relacionado a uma perspectiva de gênero¹¹.

Além das fontes, as mulheres de Cabeceirinha se relacionavam à água por meio dos potes de barro, usados para armazenar a água que era colhida no rio Padeiros e que seria destinada ao consumo da família. Potes de barro eram como um dote da filha, presente de casamento oferecido pelo pai para a herdeira, quando esta iria se casar. Como descreveu Dona Maria do Carmo,

[...] de primeiro, só tinha os potes assim de barro. Eu ainda tenho o meu pote que pai comprou quando eu casei [...] tinha uma mulher ali embaixo que fazia o pote. Aí quando a gente ia casa os pai comprava [...] a água de beber era do pote, muitas vezes na cabeça também, porque era boa pra esfriar [...] de primeiro era difícil vasilha.

As mulheres escolhiam bons lugares para colocar os potes de barro¹² dentro da casa, seja na cozinha ou perto dela, em lugares altos que dificultassem o acesso de animais e de poeira. Eles também estavam associados à qualidade da água consumida.

Apesar de a água usada para beber ser armazenada no pote de barro, o consumo da água do rio Padeiros e das grotas ocorria “em fluxo”. A água não era confinada ou retirada do ambiente para a realização das tarefas, a não ser uma pequena quantidade, que era armazenada nos potes de barro ou em vasilhas. A água era utilizada para beber, cozinhar e para a higiene doméstica, mas permanecia corrente. Ela continuava em seu leito natural e estava em constante movimento durante a realização das atividades e as famílias utilizavam apenas o necessário para cada tarefa.

A importância da água do rio em fluxo está associada à manutenção do ciclo hidrológico. O fluxo do rio e a sua vazão são os elementos mais importantes desse ciclo, por representarem a constante renovação da água, além de representarem a forma mais pura de conexão das diversas fontes de água. O rio corrente além de ser importante para as sociedades que o cercam é importante para outros rios, criando uma relação de dependência entre distintos

¹¹ Soares (2007) analisa as comunidades rurais apontando que o gênero é um marco conceitual, sendo foco necessário na busca por entender a dimensão social contida nas relações com o meio onde se vive.

¹² Os potes de barro eram objetos que simbolizavam um “rito de passagem” (VAN GENNEP, 1978) entre a etapa de solteira e de filha morando na casa dos pais e a vida de casada, onde a responsabilidade pelo abastecimento de água da nova casa seria da mulher.

cursos d'água. Em Cabeceirinha, percebeu-se que as águas estão conectadas e possuem um sistema interligado que mantém diversas formas de vida e parte fundamental da história e da cultura daquela comunidade. O uso de uma fonte localizada mais na “cabeceira” não interferia na utilização de outra localizada mais abaixo, no sentido da “barra”, já que a água era corrente e *“a sujeira (sabão) ia embora”*.

De acordo com a memória narrada pelos moradores, a rotina de uso da água em fluxo era menos prejudicial ao rio, uma vez que a água era retirada e confinada apenas para beber e preparar o alimento. Mesmo assim, a quantidade utilizada remetia-se a usos diários. O consumo em fluxo da água a partir das fontes representava, além da utilização material do rio ou grotas, uma forma de socialização. O dia de lavar a roupa, por exemplo, era o momento em que muitas mulheres se encontravam, de maneira acidental ou combinada, para fazer essa atividade.

A dinâmica de socialização e o uso coletivo das fontes envolviam, também, o momento de “banhar”, para o qual haviam restrições e acordos locais. As mulheres “banhavam” primeiro que os homens, por volta das 16 horas. Algumas fontes, como a “fonte de Do Carmo”, era mais escondida e possibilitava uma maior privacidade para as mulheres, homens e crianças. As fontes, apesar de terem o nome das mulheres e serem elas as principais responsáveis pelas atividades em contato direto com o rio ou grotas, eram locais comuns, que todos podiam usar. Muitas vezes as mulheres iam “banhar” juntas, mesmo que em uma fonte que não fosse necessariamente a sua. O mesmo ocorreria com os homens, que podiam banhar em fontes que não fossem as de suas esposas.

As relações com o espaço da fonte estão, também, associadas à utilização de outros elementos da natureza. Nesse aspecto, no momento de lavar roupa, eram colocadas nas margens do rio ou grotas a “concha de buriti” – folhas secas de buriti, utilizadas tanto para *“sergar”* (esfregar) as roupas, quanto para dar sustentação e, então, impedir que a mulher “afundasse” na areia das margens. A precaução ocorria devido ao tipo de solo dos gerais, que ocasiona o carreamento de material e dificulta a estabilidade dos barrancos da beira do Pandeiros.

Os horários reservados para buscar a água de beber eram no período da manhã. Buscar a água de beber era a primeira atividade do dia realizada na fonte, para reabastecer os potes e as vasilhas que seriam usados durante o dia. Como explicou Dona Deusdita, *“[...] acontecia assim: às vezes, a gente ia lavar vasilha e já panhava água, tudo antes de lavar roupa. Aí, quando a gente ia lavar roupa, já tinha pegado a água.”*

A água para o consumo diário era trocada todos os dias, já que ficavam paradas no pote de barro e nas vasilhas, podendo acumular sujeira. Já a escolha do local da fonte estava

associada aos aspectos naturais da beira do rio e à distância em relação a casa e à facilidade de acesso, o que ajudava na hora de “panhar” a água.

A escolha do caminho até a fonte ocorria como na escolha do local da fonte, onde fosse possível maior facilidade de acesso e que tivesse menor distância do rio ou grota em relação aos fundos da casa. Como explicou Senhor André, “*que nem eu moro aqui, ali já tem minha estradinha de eu ir panhar minha água lá no rio [...] cada casa tem o caminho da fonte*”. O caminho estava interligado à cozinha, onde a água era mais utilizada e onde ficavam os filtros e potes. Após a escolha do caminho, ele era roçado e tinha seu acesso facilitado. O caminho para a fonte podia ser mudado ao longo do tempo, se fosse descoberto algum outro que era mais perto da fonte.

Com a gestão da água pelas fontes, era determinado quem realizaria os manejos, o local onde a água de beber seria armazenada, as formas de socialização e como esses locais se ligavam ao espaço da casa. Foi possível perceber que, em Cabeceirinha, os usos que as famílias fazem da água revelava a forma como percebiam o meio em que viviam e a importância desses elementos na dinâmica sociocultural. Eles definiram usos distintos, simbólicos e materiais, ditados pela disponibilidade e qualidade, mas sobretudo pelas condições de acesso à água. A Figura 8 ilustra um uso comum de uma fonte de água e um pote de barro utilizada para armazená-la.



Figura 8 – Usos comuns das fontes de água e forma de armazenamento. (A): Local de uma “fonte” na grota da Raposa; (B) Pote de barro com o qual os pais presenteavam suas filhas quando essas se casavam.

Fonte: Registro fotográfico obtido pela autora durante pesquisa de campo (2019).

As águas em Cabeceirinha são espaços de memórias, capazes de perpetuar referências históricas e parte das lembranças mais antigas. A fonte, localizada sempre no mesmo lugar, era um marco na paisagem e na memória, que ajudou a contar e resgatar histórias antigas dos moradores e de sua relação com o território.

5.2.4 Transmissão da terra

Em Cabeceirinha, o domínio sobre o território era definido pelo princípio do parentesco. Nas normas que governavam a herança, a partilha da terra deveria ocorrer de maneira igualitária entre os herdeiros, sejam homens ou mulheres. A divisão do terreno era estabelecida entre os herdeiros ao longo da vida e, mesmo aqueles que migravam, a não ser que vendessem sua parte, tinham direito à herança¹³.

As divisões aconteciam por meio das cercas no terreiro e das casas que surgiam, conforme os filhos se casavam¹⁴. Ao se casarem, os filhos escolhiam dentro do terreno dos pais o local onde seria construída a nova casa.

Essa situação aconteceu com Dona Maria do Carmo, que era do povoado de Ribeirão Curralinho, e foi morar no povoado de Cabeceirinha, nas terras de herança do marido, Senhor Joaquim Pereira Rocha. Sobre essa mudança, Dona Maria do Carmo relatou que “[...] eu morava lá no Ribeirão, aí casei. Com dez dias, quando eu casei vim pra cá, aí moro aqui (no povoado de Cabeceirinha) direto. Faz quase trinta anos que eu tô morando aqui.”

Dona Corina Ferreira Rocha, por sua vez, morava na comunidade de Fazenda Larga, ou como dizem em Cabeceirinha, “na Larga”, e foi morar nas terras de herança do marido, Senhor José Pereira Rocha, irmão do Senhor Joaquim Pereira Rocha, no povoado de Cabeceirinha. Já Dona Ana Lucia da Silva, também moradora da Larga, após o casamento, foi morar no povoado da Raposa, junto ao marido Geraldo Ferreira da Silva.

Como as terras das famílias de Cabeceirinha eram relativamente pequenas, recorria-se a migração como uma forma de manutenção da existência das famílias e das práticas de reprodução social e da cultura camponesa. A escassez de terra para que trabalho da família possa acontecer representa, como retrata Heredia (1979), um dos principais problemas enfrentados pelo agricultor familiar. Essa situação se materializa na dificuldade da família em reproduzir o esquema casa-roçado. Assim, recorria-se à migração para manutenção desse esquema. Dona Maria do Carmo explica que, quando falta terra, alguns migram.

[...] cada um cerca, por causa que a terra é pouca, aí vai dividindo, cada um vai morando aqui, vai fazendo o lotezinho. Só a casa e o quintal. E pros filhos como é que vai ser? [...] Aí Deus dá o jeito, vai embolando aí tudo. Só que tem uns que sai pra fora, igual os de Santa, não tem nenhum morando aí mais ela.

¹³ Segundo Galizoni (2007), esse tipo de arranjo familiar, em que mesmo com a migração de alguns dos herdeiros há a manutenção dos direitos de herança sobre a terra, possibilita o estabelecimento de direitos potenciais, uma vez que a terra funciona como uma forma de seguridade.

¹⁴ Woortmann (1990, p. 36) aponta que quando a terra é suficiente, destina-se ao filho (recém casado, ou em vias de se casar), um chão de morada, no interior do próprio sítio paterno, espaço onde será erguida a nova casa”.

O sistema de herança também está relacionado ao casamento. A aliança matrimonial, como aponta Galizoni (2007)¹⁵, é fundamental para o acesso à terra, pois, após se casarem, as mulheres iam, geralmente, para as terras de herança do marido. A mulher ao migrar não perdia suas terras, mas eram realizados arranjos, como a venda de sua terra para um dos irmãos. Assim, os arranjos familiares possibilitavam a perpetuação da família e dos modos de vida nas terras da família.

Os arranjos de divisão das terras de herança e onde a moradia era estabelecida, além da possibilidade de acesso às terras para trabalho, dependia também da qualidade dessa terra, se era forte ou fraca, e da facilidade de acesso às fontes de água e áreas úmidas. Foi o que aconteceu com Dona Antônia e Senhor José Lopes, que estabeleceram moradia no povoado do Tatu, em terras compradas pelo Senhor José Lopes, e não ficaram no povoado da Goiabeira, onde era a herança de Dona Antônia, apesar da possibilidade de permanência pela quantidade disponível de terras. Eles preferiram o Tatu pela proximidade com o brejo do Tatu e porque a localização da terra de herança de Dona Antônia ficava longe do Pandeiros.

Situação parecida ocorreu com Sandra e Niomar, que, após o casamento, foram morar nas terras de herança de Niomar, na comunidade de Cruz Sumidozim, localizada a 45 quilômetros de Cabeceirinha. Mas a água do rio São Joaquim, que abastecia a comunidade, secou. Para não ficar sem água, eles foram para Cabeceirinha. As terras da família de Sandra e Niomar em Cabeceirinha tinham um brejo e uma “*grot*a” e eram próximas ao rio Pandeiros. Mesmo quando o problema de abastecimento em Cruz Sumidozim foi resolvido, e eles iam ter água em casa, essa água seria apenas de poço artesiano. Então, decidiram ficar em Cabeceirinha, pois, ali, havia água corrente. Nesse caso, o núcleo familiar permaneceu nas terras de herança da mulher.

Há também famílias que permaneceram com ambas as heranças. Foi o que ocorreu com o Senhor Jorge Ribeiro e Dona Maria Santana, que possuem terras e casa no povoado de Cabeceirinha, herança de Dona Maria Santana, e também em Ribeirão Currealinho, herança do Senhor Jorge, fazendo a família uso das duas heranças¹⁶. Segundo Dona Maria do Carmo, as

¹⁵ “O casamento, aliado ao trabalho e uso da terra, é uma das formas principais de construir e concretizar a herança” (GALIZONI, 2007, p. 89).

¹⁶ Esse tipo de junção das terras, entre um homem e uma mulher, ocorrida após o matrimônio, é denominada por Moura (1978) como “troca matrimonial simples”. Após o matrimônio a mulher junta sua terra de herança à terra que seu marido possuía originalmente, não de forma física, pois as terras se encontram em locais separados, e o marido se torna o dono da terra ou titular do conjunto das terras, cabendo a mulher trabalhar-las junto a ele (MOURA, 1978).

terras de Cabeceirinha são todas divididas entre parentes: “[...] *tudo daqui mesmo, do bolo, do bolo*¹⁷ *da família. É tudo parente.*”

A existência de articulações locais de herança, relacionadas principalmente à descendência, mas também ao casamento, resultaram em uma comunidade formada por estreitos laços de parentesco, onde as trocas e a ocupação dos espaços ficavam evidentes nas falas corriqueiras e no dia a dia das famílias, o que tornou a divisão das terras interligada e estabeleceu arranjos locais próprios. Esses arranjos estavam voltados para a forma como se acessavam e se utilizavam os recursos e os espaços, o que determinou a construção da dinâmica social e cultural da comunidade no território.

O padrão de herança contemplava tanto os homens quanto as mulheres entrevistadas. A escolha do local das terras e de onde se fixou a moradia era definida, entre outros fatores, pela área em que foram deixadas as terras de herança, pela oferta e acesso a fontes de água e recursos e, também, pela crença na oferta futura da disponibilidade de água. Na divisão, os terrenos eram divididos de forma que todos os herdeiros tivessem acesso às fontes de água. Senhor José Lopes, por exemplo, contou que demarcou as divisões de suas terras de modo que os seus herdeiros tivessem acesso ao rio Pandeiros.

Para a compreensão de como acontecia a separação da herança em Cabeceirinha foi preciso, também, entender as relações de parentesco. Com a genealogia dos primeiros moradores de Cabeceirinha e de seus herdeiros diretos, representada por alguns moradores da comunidade, percebeu-se que todos os moradores eram parentes de alguma forma, como contou Senhor Valentim:

[...] hoje a parentagem é de nível de comunidade, se mistura muito. Que nem ali em Cabeceirinha se mistura com Goiabeira, Goiabeira com Cabeceirinha. Na Cabeceirinha tem um pessoal com descendência dentro da família de Goiabeira. O pessoal de Tatu, são descendentes de Goiabeira.

A Figura 9, a Figura 10 e a Figura 11 ilustram a formação de Cabeceirinha contada por Dona Maria, Sandra, Niomar e outros moradores que participaram da etnografia.

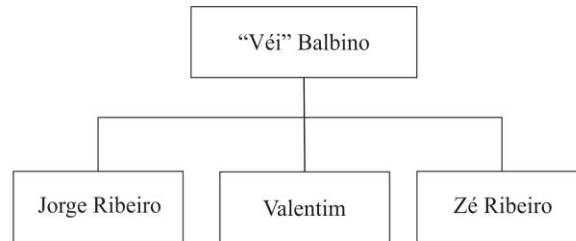
Como pode ser observado nas genealogias, a origem de Cabeceirinha remonta ao povoamento realizado pelos moradores mais antigos, chamados de Véi (com exceção do Senhor Zé do Mato, que não foi tratado durante as entrevistas como Véi). Durante as falas, cada povoado tinha seus fundadores e, a partir deles, as terras foram transmitidas para os herdeiros ou, então, adquiridas por meio de vendas.

¹⁷ Sobre a “terra no bolo”, Galizoni (2007, p. 58) aborda que essa é uma característica “constante no regime de terras, porque a maioria das terras é adquirida por herança. Além disso, a terra no bolo traz uma concepção de que a legitimidade de uma posse é fluída, respeitada e mantida, enquanto a família deposita nela trabalho”.

Os heredogramas foram construídos pelos moradores como uma representação da origem do povoamento e da transmissão de terras e como uma forma de demonstrar a importância dos Vêi para perpetuar as tradições, os modos de vida e a história da comunidade. A menção ao passado, na figura dos Vêi, segundo as falas dos moradores de Cabeceirinha, era recorrente e representava uma forma de valorizar a presença, os saberes e a influência deles na constituição da identidade da comunidade.

Ressalta-se que o propósito da genealogia não foi representar todas as relações de parentesco existentes em Cabeceirinha, nem apresentar todos os moradores que já moraram na comunidade, mas retratar as lembranças consideradas mais importantes para os entrevistados e que remetiam aos primeiros moradores e seus herdeiros diretos.

Povoado de Ribeirão Curralinho



Povoado de Tatu

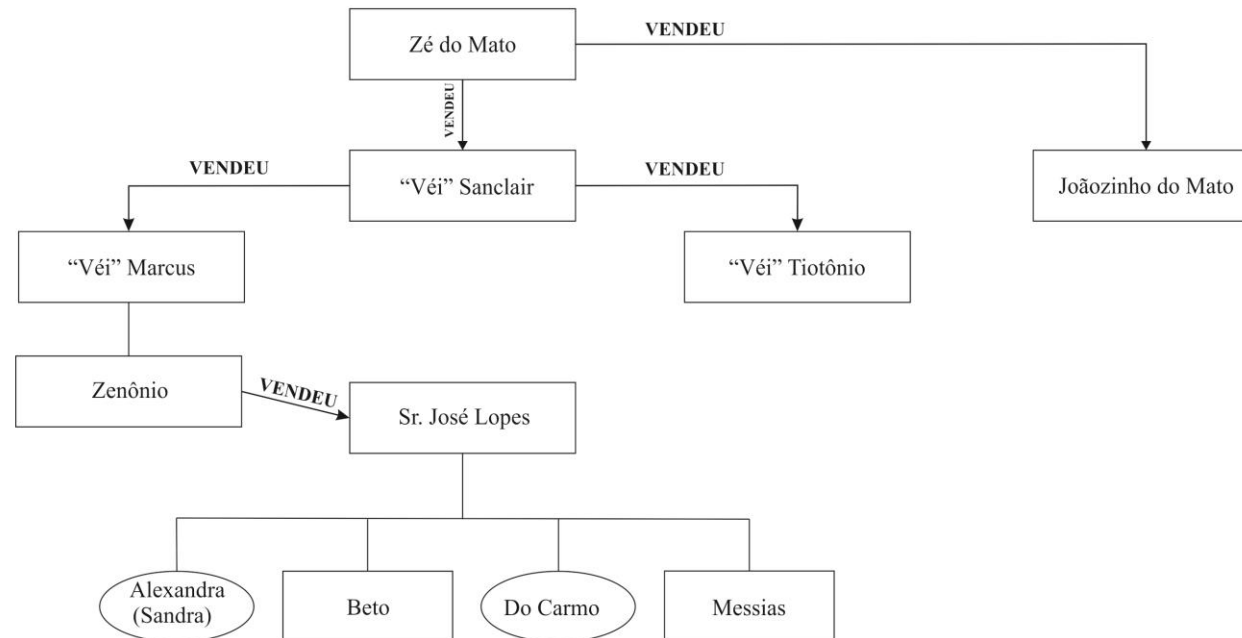
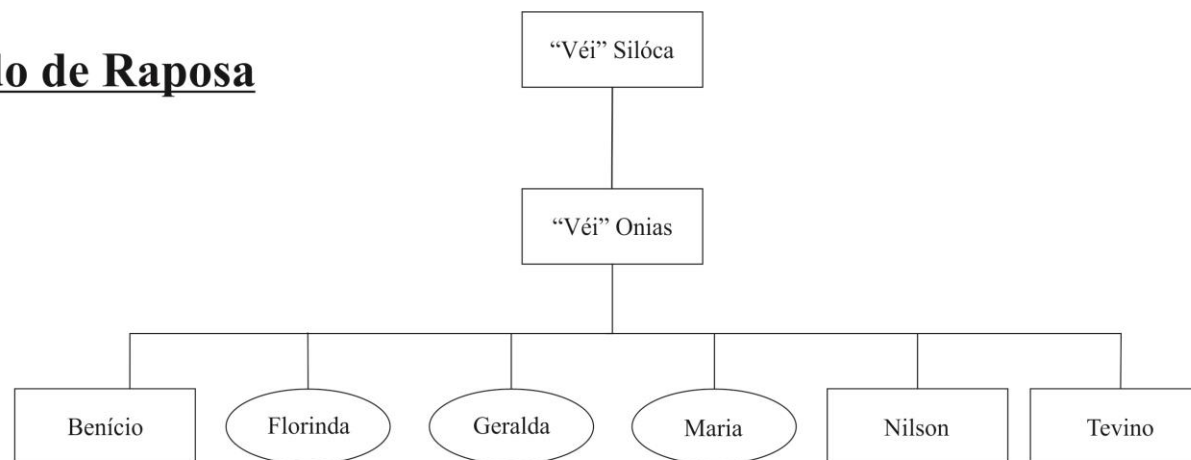


Figura 9 – Genealogia de Cabeceirinha: Povoados de Ribeirão Curralinho e de Tatu.
 Fonte: Dados obtidos mediante relatos dos moradores locais durante as pesquisas de campo (2019-2020).

Povoado de Raposa



Povoado de Resfriado

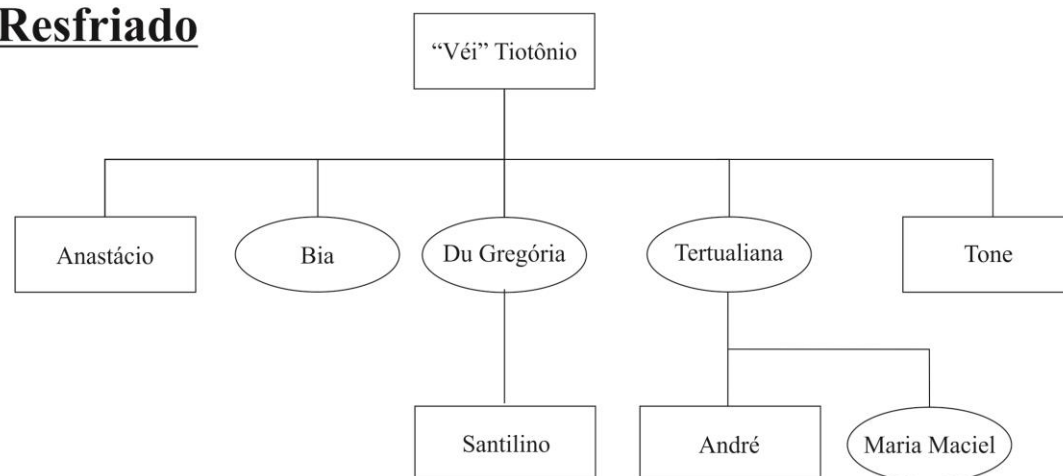
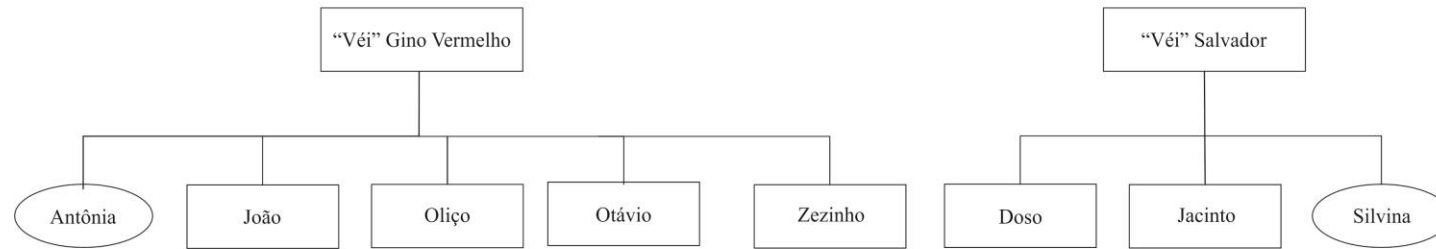


Figura 10 – Genealogia de Cabeceirinha: Povoados de Raposa e de Resfriado.
 Fonte: Dados obtidos mediante relatos dos moradores locais durante as pesquisas de campo (2019-2020).

Povoado de Goiabeira



Povoado de Cabeceirinha

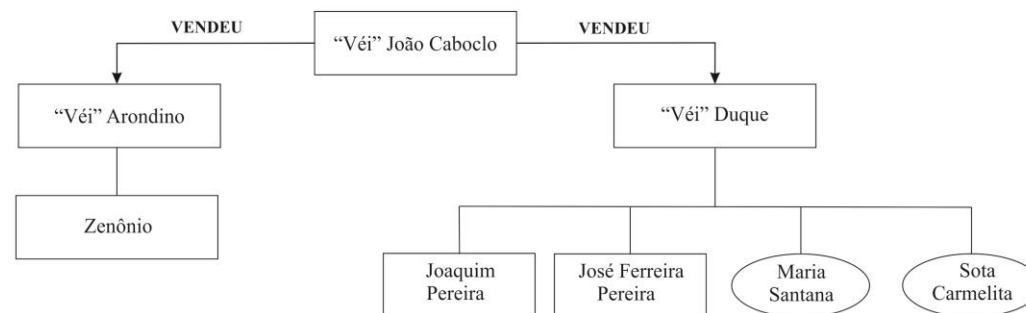


Figura 11 – Genealogia de Cabeceirinha: Povoados de Goiabeira e de Cabeceirinha.
 Fonte: Dados obtidos mediante relatos dos moradores locais durante as pesquisas de campo (2019-2020).

5.3 O tempo de agora

“Daqui a pouco, vai vender até água”.
(Sr. José Lopes, morador de Cabeceirinha, 2019)

5.3.1 Cercamento dos espaços comuns e as “firmas do desmatamento”

A dificuldade no acesso à terra por todos os membros da família era uma realidade na transmissão das terras em Cabeceirinha, que se agravou com o passar dos anos.

Na década de 1970, “firmas” se instalaram nos gerais. Elas ocuparam as áreas comuns usadas pela comunidade e introduziram formas de plantio por monoculturas e, principalmente, de criação de gado. Sobre a chegada das “firmas” nos gerais, Senhor André descreveu que “[...] eles chegou caçando serviço, era aberto, gradando terra, plantando eucalipi. Plantava muita coisa, arroz esses trem, e foi tomando conta dos lugar pra fora, dos gerais”.

A privatização das áreas comuns dos gerais está associada às mudanças ambientais que ocorreram nesse território. Com as firmas, houve intenso desmatamento das áreas de cerrado e redução da oferta de fontes de água. Senhor José Lopes relatou como o cercamento dos gerais, na cabeceira do rio Cochá, esteve associado aos impactos ambientais negativos no território e ao secamento das grotas, lagoas e brejos. Ele contou que

[...] a cabeceira do Cochá é essas lagoas. Na hora que as lagoas secaram, tinha duas barragens no Cochá que secou tudo também. Porque essa firma tomou conta, né?! Cercou tudo, e um tanto de gado só pra beber, e gente, e tudo. E formou um “mundo velho” de gente, igual uma cidade lá dentro, e foi indo, foi indo. E essa cerca foi chegando, foi chegando e foi diminuindo [...] depois que trouxe as firmas, aí que cercou tudo, que tomou conta, essas lagoas foi secando, foi secando e foi entrando essa seca né. E eles deitaram trator naquele mundo. Nós saía pra campear, as correntonas iam derrubando os paus, no trator. Aonde a corrente ia passando... tinha vez que nós "saía" em manada de sete ema morta, tava lá os urubus. Nós ia olhar se era gado que tinha morrido; chegava lá era ema. E aí foi entrando essa desconstância desse solo, essa "pisança" e derrubaram tudo. Aí virou fazenda. [...] proibindo o povo e matando o gado do povo, e acabando com a criação e todo mundo, e foi proibindo tudo.

Com a ocupação dos gerais pelas firmas, as áreas comuns das soltas começaram a ser “compradas” e cercadas por elas. As famílias ficaram sem ter onde soltar o gado, restando apenas as áreas usadas para o cultivo de alimentos. O cercamento das terras comuns fez com que os agricultores passassem a plantar capim nas áreas de terra de cultura, antes destinadas ao cultivo de mantimentos. Esses espaços são chamados em Cabeceirinha de “manga” – que é um

pasto cercado e plantado. A Figura 12 ilustra uma manga no tempo da seca e no tempo das águas.

Sobre o encurralamento dos agricultores ocasionado pelas firmas, Senhor Santilino descreveu que: “[...] um cercou dali outro cercou dacolá. Foi tomando os espaços para criar gado. Aí não tinha como o povo criar e o jeito foi inventar plantar capim, pra criar preso”.



Figura 12 – "Manga"- (A) no tempo da seca e (B) no tempo das águas.
Fonte: Registro fotográfico obtido pela autora durante pesquisa de campo (2019-2020).

Além do cercamento para a criação do gado, os agricultores cercaram as áreas de lavoura para protegê-las dos animais. Com o uso da terra de cultura voltado para o plantio de capim, os agricultores perderam muito de seus espaços produtivos e “[...] cada um ocupou seu lugar”, como comentou Senhor Joaquim. As famílias ficaram encurraladas em seus quintais, agora cercados.

Com as restrições que surgiram, Senhor Joaquim e seus irmãos foram obrigados a reduzir a quantidade de criações, já que suas terras eram poucas. Sobre essas mudanças nas áreas de uso comum, Senhor André relatou que

[...] é porque, o seguinte: eu soltava no do outro, eu soltava no meu, o outro pegava também e não tinha aquilo, todo mundo tinha, mas todo mundo era dono, né?! O de lá soltava no meu, o meu daqui ia pro do outro, o outro já ia do outro e era assim, ninguém tinha aquilo com os uns dos outros, todo mundo cuidava das coisas do uns dos outros **de primeiro** [...] aí as firmas tomou conta do mundo, tomou conta, de tanta firma. Aí, se um gado meu que já era acostumado naquele lugar que eles chegou e tomou de conta, não tá podendo panhar, se voltasse ali eles matava (o gado). Aí, todo mundo foi cada qual, foi voltando pro que é seu e cercando o lugar.

A transformação da terra de cultura em manga ocasionou a redução da quantidade de gado e também a disponibilidade de terras para as roças. Assim, de acordo com o Senhor Joaquim, a área de pastagem, que era nos gerais, ficou restrita às mangas, transformando uma função que era do “*cercado de fora*” em um elemento do “*cercado de dentro*”.

Ocorreu uma dualidade nos espaços delimitados pela cerca. No cercado de dentro, estavam os espaços e elementos utilizados e transformados pelo ser humano a partir do trabalho, como as roças e hortas. No cercado de fora, para os elementos da natureza, que eram dados “prontos” por Deus, como dádiva, não era necessário trabalho para utilizá-los, como ocorria com os frutos de pequi e com o capim dos gerais. Esses elementos tinham suas funções ligadas a uma lógica de trocas simbólicas, opostas à troca mercantil das firmas.

As terras do cercado de dentro, onde estava a terra de cultura, eram as áreas mais produtivas e onde as famílias fixaram residência e construíram suas relações culturais com o território e sociais entre familiares e vizinhança. Já as terras do cercado de fora, eram aquelas onde estavam os gerais com suas terras menos produtivas.

As mudanças nas relações das famílias com os gerais estiveram associadas não somente a mudanças físicas, mas, também, às transformações imateriais ligadas às relações com os recursos da natureza, que ajudaram a delinear os modos de vida, as expressões da cultura e as histórias individuais e coletivas de Cabeceirinha. A história de vida dos moradores, como a do Senhor Joaquim, ficou, também, associada com a chegada das firmas¹⁸ nos gerais. Segundo ele,

[...] todo mundo criava em liberdade. Aí, não tinha problema! Campeava, perdia a semana de campo pra lá e chegava. Era assim. Mas depois apertou, depois que essa firma chegou pra fora [...] **as firma de desmatamento**. Eles plantava arroz, eucalipto, esses trem. Aí atestou que eles não fechava, mas aí teve que fazer os cercado pra poder prender. Aí, todo mundo tem seu lugarzinho [...] então, depois que tomaram lá e que fizeram esses plantios lá, a gente não podia criar solto mais, porque soltava aqui e o gado ia bater lá (nos gerais).

As alterações no uso comum dos espaços do gerais se materializaram num único símbolo: a cerca, que expressava um conjunto de transformações sociais, ecológicas, na paisagem, na relação entre as pessoas, das pessoas com o meio, no acesso comum das pessoas e dos animais, criações e gado ao território. A cerca pode ser analisada como um símbolo de mudança, seja demográfica, dominial, ambiental ou integrativa. A partir dela, ocorreram privatizações, restrições de acesso e individualização dos recursos da natureza, como o caso da água.

Ao longo de toda mudança entre o tempo de primeiro e a chegada das firmas, foram as cercas que impediram que qualquer animal e gado tivessem livre acesso também as fontes de água, uma vez que ela passou a dividir e limitar também esse acesso.

¹⁸ A chegada das firmas, como aponta Oliveira (1998, p.54), “[...] instaurou uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural”.

Senhor Santilino relatou que existiam aqueles que ainda se arriscavam colocando o gado nas soltas. O gado, segundo ele, nessa situação, poderia sofrer dois tipos de risco. O primeiro era a possibilidade de ser morto pela firma, ao ultrapassar a cerca e entrar no terreno que não é mais comum. Já o segundo risco era de morrer de sede por não conseguir acessar o rio e ficar “*margeando cerca*” por imensas distâncias; ou, ainda, caso nenhum agricultor abra sua porteira, o levasse até o bebedouro localizado no rio Pandeiros ou nas grotas e depois retornasse com ele para fora da cerca. Senhor André descreveu que, antes das cercas, o gado solto tinha livre acesso ao rio:

[...] tudo era solto. Mexia aí, mas bebia no rio [...] o terreno era sempre aberto, aonde ele tivesse, ele vinha beber no rio e qualquer lugar aqui na região. Todo lugar tinha aquelas descida, tinha aquelas bebedor do gado descer [...] já tem o lugar específico do gado descer, né?! Aí, ele vinha pra aqui, descia pra aqui, tudo aqui. Daqui (povoado de Resfriado) até lá, na Cabeceirinha, esses trecho aí, já tinha os lugar pro gado descer. O gado descia e bebia e tava lá pro Ribeirão (Currálinho). Já tem os lugar pra descer pra beber. Agora que o povo cercou tudo que acabou. Agora com as cercas, o gado não vem porque não passa, o do outro não passa pro meu, o meu já não passa pro do outro, aí cada qual bebe no seu [...] antes não tinha, tudo era aberto.

As divisões dos espaços podiam significar um processo que refletiu a expropriação e os impactos negativos sofridos historicamente pelas famílias, principalmente após a chegada das firmas. A cerca representou uma “violência simbólica” (BOURDIEU, 1989), como meio pelo qual os agentes externos agiram diretamente sobre acordos comunitários tradicionais, como era o caso das soltas e dos espaços comuns¹⁹.

Segundo os relatos, as firmas não respeitavam os limites das terras, nem ao cercar. Houve tentativas de grilagem com a construção de cercas além dos limites estabelecidos formalmente, entrando em domínios que pertenciam aos agricultores. Dona Maria Lopes relatou que um fazendeiro, “*dono de firma que cria gado*”, tentou grilar as terras de sua família, colocando uma cerca sobre o olho d’água – uma referência do território para os moradores de Cabeceirinha, para que a tentativa não fosse descoberta.

Esses acontecimentos não ocorreram de forma isolada. O cercamento das terras familiares foi associado aos efeitos do cercamento realizado pelas firmas, que impôs localmente uma nova lógica de acesso e divisão dos espaços, fazendo com que ocorresse um rearranjo e uma adaptação para manutenção dos modos de vida comunitário. A cerca foi um elemento

¹⁹Como reflete Bourdieu (1989), as mudanças nos gerais atuam diretamente no “capital social” e no “capital simbólico” das famílias, transformando os arranjos estabelecidos e que são, em sua maioria, contrários àqueles instituídos pelo Estado e pelas firmas. Contudo, como aponta Brandão (1983, p.15), “[...] mesmo expropriado física e culturalmente e submetido ao poder de uma ideologia dominante, o mundo camponês cria e recria estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de fazer.”

chave nas transformações ao longo do tempo. Ela era que delimitava a divisão dos espaços, o acesso e a gestão dos recursos, compondo, de modo recorrente, a paisagem de Cabeceirinha.

5.3.2 A criação da Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Pandeiros

“[...] fazer a lei é fácil,
agora para cumprir que é o negócio”
(Sr. Valentim, morador de Cabeceirinha, 2018).

As famílias de Cabeceirinha sofreram, além das restrições causadas pela chegada das firmas, com as imposições causadas pela criação de áreas protegidas na bacia hidrográfica do rio Pandeiros.

O rio Pandeiros é caracterizado por várias categorias de relevante interesse ecológico, o que resultou na criação de áreas protegidas e outras formas de restrição de uso ao longo de seu curso. Foi considerado como Refúgio da Vida Silvestre, rio de preservação permanente e Área de Proteção Ambiental (APA). Essa última como uma categoria que abarca não só o Pandeiros, mas toda sua bacia. Essas mudanças no território, causadas pelas normas legais, impuseram às populações restrições de uso de suas águas e margens.

A APA Estadual do Rio Pandeiros, representada cartograficamente na Figura 13, foi instituída no ano de 1995, criada com o objetivo de contribuir com a conservação da biodiversidade da bacia hidrográfica do rio São Francisco. É a maior Unidade de Conservação de Uso Sustentável do estado de Minas Gerais, considerada, também, como Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade do Estado, por sua importância biológica nas categorias “especial” e “extrema”²⁰ (DRUMMOND *et al.*, 2005).

Antes da criação das UCs, o rio Pandeiros já abrigava em seu entorno comunidades rurais, como Cabeceirinha. Com a instituição de áreas protegidas, elas tiveram seus modos de vida alterados. As restrições geradas pela norma legal da UC impossibilitaram que os agricultores prosseguissem com o plantio de mantimentos nas vazantes; eles passaram, então, a fazer lavoura nos quintais. Com isto, além das perdas de áreas comuns das soltas, ocasionadas

²⁰ Segundo a publicação “Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação”, importância biológica especial significa: áreas com ocorrência de espécie(s) restrita(s) à área e/ou ambiente(s) único(s) no Estado; e importância biológica extrema implica em: áreas com alta riqueza de espécies endêmicas, ameaçadas ou raras no Estado e/ou fenômeno biológico especial. (DRUMMOND *et al.*, 2005).

pelas firmas, os agricultores também perderam os espaços comuns de cultivo das vazantes e dos brejos. Ainda, houve a perda de espaços produtivos para o gado, com as mangas. No tempo de agora, as áreas das roças e hortas também ficaram restritas aos quintais, ainda menores. Houve, também, um novo “encurrallamento” das famílias, pois as terras, já reduzidas, precisaram ser destinadas a novas funções.

A implantação de áreas protegidas sintetiza a forma impositiva como o Estado agiu nos gerais. Senhor Valentim Barbosa dos Santos, morador de Cabeceirinha, descreveu a instituição das áreas protegidas da seguinte maneira:

[...] o IEF mexia aqui, nessas quebradas tudo, incentivando a não desmatar, a não colocar fogo. Sempre ia na casa das pessoas. Tinham uns que tinham conscientização, outros não. **Mas o IEF sempre fez do máximo, o mínimo.** Tinha que ter feito muita coisa. [...] o trabalho do IEF é quase fazer a lei. E fazer a lei é fácil, agora para cumprir que é o negócio: você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, mas não te dão a solução.

Além das restrições de uso dos espaços, a UC também alterou a forma como se preparava a terra para o plantio. É o que contou Dona Antônia Farias sobre o preparo da terra, que, segundo ela, consistia em “[...] *derrubar o mato e colocar fogo para conseguir plantar*”. Com as restrições conservacionistas, foi proibido o uso de fogo no roçado, o que causou a necessidade do uso de maquinário. A imposição do uso de tecnologias para o cultivo dificultou a utilização das formas tradicionais de manejo da terra pelas famílias.

Essa nova lógica foi baseada na legislação ambiental vigente e as relações de poder desiguais geraram conflitos e transformaram o território, pois a criação de áreas protegidas nem sempre consideram os modos de vida e a percepção das comunidades que residem nos territórios futuramente protegidos. Ocorre, então, uma valorização de determinadas formas, institucionais, de ver o mundo, em detrimento de outras, tradicionais, que foram historicamente marginalizadas.

A APA do Pandeiros é, contudo, apenas uma das representações, jurídico-políticas, que se instituiu sobre o território dos gerais, não uma delimitação que, necessariamente, o represente, ou suas comunidades, como um todo. Por este descompasso entre as normas legais, instituídas politicamente, e as normas costumeiras, historicamente constituídas, geraram-se conflitos no território.

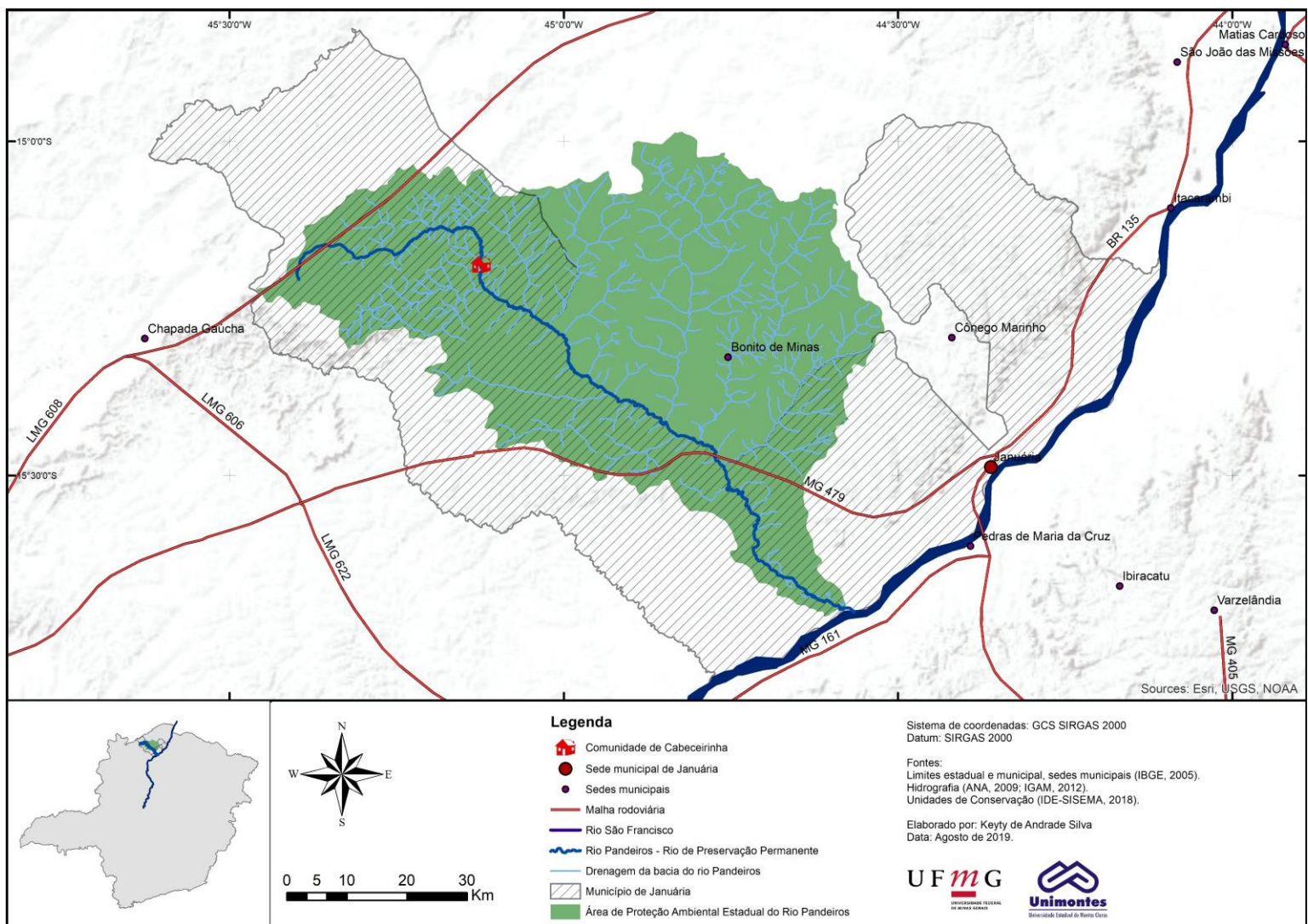


Figura 13 – Mapa de localização da comunidade de Cabeceirinha, no município de Januária, norte de Minas Gerais, com a rede de drenagem do rio Pandeiros e delimitação da APA Estadual do rio Pandeiros. Fonte: Elaborado pela autora.

Os conflitos ocorreram, principalmente, pelas diferenças, por parte do Estado e das comunidades, sobre as formas de ver, gerir e usar o território. Um morador de Cabeceirinha, Senhor André, relatou as mudanças que ocorreram no uso dos brejos da seguinte forma:

[...] de primeiro, o povo trabalhava no brejo, chovia muito, o brejo era cheio de água. Pegava e fazia aquelas valetas de esgoto, esgotava o brejo para enxugar, e aí trabalhava nos brejos. Mas, depois, o povo não trabalhou mais não. A água vai diminuindo, a gente também foi proibido de trabalhar mais no brejo. O povo (do IEF/MG) não deixou mexer no brejo [...]. É porque, ali, as chuvas foi ficando pouca, a água foi ficando pouca, aí o IEF não deixa mais mexer com o brejo. Quem tem algum brejinho pra trabalhar, ainda trabalha, mas quem não tem, não.

Na instituição da APA do rio Pandeiros, não houve a participação da comunidade e não foi levada em consideração sua história. O Estado excluiu as relações ali presentes, que foram consolidadas ao longo das décadas. Com a implantação da APA, um novo ator foi adicionado: o Estado. Este implantou, por meio do seu papel de agente de “comando e controle”, uma nova organização na relação entre a comunidade, o rio Pandeiros e o gerais.

Para além das restrições de uso comum dos espaços, foram percebidas transformações de outras bases de sustentação da família, como a alimentar. Senhor José Lopes descreveu, que no passado, o agricultor tirava todo o alimento da sua própria lavoura. Segundo ele, “[...] só vivia da roça, não trazia de lá (de Januária) não. Tinha hora que chegava lá na cidade pra vender arroz, feijão, toucinho, farinha, (vendia) tudo na cidade. Hoje, não! A pessoa tá comprando lá, pra trazer pra cá”.

As relações dos agricultores com os gerais foram sendo, gradativamente, retiradas das famílias. As imposições das normas legais provocaram a criminalização e invisibilização das dinâmicas socioculturais e territoriais dos gerais. As práticas realizadas pelas famílias durante anos, transmitidas ao longo das gerações e associadas à identidade, à reprodução cultural, à construção histórica dos grupos sociais que residem no território, precisaram ser ressignificadas²¹.

Os órgãos fiscalizadores e gestores do Estado, no caso de Cabeceirinha o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG), exerceram poder legal e distinto sobre o território historicamente ocupado. A sua atuação restringiu, em parte, o uso e a reprodução social e cultural, no território, pelas famílias.

²¹Lobão (2003) aponta para o fato de que, em situações como essa, as famílias são submetidas a um reconhecimento subalterno e travestidos em identidades construídas de fora para dentro, e os grupos passam a não alcançar mais sua integração moral no novo sistema social, econômico e político que passa a se estabelecer.

Apesar das restrições que foram geradas sobre as famílias, os termos APA e Unidade de Conservação eram desconhecidos pelos moradores. As famílias conheciam as restrições pelas figuras estatais do IEF/MG, do IBAMA, ou genericamente do “pessoal do meio ambiente”. Essa atuação, dita conservacionista, era reconhecida pelos moradores pelas multas e pelas demais penalizações impostas. Essas normas legais representaram a consolidação de uma visão fragmentada entre sociedade e natureza, distante das demandas de comunidades dos gerais sanfranciscanos.

5.2.3 Mudanças na oferta das fontes de água

Ao longo dos anos a abundância de fontes de água nos gerais foi se transformando. Muitas lagoas e grotas foram minguando até secar, retomando a vida apenas no tempo das águas. Segundo os moradores, até os anos 1980, a diversidade na oferta de fontes de água era maior. Senhor Joaquim Pereira Rocha, aos cinquenta e seis anos, contou que a lagoa próxima às suas terras, que muitos lembraram como um lugar encantado, morada da Mãe d’Água e do Caboclo D’Água, começou a minguar quando ele ainda era moço, com uns dezoito anos de idade, estando seca no momento da pesquisa.

Apesar da redução das fontes de água, as famílias continuaram abastecidas pelos rios Pandeiros, pelo córrego Ribeirão e pelas grotas que se mantém vivas e, até então, nunca secaram, como: as grotas da Raposa, do Tubi e o córrego São João. Como relatou Senhor Joaquim Pereira Rocha, “[...] água, pra nós aqui, é o Pandeiro, que nunca faltou. Graças a Deus que nós tem esse rio aqui, que abastece a comunidade toda. E tem umas grotinha que desce, um riachinho que desce no São João. Pra cá, pra riba, já tem Raposa.”

Os períodos de chuva também foram diminuindo aos poucos, e a partir do ano de 2010 os tempos de seca aumentaram. A diminuição do período de chuva contribuiu para redução da diversidade dos alimentos cultivados. O arroz, por exemplo, que precisava de muita água para se desenvolver deixou de ser plantado. As culturas de sequeiro também foram afetadas, já que mesmo a mandioca, que é mais resistente a seca, depende da chuva. O gado foi reduzido, e a criação de outros animais de consumo ficou restrita as galinhas. Porcos deixaram de ser criados.

Além do aumento do tempo da seca, e do secamento das fontes de água, ocorreram mudanças na forma como acontecia o abastecimento doméstico. Os caminhos das casas até as fontes do rio Pandeiros e da grotas da Raposa deixaram de ser feitos com a chegada da água encanada, no ano 2003. A água passou a chegar nas casas através de redes de distribuição da

água. A instalação dos canos, a montagem da rede e a construção da caixa d'água comunitária, foi feita pelos próprios moradores, com auxílio de representantes da Cáritas Diocesana de Januária, que nesse ano iniciou trabalhos em Cabeceirinha.

A água passou a ser captada diretamente no rio Pandeiros por meio de uma bomba, colocada em um ponto onde o fluxo de água era grande. Do Pandeiros a água era bombeada para uma caixa d'água comunitária e posteriormente era redistribuída para as casas, através de uma rede de encanamento subterrâneo que ligava a caixa d'água comunitária até cada casa.

O abastecimento nos povoados de Tatu, Cabeceirinha e Resfriado era realizado por um mesmo sistema de distribuição, que utilizava a água bombeada da "*Fonte de Ita*", no rio Pandeiros. No povoado da Goiabeira, o abastecimento também era feito pelo bombeamento da água do rio Pandeiros, mas o sistema comunitário abastecia apenas as casas da Goiabeira. No povoado da Raposa, também de modo singular, a água era bombeada diretamente da grotta da Raposa para a casa de cada família, não existindo uma rede interligada e abastecida por uma caixa d'água comunitária, como nos outros dois casos.

Com o bombeamento da água até as casas, essas também passaram a ter um sistema de encanamento interno, e a água chegava nas torneiras, dentro de casa. Foi o que destacou dona Maria do Carmo, "*agora tem água na porta*". A maior parte das casas não tem caixa d'água para guardar a água que chega do Pandeiros ou da grotta Raposa. A água vem direto da caixa d'água comunitária para as torneiras.

Senhor Joaquim Pereira Rocha era o responsável pelo controle diário de ligar e desligar a bomba que abastece os povoados de Tatu, Cabeceirinha e Resfriado, e também pelo conserto em caso de problemas. Segundo ele, a bomba era ligada todos os dias, devido à grande quantidade de casas abastecidas, 47 famílias. A caixa de água comunitária tinha capacidade de armazenamento de 52 mil litros.

Com o sistema de abastecimento de água comunitário, o uso comum e irrestrito do rio para lavar roupa e vasilha, comum no tempo de primeiro, mudou. O sistema comunitário passou a ter regras de uso quando a bomba está ligada. Senhor Joaquim Pereira Rocha explicou que aconselha os moradores a não lavar roupa e vasilha nas áreas do rio que estão acima da bomba, já que a água bombeada para a caixa d'água comunitária fica armazenada e parada e não mais corrente, como no rio. Mesmo com essa restrição, voltada ao horário de ida ao rio, o uso da água continuou comunitário e sem restrições, o rio era de todos.

O uso da água que chega nas torneiras era liberado, mas, diferentemente de como acontecia quando era direto no Pandeiros, a água nas torneiras gerou conflitos entre algumas

famílias. Os conflitos estavam ligados, principalmente, ao maior uso de água por algumas famílias em relação a outras. Teve, também, quem reclamasse de desperdício, de torneiras ligadas por muito tempo, e todos pagarem o mesmo valor mensal para o abastecimento. Segundo alguns relatos, tinham moradores que usavam a água para molhar as plantações e dar de beber para as criações, o que gerava uma utilização constante da bomba e gastos com energia com valores altos. Como solução para as reclamações do gasto desigual, alguns moradores relataram a necessidade da instituição de regras de uso e instalação de relógios (hidrômetros) para medir o gasto de cada família.

A taxa mensal paga por cada família é de R\$ 4,50, e corresponde ao gasto com a energia elétrica usada pela bomba e a manutenção nos canos da rede comunitária. As despesas são divididas por casa, e as famílias pagam um valor igualitário. O pagamento é feito nos momentos iniciais das reuniões da Associação Comunitária de Cabeceirinha, que ocorre no segundo sábado de cada mês às 14 horas, no Centro Comunitário de Cabeceirinha.

Durante as reuniões da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Cabeceirinha e Ribeirão, foi possível identificar como ocorre a gestão comunitária das contas de energia referentes ao abastecimento de água das famílias e sobre ações sociais coletivas, como a realização dos bingos para arrecadação financeira para obras comunitárias.

Outro problema da água encanada era o menor abastecimento de água das famílias da ponta da rede de distribuição que estavam nos lugares mais altos da topografia. A água ia perdendo pressão ao longo do caminho e antes de chegar até as últimas casas, a água, também, já era usada livremente pelas outras famílias abastecidas. Assim, para abastecer as últimas casas da rede, demorava um pouco mais, e quando a água chegava, era em menor quantidade. Quando a bomba estragava, essas casas da ponta da rede, também eram as primeiras a ficar sem água.

Além da rede de abastecimento doméstico de água, depois da chegada da Cáritas em Cabeceirinha, foram construídas cisternas de placa nos terreiros das famílias. As cisternas de placa tinham como objetivo o armazenamento da água de chuva.

Em Cabeceirinha chamava-se a cisterna de placa de “caixa”.²²A água da caixa, era usada por algumas famílias apenas para beber e cozinhar, em outras casas essa água era

²² As cisternas de placa são cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa que tem a função de armazenamento de 16.000 litros da água da chuva. Estão associadas as “tecnologias sociais” (GUALDANI e SALES, 2016) de convivência com o semiárido. As cisternas de placa construídas em Cabeceirinha integram o “Programa um milhão de cisternas” (P1MC), desenvolvido pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), desde o início dos anos 2000 na Região Semiárida brasileira (SANTOS, 2016), e desde de o ano de 2003 em Cabeceirinha, resultado de uma parceria entre a Cáritas Diocesana de Januária e a ASA.

destinada para as mais diversas funções como regar a horta, dar de beber para as galinhas, e para o abastecimento da casa. Conjugava-se o uso da água da caixa com o uso da água do rio ou grotta, que chagava pela torneira. As duas formas de abastecimento estão representadas na Figura 14.



Figura 14 – Sistema de abastecimento de água em Cabeceirinha no “tempo de agora”. (A): cano de distribuição de água sobre o rio Pandeiros; (B): Cisterna de Placa ou Caixa.

Fonte: Registro fotográfico obtido pela autora durante pesquisa de campo (2019).

A água nas torneiras e da caixa tornou possível a execução de tarefas nos quintais, em lugares mais próximos as casas, como também favoreceu o cultivo da horta. Permitiu que os cultivos fossem regados mesmo distantes do rio, como contou Senhor Joaquim Pereira Rocha: “[...] sempre a gente plantava era na beira do rio, porque não tinha água assim na porta. A gente plantava pra aproveitar a água do rio, tinha alguma baixadinha. Cê já aproveitava ali pra jogar a água do rio na horta. Mas, hoje, a gente tem água na porta.” Já para bebedouro dos animais, usava-se a água era da torneira.

Para a roça, as famílias continuaram procurando lugares onde a terra fosse forte, com preferência para áreas mais frescas, mas restringindo a busca, agora, na parte de dentro dos terrenos cercados. Como falou dona Maria do Carmo, “[...] agora como já tem a água encanada, cada qual planta no quintal mesmo. Antes se quisesse plantar era na beira do rio, aí cada qual plantava nas fontes”.

Após a água nas torneiras e nas caixas, o rio continuou sendo usado, mas para as atividades de lazer, como nadar e pescar, e como bebedouro do gado e animais, como pode ser observado na Figura 15. Para Keila Ferreira, a chegada da água nas torneiras afastou, principalmente as mulheres e crianças do rio, já que não é mais necessário o contato diário. Dona Maria do Carmo contou que “[...] eu tenho uma vizinha ali, é cunhada do marido meu, aí sempre ela fala que de primeiro era muito mais bom do que agora. Que de primeiro ia

banhar no rio, que caminhava mais, fazia mais exercício no corpo. Mas a gente agradece demais que tem água na torneira”.



Figura 15 – Usos do rio Pandeiros. (A): pesca; (B) lazer no rio Pandeiros em dia de festividade.
Fonte: Registro fotográfico obtido pela autora durante pesquisa de campo (2019-2020).

Segundo Keila “[...] *antigamente* (o rio) *enchia de mulher*”. Esse também foi um ponto levantado por Dona Corina, de que antes da água nas torneiras, o rio era um ponto de encontro entre as mulheres, que, muitas vezes, se reuniam, mesmo com a divisão das fontes, para banhar ou lavar roupa. Mesmo com a água chegando dentro de casa pelas torneiras, algumas mulheres, como Dona Corina, continuaram lavando roupa no rio.

Apesar de as pessoas ainda frequentarem o rio, o que acontecia principalmente em ocasiões especiais, como em alguma festividade, e as crianças pescarem como um momento de lazer, a sociabilidade e momentos de diversão, principalmente das crianças, também foram alterados. Para Keila, a ida diária ao rio, em muitos casos, era o principal momento de diversão para as crianças, e “[...] *que com a água na torneira as crianças não vão no rio nem banhar*”. Ainda segundo ela, “[...] *quando a água chegou*”, as mulheres e crianças acharam estranho não precisar ir ao rio, mas se acostumaram com o tempo, até perderem o hábito.

Existem moradores que relataram que a água nas torneiras possibilitou um menor gasto de tempo na realização das atividades diárias, dando mais tempo livre e menor desgaste para as mulheres e crianças. As idas ao rio continuaram, mas a partir de uma escolha. Com a chegada da água nas torneiras, o consumo das famílias deixou de ser restrito às idas ao rio e a quantidade de água passível de ser manejada pelas mulheres no trajeto casa- fonte.

A presença de água nas torneiras ajudou na diminuição do esforço diário das mulheres e das crianças, ligado ao abastecimento doméstico e as tarefas da casa. Grande parte das atividades femininas era relacionada diretamente ao rio e grotas, até onde as mulheres

precisavam ir muitas vezes ao dia. Sobre as mudanças no abastecimento direto no rio, Dona Antônia contou que “[...] *as mulheres pediam água encanada para a Cáritas. Elas eram as mais prejudicadas pela falta de água encanada*”.

Mesmo com todas as mudanças, o rio Pandeiros se manteve vivo e a comunidade se unia em ações que estavam ligadas a manutenção do rio, mas que também possibilitassem o maior acesso das pessoas aos lugares. Uma marca da gestão comunitária, durante a realização da pesquisa, foi a inauguração da “Ponte do Resfriado”, como pode ser visto na Figura 16. A ponte de madeira liga os povoados de Tatu e Resfriado, foi construída e financiada com recursos da própria comunidade, como aqueles obtidos durante os bingos. Antes, no mesmo local, existia uma ponte que possibilitava apenas a passagem de pessoas, e já estava muito velha. A inauguração da “Ponte do Resfriado” foi marcada por uma festa comunitária organizada pelos moradores do povoado do Resfriado e contou com a presença de moradores de Cabeceirinha e comunidades próximas, como Várzea Bonita, Grotinha e Fazenda Larga.



Figura 16 – Registros da ponte do Resfriado. (A) e (B): ponte antiga; (C): moradores dentro do rio Pandeiros durante a construção da nova ponte; (D): inauguração da nova ponte.

Fonte: Registro fotográfico obtido pela autora durante pesquisa de campo (2019-2020).

5.3.4 O surgimento da noção de falta de água

A criação da rede de abastecimento de água em Cabeceirinha contribuiu para o surgimento da noção de falta de água. Estar sem água em Cabeceirinha estava associado a ausência da água encanada, que chegava em casa pela torneira, o que ocasiona um retorno aos modos de abastecimento da água em fluxo, direto nas fontes. Quando se estava sem água, retomavam-se os hábitos relacionados ao contato direto com o rio: banhava, buscava a água de beber, levava a vasilha e a roupa. Dona Maria do Carmo contou sobre as soluções que famílias encontravam quando estavam sem água “[...] *pega no rio, né?! A gente pega no rio, quando falta água na torneira, a gente vai e pega no rio ou na caixa também, porque hoje agora todo mundo tá tendo as caixas na casa.*”

Mesmo com a água encanada, a relação com o rio não foi desfeita, e as fontes e caminhos para a fonte não foram desativados ou deixam de existir. Esses espaços eram acionados em caso de falta de água e a dinâmica de utilização das fontes era reativada. Isso aconteceu no mês de julho de 2019, quando a caixa d’água comunitária que armazenava a água que abastecia o povoado da Goiabeira teve problemas de rachadura e a caixa d’água comunitária precisou de reforma porque ficava vazando; ou no mês de setembro de 2019, quando a bomba que usada para o abastecimento dos povoados de Tatu, Cabeceirinha e Resfriado ficou estragada por um período de aproximadamente 30 dias. Segundo Dona Maria do Carmo, “*tem vez que a bomba da entrada de ar, hoje mesmo tava sem água, por quê? Por causa que a bomba sempre dava um defeitinho, peleja com ela lá, arruma, aí esses tempo não deu jeito mais não, aí teve que comprar outra*”.

Nesses períodos, aconteceram mudanças na dinâmica comunitária e das famílias, com as mulheres, crianças e adolescentes, retomando o intenso fluxo de pessoas nas fontes. A aglomeração de pessoas nos espaços próximos ao rio Pandeiros também aumentou, e os quintais apresentaram um maior fluxo de mulheres. Durante a manhã e à tarde, mulheres e adolescentes ficavam reunidas no vai e vem entre a casa e a fonte, acompanhadas de vasilhas e baldes com roupas.

Na casa de Sandra e Niomar, onde ambos trabalham em atividades não relacionadas a roça, a responsabilidade das atividades domésticas era da sobrinha do casal, uma jovem de 16 anos e do filho mais novo. Logo no início da manhã eles recolham todas as vasilhas sujas na cozinha e colocavam em uma bacia, reuniam também galões para armazenar a água de beber.

Colocavam tudo em um carrinho de mão e se iam para a fonte da família. Essa mesma tarefa era também executada por outra sobrinha do casal, que realizava as tarefas de sua casa.

Os três iam juntos até a fonte da família, eram dois carrinhos de mão cheios de vasilhas para serem lavadas na beira do rio e galões de água a serem enchidos. Na fonte a responsabilidade por lavar as vasilhas era das moças, enquanto o rapaz mais novo era responsável por encher os galões de água para consumo. Outras mulheres e jovens também permaneciam ao longo do rio ou nos caminhos para as fontes, sempre acompanhadas de bacias, baldes ou galões.

Já em casa, a água armazenada nos galões era despejada no filtro de barro, quando ele estava vazio, e o restante da água era guardada na geladeira. As vasilhas que iam sujando ao longo do dia eram lavadas no próximo dia pela manhã, o mesmo acontecia com o reabastecimento da água de beber. O retorno ao rio ocorria no final da tarde, na hora de banhar.

As famílias que não tinham cisterna de placa, ou a cisterna estava com algum problema, como vazamento e a casa também não tinha caixa d'água, em caso de falta de água buscavam a água no Pandeiros, mas, também, recebiam água da casa de vizinhos e parentes.

A principal queixa sobre a água encanada era a necessidade de constantes manutenções na bomba, e que algumas vezes o abastecimento demorava muita para voltar ao normal. Além disso, os moradores relataram, a redução da quantidade de água no rio Pandeiros. Como relatou Dona Maria do Carmo, sobre a vez em a água do Pandeiros estava tão pouca que foi preciso cavar mais do rio para conseguir bombear a água²³.

De primeiro era mais água, a água mingou muito, baixou muito. Ali mesmo tem a bomba que puxa água. Ontem mesmo precisou de cavar com enxada. Tem vez que joga água, ontem mesmo ligou lá, a água tava jogando pouca por causa que acho que a água vai mudando, faltando, tem muita areia no Pandeiro. Aí precisa cavar com a enxada pra poder a água ficar com a bomba.

As fontes de água em Cabeceirinha de primeiro eram: o rio Pandeiros, quatorze grotas, o córrego Ribeirão, o córrego São João e quatro lagoas. Já no tempo de agora, elas foram reduzidas. As lagoas e doze grotas secaram, com algumas delas correndo apenas no tempo das chuvas. Restaram, então, como fontes de água corrente, o rio Pandeiros, a gruta da Raposa, a gruta do Tubi, o córrego do São João e o córrego Ribeirão. Além dessas fontes naturais, as famílias passaram a contar com a água da chuva armazenada nas cisternas de placa.

²³ Hobsbawn e Ranger (1984), utilizam o termo “tradições inventadas”, referindo-se ao “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras subentendidas ou abertamente aceitas por sociedades, e que visam indicar certos valores e normas de comportamento através da repetição, implicando em uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWN E RANGER, 1984, p.10).

Das fontes disponíveis, o rio Pandeiros era a principal, usada para abastecimento doméstico e para dessedentação animal. No povoado da Raposa, o Pandeiros ficava um pouco mais longe das casas. Então, para o abastecimento doméstico, era usada a gruta da Raposa. O mesmo acontecia no povoado de Ribeirão Curralinho, que obtinha a água do córrego Ribeirão para abastecimento doméstico. A gruta do Tubi e o córrego do São João não eram usados para o abastecimento das famílias e para produção de mantimentos, por serem cursos pequenos, sendo usados apenas pelos animais.

Quase todas as famílias conjugavam a água das fontes com a água da cisterna de placa. Aquelas que não conjugavam, era devido aos problemas na infraestrutura da cisterna, o que impedia seu uso. Quando faltava a água da cisterna de placa, os moradores não tinham outra fonte além do Pandeiros, da gruta da Raposa (no povoado da Raposa) e do córrego Ribeirão (em Ribeirão Curralinho).

A cisterna de placa era majoritariamente usada pelas famílias apenas para beber e cozinhar. Mas, existiam, também, aquelas famílias que usavam a água da cisterna para molhar a horta e para abastecer a cozinha e o banheiro, o que acontecia, principalmente, nos períodos em que as famílias estavam sem água nas torneiras.

A qualidade da água para beber era medida pela sua leveza, relacionada à presença, principalmente, de terra e areia, e por seu fluxo, proveniente de uma fonte corrente ou confinada. Como as fontes de água usadas para beber em Cabeceirinha eram o rio Pandeiros, a gruta da Raposa, o Córrego Ribeirão e a água de chuva armazenada na cisterna de placa, os moradores faziam a distinção entre essas fontes.

O rio Pandeiros, a gruta da Raposa e o córrego Ribeirão eram usados como fonte de bebida o ano todo. No tempo da seca, a água era quase transparente e carregava menos areia e terra, pois estavam assentadas no fundo do leito. A água era mais fina, mesmo que o nível de água estivesse mais baixo. No tempo das águas, a água do rio Pandeiros ficava avermelhada pela terra e pelos sedimentos que estavam em constante movimento e que eram carregados de seus afluentes em maior quantidade, deixando a água mais grossa, “[...] *parecendo um suco*”, como disse Dona Antônia.

Não só a qualidade e quantidade da água mudavam nos distintos tempos, mas a preferência e o uso da água de cada fonte também. No tempo da seca, a maior parte das pessoas usava a água do Pandeiros e da gruta da Raposa, conjugando o uso da cisterna de placa quando preciso, não fazendo distinção entre os gostos. No tempo das águas, período em que o Pandeiros

ficava muito barrento e carregava mais areia, a água passava a ter um gosto mais amargo e as famílias tinham preferência pela água da cisterna de placa.

Além da diferença influenciada pela chuva, que alterava a qualidade da água das fontes, as famílias faziam distinção do gosto da água pelo fluxo. A água das fontes correntes era preferência de algumas famílias, como explicou a moradora Keila Ferreira: “[...] a água do Pandeiro é melhor que a da caixa, porque a caixa fica parada, mas disse que não entra nada, é tampadinha. Mas eu penso assim: que a água parada, não pode beber água por causa desse negócio”.

Outras famílias acreditaram que o armazenamento da água na cisterna protege mais das sujeiras, como comentou Dona Maria do Carmo:

[...] a água da caixa é diferente. Se eu encher um litro na torneira e o outro na caixa, vê a diferença. A água da caixa é limpinha, não tem um cisco e nem terra; já a do Pandeiro, ela vem com cisco, vem com terra, precisa a gente coar pra colocar (no filtro). Já a da caixa não precisa coar não.

Apesar de a água do rio Pandeiros, da grotta da Raposa e do Ribeirão terem sido canalizadas, elas não ficam armazenadas por muito tempo nas caixas de água, ocorrendo sempre um fluxo da água. Essa condição é diferente do que ocorre com a água armazenada na cisterna de placa, o que em alguns casos gera desconfiança quanto ao seu uso pelas famílias.

Ao perceberem, de tempo em tempo, as mudanças sobre a oferta da água, os moradores de Cabeceirinha desenvolveram estratégias para garantir a sustentação da disponibilidade de água, mesmo que isso tenha alterado, de alguma maneira, seus modos de viver e de se relacionar com os recursos.

As relações estão sempre carregadas dos ensinamentos e tradições aprendidos com os “Véi”. A maneira como se percebe a qualidade da água e os gostos que determinam seus usos foram mantidos, mesmo com as mudanças na quantidade e possibilidade de acesso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar as relações entre população e água no território dos gerais sanfranciscanos. Ele revelou, a partir das vivências proporcionadas à pesquisadora por meio da etnografia, junto aos agricultores familiares da comunidade de Cabeceirinha, que as fontes de água e as áreas úmidas, de primeiro abundantes no território dos gerais, delimitaram os locais onde as famílias se estabeleceram, assim como os seus modos de vida e de lidar com a terra.

De primeiro, as terras eram consideradas fortes nos gerais e tinham essa característica, segundo os moradores de Cabeceirinha, exatamente por estarem localizadas nas áreas frescas do território. Como as populações dos gerais buscavam lugares onde era possível se estabelecer e realizar o trabalho com a terra, a presença do rio Pandeiros e das grotas, antes abundantes, impulsionaram o povoamento da comunidade. Os primeiros moradores eram, em sua maioria, vaqueiros, que buscavam terras para se estabelecer.

A presença do rio Pandeiros possibilitou, ainda, a criação e perpetuação de normas costumeiras que orientaram a ética das famílias dessa porção dos gerais. Além do cultivo de mantimentos nas áreas de terra de cultura, as famílias faziam uso das áreas de topografia mais elevado: dos gerais, para o manejo comum do gado e colher os frutos que eram dados por Deus, como uma dádiva, sem o esforço do trabalho que se empregava na terra de cultura.

Essa comunidade dos gerais combinou os recursos da natureza, em especial as fontes de água, para criar modos próprios de gestão comunitária. Essas relações associavam-se também aos demais recursos do território, em especial à terra. Havia nos gerais, então, uma relação muito sólida e estreita entre água e terra na formação das normas costumeiras.

As mulheres, principais responsáveis pelo abastecimento doméstico de água, desenvolveram um sistema de gestão desse bem em que se apropriavam individualmente dos espaços do rio (por meio das fontes), mas que garantia uma participação coletiva de uso da água, que visava, sobretudo, à permanência dessas fontes. Foram estabelecidos critérios de qualidade, que variavam de acordo com o tempo das águas e da seca e com o confinamento e a fluidez das fontes.

As normas costumeiras de trabalho das famílias, que envolviam um conhecimento do território e dos recursos disponíveis, aproveitando a disponibilidade das fontes de água dos gerais, sofreram impactos relacionados às imposições de normas legais, ocasionando a perda de direitos, estes antes orientados pelas normas costumeiras de uso do território.

Essas relações sofreram influências externas do Estado, das firmas e da natureza, resultando no secamento de muitas fontes de água e na redução dos períodos de chuva. O entendimento dessas mudanças em populações rurais como Cabeceirinha, que ainda possui um rio vivo, se faz importante para pensar o cenário ambiental que tem se desenhado no campo jurídico-político, tanto no meio rural como urbano, e projetar cenários futuros para a comunidade, considerando essa realidade que emergiu.

O secamento das fontes de água e a alteração do clima e dos períodos chuvosos são uma realidade que tem sido alvo de discussões em nível internacional. Compreender como as comunidades rurais lidam com uma fonte ainda corrente de água, como é o rio Pandeiros, pode auxiliar na sustentabilidade desse curso d'água, fundamental para a dinâmica social e cultural das comunidades localizadas em suas margens. Além disto, possibilita-se a formação de perspectivas sobre o abastecimento humano de água e a importância da manutenção do modo de vida camponês e de suas estratégias de convivência com essa nova realidade.

Os resultados demonstraram, também, a importância de se entender as discrepâncias entre as normas costumeiras de comunidades, como Cabeceirinha, e as normas legais, muitas vezes pautadas por uma visão conservacionista. Esta pode limitar a gestão comunitária dos recursos, que fora historicamente constituída, e as formas tradicionais de reprodução social e cultural, responsáveis pela constituição de sua identidade e memória, individual e coletiva, dos povos.

Vale destacar que este trabalho não tem a ambição de encerrar os estudos sobre população e água nos gerais sanfranciscanos. Ele busca retratar a realidade de uma comunidade desse território, servindo como suporte para futuras pesquisas com outras comunidades rurais tradicionais dos gerais e do Semiárido.

É preciso ressaltar que, durante a realização deste estudo, o entendimento profundo dos modos de vida nos gerais de Cabeceirinha enfrentou desafios e a etnografia, que necessitava de novas imersões, foi interrompida devido ao cenário um mundial vivenciado no ano de 2020, com a pandemia do novo Coronavírus. Contudo, nesse emergente cenário, espera-se que a sociedade global enxergue, valorize e respeite os diferentes modos de vida existentes no planeta, como o caso dos agricultores familiares, com as suas singularidades, os seus saberes tradicionais e as suas formas de ver, perceber e interagir com o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR. 2008.
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS – ANA. 2018. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018**: informe anual / Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2018.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-69, 2004.
- ALONSO, A, COSTA V. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais**. Ecologia, 2000.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9, 2004.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- ARRUDA, G. **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. No. 128. Editora UFPR, 2008.
- ARAÚJO, V. M.; RIBEIRO, E. M.; REIS, R. P. Águas no rural do semiárido mineiro: uma análise das iniciativas para regularizar o abastecimento em Januária. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 2, p.219-233, 2010.
- BAETA, A. M. Aspectos do Processo de Contato Entre Colonizadores e Grupos Indígenas no Norte de Minas Gerais – Região do Vale do Rio Peruaçu. In: **Cadernos de História**. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, v. 5, n. 6, 2000.
- BAHIA, S; ANDRADE. Genealogia de uma comunidade: a trama da trança. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 3, n. 2, 2009.
- BARROS, K.O. **Índice de aridez como indicador da susceptibilidade à desertificação na mesorregião norte de Minas**. Monografia (Bacharel em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.
- BERNARDES, C. O gado e as larguezas dos Gerais. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 33-58, 1995.
- BETHONICO, M.B.M. Rio Pandeiros: Território e História de uma área de Proteção Ambiental no Norte de Minas Gerais. **Revista Acta Geográfica**. v.3, n.5, p. 23 - 38, 2009.
- BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular**. Campinas. Editora Papyrus. 1983
- BRANDÃO, C. R. "Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil." **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais** – Unicamp vol. 1, no. 1. 2007.

BRASIL. 1934. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. 1937. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. 1965. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Decreta o Código Florestal. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. 1981. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, BRASIL, 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. 1989. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. 1997. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. 2000. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. 2007. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. 2012. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e

7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** (D.O.U.). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. 2017. **Resolução nº 107/2017**. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo da Sudene. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 1989.

BREDARIOL, C. **Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2001.

BRUSCHINI, M.C. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. V.6, número 1, jan/jul 1989.

CÁRITAS BRASILEIRA. **História**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/>>. Acesso em: 12 abril. 2019.

CARMO, R.L.; OLIVEIRA, A.L.R.; OJIMA, R.; NASCIMENTO, T.T. Água virtual, escassez e gestão: O Brasil como grande “exportador” de água. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. X, n. 2, p. 83-96, jul.- dez. 2007.

CARNEIRO, M. G. R.; CAMURÇA, A. M.; ESMERALDO, G. G. S. L.; SOUSA, N. R. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, RS**, v. 8, n. 2, p. 135-47, 2013.

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. NAEA, 1998.

COELHO, M. A. T. **Os Descaminhos do São Francisco**. Editora Paz e Terra. São Paulo. 2005.

CORREIA, M. C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, Lisboa (Portugal): Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Beja, v. 13, n. 2, 2009.

COSTA FILHO, A. **Comunidades Tradicionais e seus territórios**. Minicurso ministrado durante o VI Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Montes Claros, 2019. Disponível em: <https://www.kooperation-brasilien.org/audio/rtb15/Plenum1_pt.pdf>. Acesso em: 27 setembro. 2019.

COSTA M.A. Os bens de uso comum na atualidade: a questão “água”. In: **Anais do ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR**. 2017.

CUNHA, L. H. de O. Significados Múltiplos das Águas. In: Antônio Carlos Diegues. (Org.). **A Imagem das Águas**. 1ed.São Paulo: Hucitec, v., p. 15-25. 2000.

CHAYANOV, A. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

CRUZ, G. *et al.* Semiárido, Seca e “Gerais” do Norte de Minas: uma revisão da bibliografia sobre o Alto-Médio São Francisco. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**. 13 (31), páginas 29-56. Ano 2018.

DIEGUES, A. C. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada n°. 1. São Paulo: **NUPAUB/USP**, 1993.

_____. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

_____. *et al.* **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, v. 2, p. 1-46, 2000.

_____. **Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água**. NUPAUB-USP, São Paulo. 2005.

_____. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. I ENCONTRO INTERNACIONAL: Governança da Água. São Paulo, NUPAUB/USP, 2007.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, ICONE Unicamp, 1985. 240 p

DRUMMOND, G.M. *et al.* **Biodiversidade em Minas Gerais: um Atlas para sua conservação**. 2 ed. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte. 2005

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Papel das mulheres para a agricultura familiar**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/papel-das-mulheres-para-a-agricultura-familiar-e-discutido-em-evento-regional-da-fao>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

FRANCO, A. R. **Etnocartografia e Análise dos Valores da Geodiversidade com Comunidades Tradicionais de Artesãos em Pedra-Sabão da Região do Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, Departamento de Cartografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. 2014. 138 p.

FRAXE, T. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. Annablume, SP. 2000.

FEBVRE, L. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GALIZONI, F. M. G. **Águas da vida**. Tese (doutorado), IFCH/Unicamp, 2005.

GALIZONI, F. M.; QUEIROZ, Renato da Silva. **A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 77-94, 2011.

GEERTZ, C. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura". In: **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 1989.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. Etnoconservação. **Novos Rumos para Conservação da Natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

GÓMEZ-URQUIZA, I. La experiencia de Procuena. En: **Memorias del Segundo Encuentro Nacional de Ecotecnias**. Morelia. 2013.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1997.

GUALDANI, C.; SALES, M. Tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e a racionalidade camponesa. **Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate**, v. 7, n. 3, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUTIÉRREZ *et al.* Género y participación de las mujeres en la gestión del agua en las subcuencas Río Sabinal y Cañón del Sumidero, Berriozábal, Chiapas. La ventana. **Revista de estudios de género**, 4(38), 246-276. 2013.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1979.

HOBBSAWM E. & TERENCE. R (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1984. Págs. 9-23.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo. Disponível em:<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

JATOBÁ. S. U. S, *et al.* Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

JOSÉ. O. **Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

LEACH, M; JOEKES S; e GREEN, C. **Las relaciones de género y el cambio ambiental**. En Miradas al futuro: hacia la construcción de sociedades sustentables con equidad de género. México: Programa Universitario de Estudios de Género (PUEG)-Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (CRIM)-Internacional Development Research Centre (IDRC), p.289-305. 2004

LÉVI-STRAUSS, C. "La familia." Lecturas de antropología social y cultural. **La cultura y las culturas**. 195. 2010.

LINHARES M.Y, SILVA.F.C. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus; 1999.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. 2002.

LIRA. T de M, CHAVES M. do P. S. R. "Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política." **Interações**. Campo Grande, vol. 17, no. 1. 2016.

LOBÃO, R.J.S. **Cosmologias políticas do neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: UnB, 2006.

LOPES, J. S. L. (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. Relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo, Editora Abril.

MALVEZZI, R. **Semiárido: uma visão holística**. Confea, 2007.

MACHADO, R. **Por uma genealogia do poder**. In: FOUCAULT, M. Microfísica do Poder (pp. VII-XXIII). Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1979.

MARQUES, A. C; VILLELA, J. M. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. **Revista de Antropologia**, v. 48, n. 1, p. 37-74, 2005.

MARTINS, J de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MEDEIROS, C. P. No rastro de quem anda: comparações entre o tempo do Parque e o hoje em um assentamento no noroeste mineiro. Tese (doutorado) **Museu Nacional / UFRJ**. Rio de Janeiro, 2011.

MINAS GERAIS. 1995. Lei Estadual nº 11.901, de 01 setembro de 1995. Declara de Proteção Ambiental as áreas de interesse ecológico situadas na Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros. Publicação - **Diário do Executivo - "Minas Gerais"**. Disponível em: <http://sou.plamps.com.br/peixe vivo/wpcontent/uploads/2010/02/images_arquivos_legislacao_ambiental_UNIDADESCONSERVACAO_lei%20estadual%20n%2011.901-1995.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. 2004a. **Decreto nº 4.910, de 05 de novembro de 2004**. Publicação - **Diário do Executivo de "Minas Gerais"** – 05/11/2004.

_____. 2004b. Lei Estadual nº 15.082, de 27 de abril de 2004. Dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. Publicação - **Diário do Executivo de "Minas Gerais"** - 28/04/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MOURA, M.M. **Herdeiros da terra**. 1978.

MYERS, N. Threatened biotas: "Hot spots" in tropical forests. **The Environmentalist**, v. 8, p. 1-20.

OCAMPO-FLETES. I; PARRA-INZUNZA. F; RUIZ-BARBOSA Á. E. "Derechos al uso de agua y estrategias de apropiación en la región semiárida de Puebla, México." **Agricultura, sociedad y desarrollo** 15, no. 1: 63-83. 2018.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998.

PETRELLA, R. **O manifesto da água - argumentos para um contrato mundial**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 19-58.

PLOEG, J.D.V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. IN PETERSEN, P. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. RJ, AS-PTA, 2009.

- RAMÍREZ, V. **Captación y almacenamiento de agua de lluvia a nivel familiar y su impacto en las comunidades rurales de Tlaxcala.** Tesis de maestría en desarrollo rural. Colegio. 2008.
- REBOUÇAS, A. C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Estudos avançados**, v. 11, n. 29, p. 127-154, 1997.
- RIBEIRO, E. M. (org.). **Histórias dos gerais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010a.
- RIBEIRO, E. M. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 393-433. 2010b.
- RIBEIRO, E. M.; *et al.* Conservar ou produzir: dilemas do uso das águas nos gerais sanfranciscanos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.7, n.3, 2010.
- RIBEIRO, E. M.; *et al.* Práticas, preceitos e problemas associados à escassez da água no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** 2016.
- RIBEIRO, E. M.; *et al.* "População rural e produção na conservação dos recursos naturais dos gerais sanfranciscanos." 1-19. **Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** 2016.
- RIBEIRO, E. M. GALIZONI, F. M. *et al.* Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Ambiente & sociedade**, v. 2 - ago./dez. 2002 – v. 1 - jan./jul. 2003, p. 129-146, 2003.
- ROCHA, J.M; ALBUQUERQUE, R. Memória Etnoterritorial em Eclosões de Quilombos na Amazônia Central. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n° 48, p. 129-14, janeiro/junho de 2018.
- ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994
- ROSA, M; OREY, D. C. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética. **Educação e Pesquisa**, Ouro Preto, v. 38, n. 4, p. 865-879, 2012.
- SABOURIN, E.; MARINOZI, G. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para gestão de bens comuns no Nordeste. **Política e Trabalho** 17, set. 2001.
- SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções de Território e Territorialidade. **Revista Geográfica de América Central.** Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre. p. 1-16. 2011.
- SANTOS, R. A.; LEMOS, J.J.S. **O Semiárido no Mundo.** III ENCONTRO DE INICIAÇÃO ACADÊMICA, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/eu/article/view/39136>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SANTOS, T. A. **Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA): a convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência.** Tese de Doutorado. Geografia Humana. FFLCH/USP, 2016.

SHIVA, V. **Las guerras del agua. Privatización, contaminación y lucro.** México: Siglo XXI Editores. 2007.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** 2006. 298 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA JUNIOR, J. H. **Alto-Médio São Francisco e o estudo da cultura manifestada pela população local.** 2010. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais

SOARES, D. Mujeres, agua, leña y desarrollo: estudio de caso sobre género y recursos naturales en los Altos de Chiapas. En **Gestión y cultura del agua Tomo II**, coordinado por Verónica Vázquez, Denise Soares, Aurelia de la Rosa y Ángel Serrano. México: IMTA y COLPOS. pp: 293-312. 2006.

SOARES, D. Acceso, abasto y control del agua en una comunidad indígena chamula en Chiapas. Un análisis através de la perspectiva de género, ambiente y desarrollo. **Región y sociedad XIX** (38): 25-50. 2007.

SOUZA, F. S. Natureza, ocupação territorial e vias de comunicação de Goiás nos relatos de viagens do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, p. 50-59, 2012.

TOMMASINO, K. Concepções simbólicas da água e dos rios na mitologia e na história dos Guarani e Kaingang. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). A Natureza dos rios: história, memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 209-226.

TORRES, A. T. G. Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2007.

THOMAS, K. O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo. **Companhia das Letras**. 2010. 544p.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum. São Paulo: **Companhia das Letras**. 1998.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2019.** UNESCO, Paris, 2019.

VAJHALA, S. P., 2005. Integrating GIS and Participatory Mapping in Community Development Planning. Paper for the ESRI International User Conference, Sustainable Development and Humanitarian Affairs Track, San Diego, CA, July 2005.

VAN GENNEP, A. **Os Ritos de Passagem**, Petrópolis, R.J. Vozes, 1978.

VELÁZQUEZ, M. Hacia la construcción de la sustentabilidad social: ambiente, relaciones de género y unidades domésticas. En *Género y medio ambiente*, coordinado por Esperanza Tuñón Pablos. México: **ECOSUR-SEMARNAT-Plaza y Valdés**. 79-105. 2003.

VASCONCELOS, D. L. P. História média de Minas Gerais. Belo Horizonte: **Itatiaia**, 1948.
ZAMBENEDETTI, G.; SILVA, R. A. N. **Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social**. In: *Psicologia & Sociedade*, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 3, p. 454-463, jul. 2011.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (org.). Desenvolvimento e Conflitos ambientais: Um Novo Campo de Investigação In: *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2010, p. 11-34.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. **Os temas da geografia cultural**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p.27-62.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. **Processos sociais agrários**. Caxambu, MG.1996.

WOORTMANN, K. Com parente não se “neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*. **Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro**, p. 11-73, 1990.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. 390 p.

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro da Pesquisa Social

Dinâmica de povoamento e paisagem

- Trama de divisão e acesso à terra - histórico;
- Herança;
- Autodenominação;
- Unificação em uma só Cabeceirinha (implicações e interesses mobilizantes);
- Quem tem terra; que tanto de terra; como a obteve; histórico de partilha, de herança e de aquisição; relação entre acesso à terra e acesso a água; acesso à terra e pioneirismo; acesso à terra e parentesco; acesso à terra e casamentos.
- Origens das famílias e seus deslocamentos espaciais; de onde vieram os antigos da comunidade; os antigos que tem terra, pioneiros.

Dinâmica de plantio e criação

- Distribuição dos espaços de plantio;
- Dinâmica de escolha dos espaços;
- Gerais;
- Terra de Cultura;
- Cultivo;
- Comum;
- Soltas;
- Fazendeiros;
- Possesiros;
- Tipos de pau da mata;
- Restrições: IEF e firmas.

Dinâmicas sobre a água

- Pandeiros;
- Abastecimento doméstico;
- Acesso e a denominação do acesso a água;
- Gestão das águas (como funciona; qualidade; acesso);
- Água transportada e água buscada.
- Água como cultura/ água como recurso;
- Água e rio;
- Qual a relação entre água e produção;
- A localização dos cultivos e água.

ANEXOS

Anexo A – Relação das pessoas entrevistadas e dos depoimentos gravados durante a realização da etnografia

Ana Lucia da Silva. Entrevista concedida a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho, 2019.

André Rodrigues Ferreira. Entrevistas concedidas a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho, agosto, setembro, 2019.

Antônia Farias. Entrevista concedida a Keyty de Andrade Silva. Januária, janeiro, 2020.

Corina Ferreira Rocha. Entrevistas concedidas a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho, setembro, 2019; janeiro, 2020.

Dona Cida. Entrevista concedida a Keyty de Andrade Silva. Januária, setembro, 2019.

Dona Justina. Entrevista concedida a Keyty de Andrade Silva. Januária, setembro, 2019.

Isolina Barbosa Carneiro. Entrevista concedida a Keyty de Andrade Silva. Januária, agosto, 2019.

Joaquim Pereira Rocha. Entrevistas concedidas a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho, agosto, setembro, 2019.

Jorge Ribeiro e Maria Santana Lopes dos Santos. Entrevista concedida a Keyty de Andrade Silva. Januária, janeiro, 2020.

José Carneiro. Entrevista concedida a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho, 2019.

José Lopes. Entrevistas concedidas a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho, agosto, setembro, 2019.

Maria do Carmo Ribeiro Rocha. Entrevistas concedidas a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho e agosto, 2019.

Maria Lopes. Entrevistas concedidas a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho e setembro, 2019; janeiro, 2020.

Santilino Rodrigues Ferreira. Entrevistas concedidas a Keyty de Andrade Silva. Januária, julho e setembro, 2019.

Sota Carmelita Pereira Lisboa. Entrevistas concedidas a Keyty de Andrade Silva. Januária, agosto e setembro, 2019.

Valentim Barbosa dos Santos. Entrevista concedida ao Núcleo de Apoio à Agricultura Familiar NPPJ. Januária, 2018.